

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

CARLOS HEROLD JUNIOR

**AS RELAÇÕES ENTRE CORPO E TRABALHO: CONTRIBUIÇÃO
CRÍTICA À EDUCAÇÃO.**

**CURITIBA
2006**

CARLOS HEROLD JUNIOR

**AS RELAÇÕES ENTRE CORPO E TRABALHO: CONTRIBUIÇÃO
CRÍTICA À EDUCAÇÃO.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área temática Educação e Trabalho, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Acácia Zeneida Kuenzer.

**CURITIBA
2006**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS / BIBLIOTECA CENTRAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

Herold Junior, Carlos

As relações entre corpo e trabalho : contribuição crítica à educação /
Carlos Herold Junior. – Curitiba, 2006.
138f.

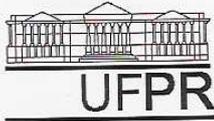
Orientadora: Acácia Zeneida Kuenzer

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de
Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia

1. Trabalho. 2. Corpo. 3. Educação. I. Kuenzer, Acácia Zeneida.
II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação. Programa de
Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 370.193



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Tese de **CARLOS HEROLD JÚNIOR** para obtenção do Título de DOUTOR EM EDUCAÇÃO. Os abaixo-assinados, Dr^a ACÁCIA ZENEIDA KUENZER, Dr. GAUDÊNCIO FRIGOTTO, Dr^a CELI NELZA ZULKE TAFFAREL, Dr. PAULO GUILHERMETI e Dr^a LÍGIA REGINA KLEIN argüíram, nesta data, o candidato acima citado, o qual apresentou a seguinte Tese: **“AS RELAÇÕES ENTRE CORPO E TRABALHO: CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA À EDUCAÇÃO”**.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que o candidato está apto ao Título de DOUTOR EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Dr ^a ACÁCIA ZENEIDA KUENZER		Aprovado
Dr. GAUDÊNCIO FRIGOTTO		Aprovado
Dr ^a CELI NELZA ZULKE TAFFAREL		APROVADO
Dr. PAULO GUILHERMETI		APROVADO
Dr ^a LÍGIA REGINA KLEIN		Aprovado

Curitiba, 08 de dezembro de 2006.

Prof. Dr. Marcus Aurélio Tabora de Oliveira
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação

Prof. Dr. Marcus Aurélio Tabora de Oliveira
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação
Mat. 135054

DEDICATÓRIA

À memória de meu irmão Marcos.

AGRADECIMENTOS

Aos membros da banca por terem aceitado analisar, criticar e colaborar com o estudo;

À Acácia Zeneida Kuenzer por ter me orientado e possibilitado a execução do trabalho;

Ao David le Breton por ter me recepcionado, ajudado e orientado em Estrasburgo;

Ao Alexandre Fernandez Vaz, Jorge Cammarano Gonzalez, Valter Bracht e Lucídio Bianchetti por terem me ajudado imensamente no processo de qualificação;

Ao Sergio Lessa, Norman Geras, Joseph Fracchia, Giovanni Alves, Vilson da Mata, Zélia Leonel, Renato Coelho, Daniel Zancha e Guilherme Foladori por terem respondido meus *emails* que solicitavam, leituras, opiniões e textos;

Aos meus colegas de doutorado por terem proporcionado um exemplo de rigor e competência;

Às secretárias da pós-graduação Francisca e à Darci por terem sempre me atendido com atenção e presteza;

Ao Marcus Aurélio Taborda de Oliveira e Vitor Hugo Zanette pelo apoio durante o processo de solicitação da Bolsa de Estágio de Doutorado no Exterior;

Às secretárias-técnicas da Capes pelo suporte durante meu estágio em Estrasburgo;

À Capes pelo Site de Periódicos e pela Bolsa de Estágio de Doutorado no Exterior;

Aos meus colegas de departamento da Unicentro, por terem proporcionado as condições para o meu afastamento, especialmente à Clarice Linhares pelo empenho;

Ao Darci, Maria Helena, Dona Eleozina, Giovana, Gabriel e César por terem promovido as condições para que eu pudesse terminar o texto com tranquilidade;

Ao meu pai Carlos, minha mãe Célia, minha irmã Patrícia, meu cunhado Júnior e meu sobrinho Bruno pelo apoio e presença que sempre me deram e sempre me darão;

À minha esposa Lorena pelo amor e pela alegria cotidianos.

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar as relações entre corpo e trabalho para fundamentar algumas possibilidades para colaborar com as questões educativas. Para tanto, dividimos o estudo em cinco partes: na primeira, mostramos como as relações entre corpo e trabalho são vistas nas áreas de *Trabalho e Educação* e *Educação Física*; no segundo capítulo, fazemos um levantamento sobre as críticas e defesas que a categoria trabalho recebe na atualidade para o entendimento das transformações na sociedade, além de notarmos a forma como a modernidade pensa as questões do corpo a partir das questões do trabalho. No terceiro capítulo, mostramos as diferentes representações do corpo no trabalho a partir do capitalismo industrial chegando na atualidade, que funde os estudos do corpo com os da inteligência. Na quarta parte, defendemos que tanto o estudo do corpo no trabalho, quanto à análise do corpo a partir das problemáticas do trabalho, devem ser feitas conjuntamente para oferecerem um processo mútuo de aprofundamento de abordagens. Por fim, sustentamos que a inseparabilidade das questões antropológicas e sociológicas do corpo das questões epistemológicas, proporcionadas pela categoria trabalho, deve impulsionar a elaboração de mais estudos focados sobre os projetos educativos, a corporeidade e as transformações no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho, corpo, educação.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyse the relations between body and labor so as to support some possibilities of contribution to the educational issues. For that, we divided the dissertation in five chapters: firstly, we show how the relationship body and labor are regarded in *Labor and Education* and in *Physical Education*; after, we organize a survey about the criticisms and supports received nowadays by the labor category in order to understand the social transformation, and, also, to notice the way how modernity thinks of body issues through labor debate. In the third chapter, we specify the different views of the body at work from the industrial capitalism up to the contemporary time, which sees the body debates closely related with those on intelligence and cognition. In the forth part, we sustain that the analysis of the body at work and those of the body having labor as a basis must be carried out together so that both can help and develop each other. As a conclusion, we support that those inseparability, based on the labor, create conditions to enlarge the number and quality of the studies about educational projects, corporeality and the transformations of labor.

Key-words: Labor, body, education.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A RELAÇÃO CORPO, TRABALHO E EDUCAÇÃO: A PROBLEMÁTICA, OS OBJETIVOS E A METODOLOGIA DO ESTUDO.	9
1.1 - O CORPO NO TRABALHO: OS ESTUDOS NA ÁREA DE TRABALHO E EDUCAÇÃO.....	9
1.2- O CORPO PELO TRABALHO NA EDUCAÇÃO FÍSICA.	13
1.3 - QUESTÕES RELATIVAS AO MÉTODO E À ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.	19
CAPÍTULO II - O TRABALHO NO INTERIOR DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A QUESTÃO DO CORPO.	30
2.1 - AS CRÍTICAS À IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PARA O ENTENDIMENTO DOS DILEMAS DA CONTEMPORANEIDADE.	31
2.2 - O MUNDO DO TRABALHO COMO LUGAR PARA SE PENSAR AS QUESTÕES DA CONTEMPORANEIDADE.	34
2.3 - O CORPO NO E PELO TRABALHO: A QUESTÃO DA DIVISÃO ENTRE TRABALHO MANUAL/INTELECTUAL.....	43
2.3.1 <i>O estabelecimento hesitante das fronteiras entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, os limites e possibilidades das críticas subseqüentes.....</i>	<i>46</i>
CAPÍTULO III - O CORPO NO TRABALHO: CONSOLIDAÇÃO E CRISE DO CAPITALISMO E A CONSTRUÇÃO DE DIFERENTES VISÕES SOBRE A CORPOREIDADE E A INTELIGÊNCIA NO TRABALHO.....	55
3.1- TRABALHO E CAPITALISMO INDUSTRIAL: O CORPO VISTO COMO MOTOR.	55
3.1.1- <i>Corpo e trabalho nas ciências do trabalho européias e o debate com Taylor.</i>	<i>59</i>
3.2- CORPO, TRABALHO E A PASSAGEM DO CORPO-ENERGIA PARA O CORPO-INFORMAÇÃO.	61
3.3 - CORPO, TRABALHO E AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO APÓS 1970.....	64

<i>3.1.1- Corpo e inteligência nos estudos sobre o trabalho: a mediação do saber tácito.....</i>	<i>68</i>
<i>3.1.1.1 - Trabalho e inteligência: a mediação da corporeidade.....</i>	<i>71</i>
<i>3.1.1.2- O conhecimento tácito nas novas tecnologias como evidência corporal da inteligência operária.</i>	<i>76</i>

CAPÍTULO IV - O CORPO PELO TRABALHO: POSSIBILIDADES CRÍTICAS PARA O ENTENDIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E CORPO..... 85

<i>4.1 - AS CRÍTICAS ÀS ABORDAGENS DO CORPO QUE DESCONSIDERAM O TRABALHO EM SUAS DISCUSSÕES.</i>	<i>85</i>
<i>4.1.1 - Marx e as análises da relação corpo e trabalho: alvo de crítica ou ponto de apoio.</i>	<i>88</i>
<i>4.2 - POSSIBILIDADES CRÍTICAS PARA A CONSIDERAÇÃO DO CORPO PELO TRABALHO.</i>	<i>93</i>
<i>4.2.1- A necessidade de considerar as dimensões produção e consumo nos estudos sobre trabalho e corpo.</i>	<i>93</i>
<i>4.2.2 - Elementos para a construção de uma análise da relação corpo / trabalho: a dupla dimensão do trabalho.</i>	<i>100</i>
<i>4.3 - O CORPO NO TRABALHO E O CORPO PELO TRABALHO: A UNIDADE DO PROCESSO PROPORCIONADA PELO DUPLO CARÁTER DO TRABALHO.</i>	<i>107</i>

CAPÍTULO V -CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE CORPO E TRABALHO. 117

REFERÊNCIAS	127
--------------------------	------------

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A RELAÇÃO CORPO, TRABALHO E EDUCAÇÃO: A PROBLEMÁTICA, OS OBJETIVOS E A METODOLOGIA DO ESTUDO.

Este estudo nasce da vontade de entender criticamente a presença do corpo na educação. O interesse em verificar as necessidades históricas que levam a sociedade contemporânea a se preocupar com essa dimensão educativa é a base sobre a qual as reflexões desta investigação serão construídas. Além disso, ela é, também, o resultado do cruzamento de questões discutidas em áreas do conhecimento diferentes: *Educação Física* e *Trabalho e Educação*. A intenção de compreender os processos educacionais no, sobre e do corpo, conduziu-nos a analisar questões relativas às transformações do mundo trabalho, vindo, então, dessa conjugação de preocupações, a escolha da temática deste estudo: as relações entre corpo e trabalho.

Um levantamento bibliográfico sobre o entendimento que se tem sobre o relacionamento entre corpo e trabalho, nas áreas de *Educação Física* e *Trabalho e Educação*, evidencia alguns pontos lacunares sobre a questão que precisam ser preenchidos e com os quais iniciamos a reflexão.

1.1 - O corpo no trabalho: os estudos na área de trabalho e educação.

Discutir a corporeidade nas correntes transformações no mundo do trabalho é um ponto presente de forma não sistematizada em alguns estudos na área de *Trabalho e Educação*. Isso não quer dizer que não existam investigações que se detiveram especificamente sobre o corpo em situação de trabalho. Rosa (1992) estudou essa questão tendo por suporte as análises de Foucault¹. Objetivando mostrar que as doenças do trabalho são as manifestações visíveis do poder ao qual o corpo é submetido na estrutura fabril, ela afirma:

¹ Na História, Foucault também fundamenta análises do corpo no trabalho. Para análise da temática no Brasil do

[...] o poder disciplinar ou da norma é "uma anatomia política que é também igualmente uma mecânica do poder [...] ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina aumenta a força do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui forças (em termos políticos). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele "aptidão", "uma capacidade" que ela procura aumentar (ROSA, 1992, p. 43).

Enxergar o trabalho e a estrutura fabril como alguns dos momentos de maior incidência do poder sobre a disciplina do corpo é uma conclusão relevante. Entretanto, essa conclusão endossou um certo repúdio dos pesquisadores da corporeidade em relação a esse mundo, da mesma maneira que levou a área de *Trabalho e Educação*, a não se debruçar intencionalmente sobre a questão do corpo. Nessa área, os estudos que circunscrevem a temática desta tese, mesmo sem a intencionalidade de Rosa (1992), assumiram outro caminho, que se tornou predominante. Verificamos a presença latente da temática, sobretudo quando é apresentado o relacionamento entre as categorias *trabalho manual* e *trabalho intelectual*. Em muitas análises preocupadas com a relação entre trabalho e educação, notamos um importante espaço para a discussão da corporeidade, sobretudo nas que se ocupam das particularidades da reestruturação produtiva na demanda de novas exigências ao trabalhador, discutidas pela adjetivação do trabalho como *manual* ou como *intelectual*.

Ao observarem a atividade, ou a tarefa sendo executada, os analistas concluem que há predomínio de habilidades cognitivas (como é o caso nas reestruturações produtivas sob a égide da flexibilidade) ou de habilidades musculares e manipulativas². No trabalho de Ana Maria Resende Pinto (1991) percebemos esse fato quando ela afirma que "[...] a desqualificação do trabalho, em sua dimensão sensorial, pressupõe o seu enriquecimento em outra dimensão: a cognitiva e intelectual, além da multiabilitação..." (PINTO, 1991, p.03).

Para a autora, à medida que a produção incorpora o uso das máquinas micro-eletrônicas, a destreza manual passa a ser suplantada por uma relação mais intelectualizada com os

começo do século XX, ver Joanilho (1996).

² Mesmo sem ser da área de *Trabalho e Educação*, a obra de Marie (2004) expressa a maneira a mais vulgar como o senso-comum pensa o trabalho humano, apoiado em conceitos frágeis, tal qual "sociedade do conhecimento".

equipamentos de trabalho. Antes de tudo, a matemática, a capacidade de abstrair e prever situações é o que passa a ser requerido. Por conta disso, afirma:

[...] poderíamos sugerir que as mudanças em curso no sistema produtivo parecem indicar que o gorila amestrado não é mais rentável. Logo, uma terceira natureza está sendo gestada no interior do sistema produtivo em sua fase avançada: a do trabalhador inteligente, com boa dose de educação geral, responsável, atento e leal. O sistema produtivo demandaria, agora, o intelecto do trabalhador, o seu espírito (PINTO, 1991, p.90).

Para essa autora, a dicotomia entre o *trabalho intelectual* e o *trabalho manual* aparece como um balizador importante na definição das novas formas de exploração do trabalho pelo capital. Além disso, a flutuação da atividade manual à intelectual estaria condicionada ao uso de um novo tipo de maquinário.

Mesmo com o fato de a autora endossar a dicotomia entre *trabalho manual* e *intelectual* para caracterizar o "novo trabalho", no interior de seus dados encontram-se passagens evidenciando que a referida dicotomia começa a ser rediscutida, no sentido de verificar sua capacidade de apreender totalmente a totalidade ensejada com as mudanças no mundo do trabalho. Em uma das empresas pesquisadas, Ana Maria Pinto (1992), ao dialogar com um dos responsáveis pelo processo de "cultura de qualidade", verifica que uma das questões enfatizadas é a preocupação em "sensibilizar o trabalhador para o seu corpo, a qualidade para consigo próprio (higiene, limpeza, estética e prazer)" (PINTO, 1991, p. 202).

Outro ponto levantado pela autora é a necessidade do envolvimento do trabalhador nas novas formas de trabalho. O fato de os equipamentos serem caros e sensíveis, raciocina a autora, demanda um comprometimento operário com o processo, o que vem se tornando mais necessário com "a transposição do trabalho 'manual' para intelectual..." (PINTO, 1991, p.03). Além desse fato, ela observa que essa transposição reduz o esforço físico necessário para a execução do trabalho, deixando a atividade laboral esvaziada de atividades sensoriais e concretas (PINTO, 1991, p.213).

Oliveira (2002), da mesma forma, expressa (sem intencionar diretamente isso) a maneira como a corporeidade vem sendo analisada em relação ao trabalho. Em certos momentos de seu estudo, ao se deter sobre as concepções de *Sociologia do Trabalho*, por ela chamada de "otimistas", ela observa:

O paradigma clássico da divisão trabalho manual/trabalho intelectual dá lugar a um novo paradigma que é o da "intelectualização" da produção. Partidários desta corrente consideram ultrapassada a separação entre concepção e execução, e demonstram, através de estudos empíricos, que com a informatização e automatização das indústrias de transformação, as fronteiras entre o trabalho manual (execução) e intelectual (concepção) tornam-se cada vez mais tênues. Novas formas de organização da produção põem em questão a crise do taylorismo e do fayolismo (OLIVEIRA, 2002, p.68).

Oliveira (2002) nota igualmente que com diferentes ritmos, as capacidades manuais vão sendo substituídas por aquelas de carácter mais abstrato e intelectual. Embora a autora não negue o fato de a divisão entre atividade manual e intelectual ser um importante escalonador das diferenças hierárquicas no interior das empresas, ela argumenta:

A divisão do trabalho sob o capitalismo, que separa o trabalho intelectual do trabalho manual, muito embora tenda a ser superada pela realidade da produção científicizada e automatizada, é o pressuposto que distingue os trabalhadores com funções e cargos diferenciados, legitimado até mesmo pela exigência de um tipo de escolaridade formal que se adapte ao esquema funcional da empresa (OLIVEIRA, 2002, p.153).

Apontando possibilidades para uma discussão do corpo no trabalho, encontramos os trabalhos de Bianchetti (2001) e Kuenzer (2002,2002b). Bianchetti (2001) defende que o conceito "força de trabalho" começa se chocar com as alterações do mundo do trabalho em consequência da perda de centralidade da atividade manual (p. 53). Com isso, a forma como o operário passa a ser concebido se transformaria consideravelmente. Para Kuenzer (2002), "força física" e "conhecimento" são os nomes básicos a expressarem duas concepções e procedimentos diferenciados, levados a cabo pelo mundo do trabalho. Nesses estudos, a preocupação dos autores em estudarem o papel dos saberes tácitos, descortina uma possibilidade para a área de *Trabalho e Educação* contemplar as inquietações sobre a corporeidade, intencionalmente.

Desse modo, esses autores evidenciam que uma determinada concepção sobre a **corporeidade no mundo do trabalho** existe, porém, ainda não discutida e/ou sistematizada. As

análises citadas mostram que há questões a avançar no interior de suas reflexões que, ao tematizarem outros objetos, discutem e afirmam um determinado entendimento sobre o **corpo no trabalho**. Torna-se necessário, então, pensá-lo a partir das próprias possibilidades encetadas pelas pesquisas da área, no intuito de poder colaborar com as intenções primeiras desses estudos, que é entender a mediação da educação no interior das transformações que ocorrem no mundo do trabalho.

1.2- O corpo pelo trabalho na educação física.

Na área de *Educação Física*, um resultado interessante produzido pelas mudanças no mundo do trabalho, a partir das décadas de 70 e 80, bem como por uma determinada forma de análise, foi o fato de o trabalho ter sido excluído das reflexões. Se antes, conjugado com a categoria *luta de classes*, ele serviu de base para as constatações críticas dos professores, esses, ao observarem a “submissão” da *Educação Física* e da corporeidade às suas exigências, elaboraram um conjunto de reflexões que redundou em uma pedagogia que não mais fosse “instrumentalizada” pelo trabalho. De acordo com esse raciocínio, ao fato de o trabalho ter explorado as forças expressivas do corpo, somava-se que na atualidade, com o surgimento das tecnologias flexíveis, o trabalho estaria assumindo cada vez mais uma feição “intelectualizada”.

Para a *Educação Física*, a questão da relação entre corpo e trabalho não se deu pelo interesse de analisar o **corpo no trabalho**, mas sim em aceitar ou criticar (o que acontece predominantemente) a possibilidade de se entender as **questões do corpo pelas questões do trabalho**. Ou seja, utilizar, ou não, o mundo do trabalho como um fomentador de problemas que dizem respeito aos problemas da corporeidade que têm lugar na sociedade contemporânea.

Na *Educação Física*, as referências ao mundo do trabalho e o seu impacto nas discussões sobre a relação entre essa disciplina e a sociedade são poucas e geralmente carecem de uma elaboração mais detida. Bracht (1992), defende as idéias que primam pela perda da importância do trabalho³ para entender o corpo e a *Educação Física*:

³ Bracht (1999), por sua vez, ao analisar a maneira como a questão do corpo ganha importância na atualidade, afirma que esse fato “tem bases concretas na forma como o homem vem produzindo e reproduzindo a vida. Nesse sentido, o corpo sofre a ação, sofre várias intervenções com a finalidade de adaptá-lo às exigências das formas sociais de organização da produção e reprodução da vida. Alvo das necessidades produtivas (corpo produtivo), das necessidades sanitárias (corpo “saudável”), das necessidades morais (corpo deserotizado), das necessidades de

Entendo que as mudanças a nível do processo produtivo e do processo de qualificação do trabalho, diminuíram a importância direta da Educação Física neste processo (aptidão física e habilidades motoras decrescem em importância para o processo produtivo, são cada vez menos solicitadas no trabalho). A reprodução da força de trabalho por sua vez, se dá muito mais através de uma cada vez mais necessária recuperação psíquica (BRACHT, 1992, p.49).

Completando o raciocínio, o autor conclui que, para uma *Educação Física* "autônoma", deve a "referência básica ou imediata deixar de ser o mundo do trabalho, e passar a ser o mundo do não-trabalho, o lazer" (BRACHT, 1992, p.49).

Silva (2001) também lança mão do mundo do trabalho de modo secundário para corroborar suas reflexões. A autora deixa claro o entendimento da importância do trabalho na relação do homem com a natureza e a necessidade de uma "sociedade emancipada" (p.126) para que essa relação se efetive de forma reconciliada. Ela avança discutindo a relação entre corpo e trabalho ao lembrar que as análises de Marx retomam Epicuro, quando este afirma que "todo prazer é corpóreo" (apud SILVA, 2001, p.126). Apresenta essas idéias verificando que a expropriação do corpo pela ciência ocorre "[...] tal qual no mundo do trabalho, sobre a "livre disposição de sua força de trabalho", só que nesse caso, não seria em favor de um patrão, mas sim do sistema médico" (p. 52).

Apesar de a questão da relação entre corporeidade e trabalho não ser o objetivo do trabalho de Silva (2001), podemos ver que além do ponto acima referido, ela também tece considerações que vão ao encontro das reflexões de Bracht (1992). Sobre as transformações no mundo do trabalho e a presença do corpo, afirma a autora:

As características do mundo do trabalho estariam sendo alteradas e, ao mesmo tempo, transformar-se-iam em condições imprescindíveis para que os trabalhadores pudessem manter-se ativos e ser incluídos como força-de-trabalho apta a ser mercadorizada. A característica básica é a flexibilidade (tudo que pode implicar esse termo) e saúde, entendidas no sentido restrito de sua condição para sobreviver num mercado globalizado e competitivo (SILVA, 2001, p. 79).

Se essa análise, ao incorporar elementos críticos pelo viés da mercantilização do corpo na sociedade, não pode ser desconsiderada, ela deve, ao menos, passar por um crivo analítico mais

rigoroso. O corpo-mercadoria, distante da produção, é o ponto central da questão, o que faz a relação corporeidade e trabalho ser secundariamente contemplada:

A tão decantada dignidade do trabalho vai submetendo-se aos avanços tecnológicos e à ampliação da mais-valia. O corpo que outrora era valorizado em função da moral do trabalho, hoje, precisa incorporar as características da tecnologia para subsistir; sua valorização dá-se muito mais pela sua inclusão na esfera da circulação e ao paralelo **afastamento da esfera da produção**; a moral do consumo é que o valoriza (SILVA, 2001, p. 79). (Sem grifos no original)

Outro autor que oferece um ponto de partida para a elaboração deste estudo é Nozaki (1999). Ao refletir sobre a regulamentação profissional da *Educação Física*, detem-se sobre as transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas conseqüências para essa dimensão educativa⁴. Em primeiro lugar, há que se notar que esse autor posiciona-se criticamente quanto às análises que são feitas em *Sociologia do Trabalho* e na área de *Trabalho e Educação*. O problema é quando as mediações entre as constatações críticas dessas áreas são transplantadas para as análises pedagógicas sobre o corpo:

Levando-se em conta o novo modelo de qualificação para o mundo do trabalho imposto pela globalização, percebemos a clara importância de algumas disciplinas escolares estratégicas ao enquadramento do trabalhador. Seriam elas disciplinas que interagiriam na capacidade de raciocínio abstrato, que apostariam na formação para a interação em grupo, e que tentariam dar o aporte funcional dos conhecimentos mais recentemente desenvolvidos no campo tecnológico (NOZAKI, 1999, p. 06).

Disso resulta que disciplinas, tais como a *Educação Artística* e a *Educação Física*, passariam a ser vistas como "descartáveis" (p.06), como "elementos de luxo" (p.07), como "atividades esporádicas" (p.07) e seriam "oferecidas de modo extracurricular" (NOZAKI, 1999, p. 07). Essas constatações, no entender do autor, que apresenta suas considerações verificando nelas um modo de embate contra as "estratégias neoliberais", visam defender a disciplina de

⁴ Ver também Nozaki (2004).

"vários ataques no âmbito das políticas públicas educacionais, alguns de caráter geral, que aviltam todos os trabalhadores da educação sem distinção, por outro lado, também sobre um particular ataque, que desobrigaria sua presença no ensino formal..." (1999, p.08). Para Nozaki (1999) as transformações do mundo do trabalho, ao se encaminharem para a demanda de um trabalhador mais intelectualizado, estariam dispensando a *Educação Física* pelo fato de ela lidar com a dimensão corporal e não intelectual da educação. É o que defende também Bracht (1999):

Parece que a visão neotecnista (economicista) de educação, que enfatiza a preparação do neotecnista (economicista) de educação, que enfatiza a preparação do cidadão para o mercado do trabalho, dadas as mudanças tecnológicas do processo produtivo, pode prescindir hoje da EF e não lhe reserva nenhum papel relevante o suficiente para justificar o investimento público... (p. 82).

Aproximando-se da temática desta investigação, também de forma secundária, Ortigara (2001) reflete sobre a necessidade e a importância da obra de Lukács. O que observamos nas análises feitas por Ortigara (2001), é a ausência de uma reflexão das correntes transformações no mundo do trabalho e seus impactos na configuração corporal humana, sobre as quais as reflexões lukacsianas apresentam possibilidades.

Dos trabalhos pesquisados⁵, o estudo de Silva (1996), é o que mais elabora suas intenções enxergando o **corpo pelo trabalho**. Afirmar sua importância, por sua vez, não quer dizer a não existência de limites que, ao serem pontuados, evidenciam a importância do seu estudo. A autora parte da seguinte constatação:

No processo de preparação do indivíduo para o trabalho, assumido pela escola, um dos mais importantes objetivos é o da disciplinarização do corpo do trabalhador. Nesse aspecto, a Educação Física está tendo um papel muito importante. Ao se fazer uma rápida leitura da história da educação e ao analisarmos as várias tendências que a constituíram, seria possível verificar a existência do vínculo da Educação Física ao trabalho produtivo, seja através de sua ação pedagógica ou através dos diferentes conteúdos que se homogeneizaram ao longo de sua existência. [...] Ela contribuiu tanto na

⁵ Ver também Ugarte (2004).

domestificação do corpo, como também ideologicamente, no sentido de reprimir, dominar e exaurir aquelas energias vitais, que intervêm nas construções “mentais” e na “aprendizagem cognitiva” (SILVA, 1996, p. 11).

Tendo por base esse ponto de partida, a autora analisa a instrumentalização funcionalista do corpo, as influências do espírito cartesiano e positivista e do **paralelismo** que há entre o "espírito do mundo produtivo" e as características educativas com as quais é tratado o corpo na vida cotidiana, no esporte e nas aulas de *Educação Física*. Com isso à frente, a autora conclui:

[...] temo que considerar que, com a atual organização do trabalho e com os avanços tecnológicos, as tarefas profissionais não têm exigido uma ação corporal tão desgastante. Assim, **a preocupação dos responsáveis pelo processo educativo tem se deslocado do treinamento do corpo para o trabalho e se centrado no treinamento da inteligência**. O controle corporal do trabalhador tem que ser garantido através do treinamento do corpo para as atividades físicas, esportivas e de lazer, pois, com o taylorismo, a tarefa de controle do corpo humano foi assumida, prioritariamente, pelo próprio processo produtivo, através de sua organização. Com a centralidade das preocupações sendo transferidas para o produto do movimento humano, a tarefa de controle da gestualidade e da motricidade humana está sendo transferida para outras instituições, tais como, os meios de comunicação de massa e as atividades de Educação Física. [...] O sistema produtivo e econômico continua definindo as ações corporais que lhes são úteis, trocando os protagonistas deste processo, mas persistindo no entendimento de que a racionalização e a eficiência não podem existir sem a repressão do corpo (SILVA, 1996, p. 95). (Sem grifos no original)

Há que se notar nas duas passagens idéias contraditórias servindo ao processo de relação entre a corporeidade, trabalho e educação. Em primeiro lugar, na passagem acima, a autora afirma que o taylorismo cuidou da formação física dos trabalhadores pela força das suas circunstâncias e não por um processo conscientemente pedagógico, tal qual afirmado na passagem anterior, na qual a autora afirma a importância da educação física na "educação" do movimento produtivo. Em segundo lugar, salta aos olhos o fato de essas considerações chegarem a um resultado oposto daquele comentado por Nozaki (1999) e Bracht (1999). Se os autores, de um lado, afirmam que os conteúdos da *Educação Física* perdem importância devido ao predomínio intelectual do trabalho, Silva (1996), de outro, defende a existência de uma

"terceirização" da "tarefa educativa" (p.95), redundando em uma maior relevância da disciplina no processo.

Tal tipo de posicionamento, baseado nesse modo de entender o relacionamento da corporeidade com o processo de trabalho, acaba por resultar em um dilema que Silva (1996) define como um dos seus principais resultados:

Assim, o que se pode verificar é que a **Educação Física encontra-se diante de um grande dilema, pois precisa definir se estabelece um atrelamento maior com o sistema produtivo (fortemente vinculado ao modelo empresarial e industrial) ou rompe, de uma vez por todas, com ele.** No entanto, é preciso notar que, se a Educação Física mantiver uma ligação mais direta com a perspectiva do sistema produtivo e do mercado de trabalho, inevitavelmente, estará sendo co-responsável pelos mecanismos de exploração e alienação do trabalhador, visto que, no embate entre essas práticas e uma educação emancipadora e autônoma de construção da cidadania, as primeiras têm-se mostrado historicamente vencedoras (SILVA, 1996, p.106). (Sem grifos no original)

O que autora defende, ao propor a discussão da corporeidade com o mundo do trabalho, é um distanciamento dos valores inerentes a esse mundo para uma aproximação mais cuidadosa do mundo do lazer, da fruição, esses, sim, capazes de proporcionar à *Educação Física* a capacidade de viabilizar práticas pedagógicas que se coadunem com o movimento no sentido da ação e não do labor, tal qual a tipologia proposta por Hanna Arendt (2005); um caminho semelhante ao adotado por Bracht (1992). A forma como o mundo do trabalho é considerado no estudo de Silva (1996), faz com que o vínculo entre *Educação Física*, corpo e o trabalho seja posto de lado.

Para a *Educação Física*, então, verificamos que na discussão sobre a corporeidade, os atuais processos de trabalho podem se configurar em mais um espaço onde subsídios para uma crítica mais efetiva da disciplina e sua relação com os desafios históricos do capitalismo possam ser buscadas. Ainda que não neguemos a importância desses estudos, a contradição acima apresentada entre os posicionamentos de Nozaki (1999)/Bracht (1999) e Silva (1996) sobre o atual papel da *Educação Física*, bem como a forma com a qual o trabalho é considerado nas análises de Bracht (1992, 1999) e Silva (2001), leva-nos a notar que tanto a maneira de criticar como a de defender a necessidade de se enxergar o corpo pelo trabalho, precisam ser problematizados.

Nesta tese, porém, mesmo tendo as questões levantadas nas duas áreas do conhecimento apontadas como ponto de partida, não iremos tematizá-las diretamente. O que queremos é mostrar a necessidade de um maior cuidado e proximidade entre as questões do corpo e as do trabalho, demonstrando com suas conclusões a necessidade de se discutir essa temática para os estudiosos dos problemas *Educação Física*, assim como para aqueles que discutem as relações entre o mundo do trabalho e o da educação.

1.3 - Questões relativas ao método e à organização do estudo.

Observamos que o corpo, seu cuidado, seu tratamento e sua educação, hoje, são alvos de uma quantidade imensa de estudos e preocupações⁶. Discute-se o corpo cotidiana e freqüentemente nos meios de comunicação, nas conversas informais; pensa-se publicamente sobre a corporeidade, depositando nela o alvo de uma preocupação que pretende remediar um "esquecimento" e, com isso, construir uma vida com mais prazer e significado.⁷

Essa temática, conseqüentemente, é uma presença certa nas discussões acadêmicas, podendo ser observadas, nas mais diferentes áreas do conhecimento, análises que enfatizam seu significado. Por outro lado, concordamos com Eagleton (1993), quando ele afirma: "sinto-me pouco à vontade em relação ao modismo do tema: poucos textos hoje em dia serão aceitos dentro do novo cânone historicista se não contiverem pelo menos um corpo mutilado" (p.11).

As discussões acadêmicas sobre o corpo ensejam um conjunto de preocupações e "inovações" metodológicas que se coadunam com a ambição de se preocupar com o específico, com a imagem, com o discurso, com as idiossincrasias. Com isso, elas assumem a impossibilidade de se elaborar uma análise que ambicione entender a temática com o intuito de uma compreensão e de uma crítica que contemple questões mais gerais. O crítico literário inglês constata que "Como fenômeno obstinadamente local, o corpo combina muito bem com a

⁶ A força dessa constatação não significa que seja difícil de ser encontrada. A grande maioria dos estudos sobre a questão do corpo sublinha este fato.

⁷ Ver Juvin (2005) bem como Le Breton (2003).

desconfiança pós-moderna em relação às grandes narrativas, assim como a paixão do pragmatismo pelo concreto" (1998, p. 73).

Seguindo as reflexões de Eagleton (1993)⁸, vemos que apesar do desconforto que um estudo sobre a corporeidade pode causar devido ao íntimo relacionamento com análises de caráter "pós-classista que se escondem na intensidade do corpo para fugir a questões exageradamente 'globais'" (p.11), há que se fazer o esforço para guiar a reflexão para as questões concernentes aos processos mais ampliados de transformação social.

Tão limitante quanto reduzir a busca da compreensão sobre a corporeidade a uma dimensão cultural "localizada", é negar que essas análises apresentam questões importantes e que devem ser consideradas. Verificamos que é justamente esse mal-estar, essa suspeita e esse reconhecimento que evidencia a necessidade de analisar esse objeto mais detidamente, tanto no âmbito específico quanto no âmbito geral. Aliás, é esse cuidado que possibilita assumir que a "retomada do corpo foi uma das mudanças mais importantes no pensamento radical recente", com a qual esta tese pretende colaborar ao fortalecer a "extensão desta fértil tendência de investigação numa nova direção" (EAGLETON, 1993, p. 11). Essa assunção, todavia, não deve obscurecer o fato, sublinhado por Foster (1999), de que "As fraquezas do pós-modernismo⁹ - vistas de uma perspectiva emancipadora - superam de longe, portanto, seus pontos fortes" (p. 203). Wood (1999), ao falar sobre as preferências temáticas do pós-modernismo, tais como as "outras 'identidades' além da de classe", a repressão sexual, a discriminação racial, o meio ambiente e, por que não, a corporeidade¹⁰, afirma que "Nenhum de nós pretende negar a importância de alguns temas pós-modernistas¹¹" (p.17).

⁸ Konder (1998) nos aponta a mesma consideração sobre a necessidade da discussão da corporeidade, porém, não concorda com a abordagem de Eagleton: "Outro exemplo pode ser encontrado no modo sardônico como Eagleton aborda a revalorização da corporeidade por autores pós-modernos. Há, sem dúvida, muito a se discutir sobre o assunto. Para que a discussão seja esclarecedora, porém, o caminho melhor não é o da desqualificação de uma posição pela outra. No entanto, Eagleton debocha do que chama de "saracoteios carnavalescos" do "discurso do corpo". E força um gracejo que aproxima a ginástica de Jane Fonda e a reflexão de Michel Foucault para descrever um movimento de degradação realizado a partir do abandono de Che Guevara! A frase é: "O socialismo de Guevara cedeu lugar à somatologia de Foucault e Fonda" (s.p).

⁹ Para ilustrar como as positivities e críticas geradas pelos matizes pós-modernistas perdem força pelas contradições e limites dessa tendência, Gil (1997) observa em relação à preocupação com o corpo: "Assiste-se actualmente, depois do esforço psicanalítico, a uma verdadeira invasão do culto ao corpo [...] Muito estranhamente, na mesma altura em que esta voga testemunha uma sensibilização crescente pelos problemas do corpo tendente a afirmar sua importância nos mais diversos domínios, retomam-se velhas idéias, velhos esquemas – idênticos aos regimes de signos que serviram para a exploração do corpo: este tornou-se o significante despótico que resolverá tudo, desde o declínio da cultura ocidental, até aos menores conflitos intra-individuais" (p.14).

¹⁰ Villaça e Góis (1998) apresentam de forma resumida a configuração dos estudos sobre a corporeidade no interior do pós-modernismo: "Os teóricos contemporâneos se empenham em caminhos variados que optam pelos hinos aos

Essas afirmações são importantes desde que levemos em conta o cuidado com que Jameson (2002) analisa o pós-modernismo, entendido pelo autor como um movimento do capitalismo tardio. Ele adverte que ao falarmos em pós-modernismo devemos considerar que se trata de um conjunto de concepções estéticas, políticas e filosóficas que não aceita facilmente qualquer tipo de classificação e ou definição. Buscando evitar que questões importantes trazidas pelos debates filosóficos nas últimas décadas sejam simplesmente negligenciadas ou desvalorizadas¹²(a questão do corpo é uma delas), metodologicamente, este estudo assume como importante a discussão da corporeidade (o que vai ao encontro do que se chama concepções pós-modernas), mas busca focalizar a problemática do corpo tendo por objetivo relacioná-la com às transformações políticas, sociais e econômicas mais amplas, indo, assim, em oposição às correntes análises sobre o corpo.

Ao considerar a certa presença das discussões sobre o corpo na atualidade e a intenção de superá-las ou, ao menos, de entender a maneira como elas se vêm desenraizadas das transformações do capitalismo, objetivamos buscar um entendimento mais amplo direcionando o foco analítico para a questão da relação entre a corporeidade e as mudanças no mundo do trabalho. Sendo fácil encontrar pesquisadores, professores e interessados em geral em discutir a corporeidade, de um lado, e em discutir o mundo do trabalho, de outro, é extremamente difícil encontrar obras que versem sobre a corporeidade e suas relações com esse mundo¹³, sobretudo à luz das correntes transformações do processo do trabalho encetadas pelo capital a partir da década de 70. McNally (2001) nota que um dos pontos mais comuns em suportes analíticos pós-modernistas é a declaração, geralmente bombástica, de que algo acabou ou que não existe mais.

avatares naturalistas, por versões neo-iluministas de controle, por movimento libertários do corpo, seja como organismo (linha nietzchiana), seja como campo de forças (Deleuze). Opções pelo corpo hedonista e narcísico no contexto da cultura do consumo (Lipovetsky), delação das estratégias de controle nas suas mais diversas formas com propostas de micropolíticas defensivas (Foucault), reflexões sobre o corpo do consumo de viés neomarxista (Featherstone, Canclini), versões das novas apropriações do corpo alienado no consumo (Eagleton) ou tiradas apocalípticas sobre o fim da corporeidade na simulação total (Baudrillard)” (p.42).

¹¹ Ao comentar a obra de Jameson, diagnostica Anderson (1999): “Uma crítica autêntica do pós-modernismo não podia ser uma recusa ideológica dele. Ao contrário, a tarefa dialética era abrir caminho através dele de forma tão completa que nosso entendimento da época emergisse transformado” (p.78).

¹² Sobre isso, afirma Leandro Konder (1998): “Complexo e contraditório como é, o pós-modernismo não só expressa a realidade social fragmentada do presente, legitimando-a, mas também corporifica, em inúmeros aspectos, uma atitude de insatisfação, de rebeldia implícita em face dela, trazendo algumas observações agudas que nos ajudam a compreendê-la”(s.p.).

¹³ “Se o corpo libidinoso está *in*, o corpo laborioso está *out*” (EAGLETON, 1998, p.74). Lee (1999) também chama atenção para o mesmo fato dizendo: “O corpo, na sua encarnação acadêmica torna-se o mais desconcertante exemplo de uma ‘sensual coisa supersensual’ [...] Relacionado com isso, talvez um dos mais desconcertantes aspectos dessa obsessão com o corpo, é a não atenção ao corpo no trabalho” (p.208).

Ele verifica, pois, que um dos motes principais dessa filosofia é acreditar no “fim do trabalho”, no “fim da história” e no “fim na economia política do corpo”¹⁴. Compreende-se, assim, o fato da temática do **corpo no e pelo trabalho** ser relativamente posta de lado¹⁵.

Por não chamarem a atenção para esse ponto ou por tratarem-no de forma secundarizada, tanto a *Educação Física* (o **corpo pelo trabalho**) quanto a área de *Trabalho e Educação* e os estudos sociológicos e antropológicos do corpo (o **corpo no trabalho**), deixam intocado um foco temático que este estudo pretende sublinhar em sua relevância. A relação entre corpo e trabalho, sobretudo tendo por base as correntes transformações, emerge como objeto que pode ser estudado crítica e detidamente. Ao deixar a relação entre corporeidade e o mundo do trabalho na atualidade sem o devido cuidado, os interessados nessa dimensão educativa desconsideram a seguinte reflexão de Hancock & Tyler (2002):

Hoje, em resposta a um grande número de desenvolvimentos – tais como as mudanças de perspectivas filosóficas sobre o corpo, mudanças nos padrões de trabalho e uma maior preocupação gerencial com a cultura organizacional – sociólogos começaram se perguntar, mais especificamente, sobre o relacionamento entre trabalho, sua organização e o corpo humano (2002, p. 84)¹⁶.

E ao justificarem a afirmativa acima, especificam:

Com a emergência do sistema de fábrica e o crescimento da dominância industrial capitalista durante o século XIX, novos problemas concernentes à organização do trabalho, problemas que, como podemos ver, foram freqüentemente enfrentados pelos corpos no espaço de trabalho. O que talvez

¹⁴ Baudrillard (1999), por exemplo, diz: “O que será do Outro quando ele desaparecer? O que se torna o Real, o que se torna o corpo quando eles foram substituídos pela sua fórmula operacional? O que se torna o sexo, o trabalho, o tempo e todas as outras figuras da alteridade, quando elas caem sob o golpe da síntese tecnológica?” (p.57) Mais à frente, ele responde: “Assim, a arte, o trabalho a religião e o corpo esqueceram de morrer” (p.60).

¹⁵ O não que implica, por sua vez, a não consideração de algumas reflexões no interior mesmo das bases da citada “desconsideração”. Baudrillard (1999), apesar de defender o fim do corpo e do trabalho, afirma também: “Todavia, os mortos, mesmo virtuais, vingam-se. O tempo abolido dentro do tempo real se vinga sob forma de milenarismo delirante ou sob forma de pesquisa desesperada pelas origens. A natureza, reduzida a uma fonte de energia se vinga sob a forma de catástrofes naturais. O corpo experimentado no virtual se vinga sob a forma de virtualidade de patologias auto-imunes” (p.61).

¹⁶ Todas citações em língua estrangeira são livremente traduzidas.

seja mais importante hoje é o reconhecimento acadêmico de que o estudo do corpo “no trabalho” começou a chamar atenção, o que traz consigo novas oportunidades e novos desafios (2002, p. 85).

Essa afirmação evidencia, porém, que do interior da negligência pela temática, começam a surgir análises (e esta tese é um resultado desse processo) que discutem o **corpo no trabalho**¹⁷. Do conjunto de pesquisas sobre a corporeidade no mundo do trabalho, acima apresentada, verificamos que pela similitude de análises e preocupações, é possível o agrupamento dessas concepções em dois eixos que, ao mesmo tempo, dizem respeito tanto ao fato de querer entender o **corpo pelo trabalho**, quanto o **corpo no trabalho**. O primeiro parte do pressuposto de que o corpo, nos processos de trabalho, atende a interesses e objetivos alheios a um desenvolvimento corporal humanamente educativo. Baseados na idéia de que o corpo é instrumentalizado nesses processos, sobretudo na sua forma capitalista, os autores se dedicam em mostrar que o mundo do trabalho (aí está a limitação) não pode trazer nenhuma base para se pensar o desenvolvimento de uma concepção de corporeidade mais complexa. Por conta disso, constatam que os grilhões que amarram o corpo estiveram, estão e sempre estarão presentes, resultando daí uma satanização desse mundo. Raciocinam esses teóricos que tal tipo de análise já foi feito há um certo tempo, não havendo, então, necessidade de desenvolver mais estudos com esse enfoque. Essa consideração, crítica ao constatar a dimensão exploradora e alienante do trabalho na sociedade capitalista, é limitada pelo fato de não visualizar o trabalho como processo prático de construção do próprio homem, já que considera o mundo do trabalho um "pressuposto" que dispensa análises mais aprofundadas, ou que só aparece formalmente nos estudos, sem maiores conseqüências para as conclusões. Afinal, o trabalho somente apresentaria negatividades evidentes à corporeidade, devendo ele ser negado em nome do lazer, ou em nome do cuidado de se analisar a dimensão do consumo que, sobretudo hoje, ofereceria armadilhas ao tempo de **não-trabalho** que poderiam ser dribladas de acordo com o despertar de uma "consciência crítica".

Os estudos que formam o segundo grupo, por sua vez, ao observarem o desenvolvimento dos meios de comunicação e a aplicação da informática nos processos produtivos e também na vida cotidiana, por um lado, concluem que a corporeidade deve ser estudada longe do mundo do trabalho, porque esse trabalho a dispensaria ou, por outro, negam a existência da própria

¹⁷ No Brasil, além dos artigos e trabalhos citados que direta ou diretamente assumem a relação corpo e trabalho como tema, há o artigo de Alves (2005) que sinaliza um caminho importante e com qual esta tese pretende colaborar.

dimensão corporal do homem, defendendo o caráter obsoleto do corpo frente às novas tecnologias¹⁸. Ele poderia ser, então, esquecido frente à dimensão intelectual, ou moldado de acordo com a "vontade" por meio das tecnologias da área biotecnológica.

Não se pode esquecer o grande número de trabalhos em psicologia e saúde pública¹⁹ que analisam a corporeidade no trabalho pelo viés da saúde. Há também os trabalhos de ginástica laboral e a freqüente aparição, nos meios de comunicação de massa, de relatos de empresas proporcionando atividades físicas a seus funcionários, como exemplos de uma determinada "aproximação" entre o corpo e o trabalho²⁰. Todavia, mesmo nessas duas áreas, notamos que, no interior das correntes transformações do mundo do trabalho, a relação corpo e trabalho tende a perder sua força devido ao entendimento de que há um predomínio da inteligência sobre o corpo nas rotinas laborais.

Dejours (1988) expressa essa depreciação da consideração "fisiológica" do corpo trabalhador ao propor aprofundar a questão dos impactos do trabalho na subjetividade operária, analisando a relação trabalho/trabalhador no que diz respeito à psicologia. Para tanto, ele sugere superar os paradigmas que frisam os malefícios do trabalho causados ao corpo. O que se quer, diz Dejours, não é desconsiderar essa dimensão, mas sim levar em conta a simplificação dessas análises e adicionar questões às já discutidas. O autor francês também deixa claro que a discussão que ele levanta é tributária das alterações que começaram acontecer no mundo do trabalho a partir das décadas de 70 e 80. O debate que Dejours quer estimular se sustenta justamente na maior "intelectualização" do processo de trabalho, abrindo espaço para uma discussão mais acurada sobre a "dimensão mental do trabalho industrial".

¹⁸ Bauman (2001) exemplifica esse pensamento ao dizer: “Vivemos uma outra ‘grande transformação’, e um de seus aspectos mais visíveis é um fenômeno que é o exato oposto da condição que Polanyi supunha: a ‘descorporificação’ daquele tipo de trabalho humano que serve como principal fonte de nutrição, ou campo de pastagem, para o capital contemporâneo” (p.140). E continua o autor: “O trabalho sem corpo da era do software não mais amarra o capital: permite ao capital ser extraterritorial, volátil e inconstante. A descorporificação anuncia a ausência de peso do capital” (p.141).

¹⁹ Para um exemplo, ver Ghisleni e Merlo (2005).

²⁰ Para uma análise interessante desse processo a revista mensal *Enjeux – Les Echos*, n. 224, publicou em 08/2006 um número especial de verão intitulado: *Ceci est mon corps – Beauté, santé, jeunesse, le corporellement correct envahit la société et l’entreprise. Nouvelle religion ou ultime projet individuel* (Esse é o meu corpo – beleza, saúde, juventude, o corporalmente correto invade a sociedade e a empresa. Nova religião ou último projeto individual). O sumário desse número está disponível em <<http://www.lesechos.fr/enjeux/pages/sommaire.htm>> , acesso em 10/08/2006. A Folha de São Paulo, no dia 10/12/2006, apresentou uma nota no Caderno Empregos, sobre os resultados da atividade física no desenvolvimento da concentração. Já a Folha Online, no dia 21/11/2006, mostrou uma pesquisa advertindo que metade dos trabalhadores da indústria brasileira estavam acima do peso. Alvez (2005) também apresenta um conjunto interessante de depoimentos que endossa a forma como as empresas vêm adotando procedimentos que “valorizam” a corporeidade.

Frente a essas constatações, perguntamos: é possível estabelecer um relacionamento entre trabalho e corporeidade na qual as mútuas influências possam ser postas em outras bases? Em que se justifica o corrente entendimento de que a corporeidade representa uma dimensão “ultrapassada” para o mundo do trabalho? Como superar a visão de que, na atualidade, as questões do mundo do trabalho não possuem relevância para os analistas das questões do corpo? Quais as conseqüências que essas questões podem ter para aqueles que se preocupam com a educação e a educação do corpo? No esforço de esboçar respostas para essas questões, não podemos negar univocamente as formas de análise da corporeidade no trabalho acima definidas. A intenção é colaborar com o entendimento da temática fornecendo elementos para a problematização dessas visões.

Sem esquecer as advertências de Mandel (1985) sobre o caráter "desigual e combinado"²¹ do trabalho no capitalismo, este estudo leva em consideração que, a partir da crise do capitalismo da década de 70, há um grande conjunto de análises que buscam por em relevo ou as transformações ou as continuidades do modo de produção.

No primeiro grupo, salienta-se que a incorporação das tecnologias informáticas redundou na necessidade de um trabalhador mais qualificado, em rotinas de trabalho menos mecanizantes e que, em alguns casos e em alguns autores, houve o surgimento de um trabalho mais humano, mais significativo.

No segundo, críticos dizem que o conflito entre trabalho e capital assume nesse novo momento um caráter ainda mais agudo em que as “investidas do capital” se fazem de formas ainda mais agressivas, o que é piorado pelo fato de as novas organizações produtivas, e o desemprego estrutural que dela resulta, colocarem condições extremamente desvantajosas para a organização do movimento operário.

Acreditamos que a crise do capital a partir da década de 70 encetou transformações importantes na organização produtiva. Porém, não deve ser esquecido que a incorporação de “novas tecnologias” e novas rotinas de trabalho tocam diretamente uma parcela diminuta da classe trabalhadora e que, mesmo nessa pequena parcela submetida a rotinas de trabalho qualitativamente diferentes no que diz respeito às atividades cotidianas do trabalho, a subsunção

²¹ Escreve Mandel (1985): “A própria acumulação de capital produz desenvolvimento e subdesenvolvimento como momentos mutuamente determinantes do movimento desigual e combinado do capital. A falta de homogeneidade na economia capitalista é um desfecho necessário do desdobramento das leis de movimento do próprio capitalismo” (p.58).

do trabalho ao capital se torna mais intensa tanto pelos resultados diretos sentidos pela classe trabalhadora envolvida nas novas rotinas, quanto pelas conseqüências indiretas, sendo o desemprego e a precarização os efeitos mais observados e sentidos pelos trabalhadores de forma geral. Ou seja, afastando-nos de autores como Negri (1996) Negri & Hardt (2000), Lazaratto & Negri (2001), Lojkin (1995), assumimos que o fato de alguns trabalhadores terem em suas rotinas condições de exercer algum (limitado) controle sobre o processo de trabalho, não faz que disso possa ser deduzido uma sociedade mais justa, um trabalho mais humano e/ou menos explorador.

Ao desconsiderarem o trabalho como um dos balizadores das análises sobre a corporeidade, ou ao contemplar essa relação de modo não crítico, os estudos acabam abrindo mão de problemas que esta tese pretende mostrar como relevantes para o estabelecimento de uma compreensão que visualize a corporeidade de forma a relacionar o indivíduo à sociedade, o racional ao sensível, a ação à reflexão, o subjetivo ao objetivo, a natureza à cultura. Mostraremos que a utilização crítica da categoria trabalho, como balizadora dos estudos sobre o corpo redundava na impossibilidade de discutir separadamente as questões antropológicas e sociológicas implicadas no relacionamento entre corpo e trabalho, e as questões relativas aos cuidados metodológicos para apreender essa relação. Para comprovarmos essa tese, a diferenciação entre **corpo no trabalho** e **corpo pelo trabalho**, utilizada como ponto de partida, será problematizada para evidenciar que ambas questões são melhores estudadas desde que assumam como pressuposto a inseparabilidade de seus objetivos.

Além disso, propomos que é nesta relação que os debates relacionados à educação e educação física, no interior da sociedade capitalista, podem ser discutidos tendo como base as transformações do mundo do trabalho. Ao desconsiderarem essa possibilidade, o importante impulso que os estudos sobre o corpo vêm recebendo na atualidade acaba por não resultar em uma compreensão mais ampliada da temática. Da mesma maneira, as discussões levadas a cabo pelas áreas de *Trabalho e Educação* e *Educação Física*, acabam ou por negligenciar a corporeidade para o entendimento das questões relativas às transformações do mundo do trabalho, ou resultam na secundarização destas questões para o entendimento dos impasses educacionais concernentes à corporeidade.

O ponto de partida desta pesquisa é o proporcionado pela revisão bibliográfica anteriormente feita sobre a maneira como o relacionamento entre corporeidade e trabalho é

comumente analisado: é a consideração de que, no decorrer da história produtiva foi construída uma clivagem entre *trabalho manual* e *trabalho intelectual* ou mental mediados tanto pela divisão do trabalho no interior dos ambientes produtivos quanto pela ampla divisão social do trabalho²².

Essa clivagem, historicamente, não permaneceu estática, uma vez que flutua entre ambas de acordo com as vitórias ou derrotas da burguesia, aliadas ao processo social de incorporação tecnológica na produção. De forma corrente, as análises sobre a corporeidade, tanto nas raras oportunidades em que tematizam a relação corpo e trabalho quanto na forma com que assumem o caráter instrumental do corpo na sociedade como "pressuposto", ou, ainda, quando defendem a total irrelevância dessa relação, sublinham em suas análises ou o caráter de *trabalho manual*, fisicamente extenuante e eivado de movimentos repetitivos ou, ao contrário, o caráter de *trabalho intelectual* que dispensaria a dimensão corporal do homem, considerando-a como um mero suporte da intelectualidade.

Olhando essa divisão mais detidamente, percebemos ser ela a base conceitual que, ao não ser fundamentada em questões históricas gerais, impede uma análise da corporeidade no mundo do trabalho hoje, e isso, por sua vez, inviabiliza e limita a compreensão da própria corporeidade e das suas questões que poderiam ser discutidas, também, pelas questões do trabalho. Neste estudo, procuraremos desenvolver uma análise que contemple as flutuações da dicotomia entre *trabalho intelectual* e *trabalho manual*, concepção e execução do trabalho, com vistas a compreender os sentidos que essas dicotomias produzem sobre a relação entre corporeidade e trabalho.

Para compreender o trânsito entre o geral e o específico do trabalho, com o intuito de buscar uma outra visão das questões relativas à corporeidade, será analisada a relação entre os pólos da clivagem que as análises utilizam como base de seu entendimento da relação corpo e trabalho na atualidade, ou seja: corpo e inteligência. Acima de tudo, é em uma determinada crítica a essa maneira de entender o corpo no trabalho que uma recente produção nas áreas de sociologia, administração e psicologia sobre a questão do "body at work" começa a ser elaborada.

Aproximar a discussão sobre o corpo com a discussão do trabalho deve ser um esforço que tenha claro as críticas que a importância do trabalho para as análises da sociedade vem

²² Corbin, Courtine e Vigarello (1995) sintetizam essa forma de ver a corporeidade do trabalhador: "O operário aparece pouco acessível ao refinamento das mensagens sensoriais as perturbações que essas podem ocasionar. O trabalho da mão desenvolveu neles o tocar em detrimento dos sentidos intelectuais, que são a vista e a audição. O corpo do operário pesa como excesso sobre a atividade intelectual e perturba o progresso do espírito" (p.251).

recebendo nos últimos anos, e que dizem respeito aos limites que essas questões possuem para fornecer a base para um entendimento mais amplo e crítico das questões econômicas, culturais e sociais. Em grande medida, podemos verificar que a penetração dos questionamentos que o trabalho vem recebendo, ou a forma como ele vem sendo negligenciado, estão intimamente relacionadas à falta de uma análise mais complexa sobre suas possibilidades. Possibilidades essas que hoje, ao lado das críticas, encontram-se reforçadas por outros estudiosos. Scarry (1985), por exemplo, observa um reavivamento das afirmações engelsianas sobre a centralidade da mão que trabalha no desenvolvimento histórico-evolutivo do homem. Para sustentar seus argumentos, Scarry utiliza o mesmo reconhecimento feito por Gould (1982).²³

Há que se ter à frente as advertências de Eagleton (1993), segundo as quais, razões de ordem política e ideológica também interferem na força dessa crítica. Porém, essas razões são potencializadas pela falta de um estudo mais detido em torno das possibilidades heurísticas que a crítica adoção da categoria trabalho como ponto de partida e chegada da pesquisa pode proporcionar para os debates relativos à corporeidade. Por isso, uma análise da relevância do trabalho é crucial para se lançar as bases metodológicas com as quais, neste estudo, focalizaremos as correntes análises sobre o **corpo no e pelo trabalho**, principalmente no relativo desdém que essas análises imputam à referida relação. Assim, no capítulo subsequente a estas *Considerações Iniciais*, verificaremos a forma como a modernidade aborda a questão do corpo e do trabalho; também será tematizada a atualidade do debate sobre a importância do trabalho e as possibilidades que ele oferece para se pensar em alguns questionamentos já levantados na modernidade e que apresentam uma importância ainda maior na contemporaneidade.

No terceiro, analisaremos como as representações sociais que se tem de corpo, tecnologia e ciência impactam a forma como os homens analisam as questões do trabalho e do **corpo no trabalho**. Será verificado como o corpo, visto como central, no século XIX e início do século XX, passa a ser posto de lado a partir da década de 50 para, nas décadas de 80 e 90, ser retomado nas análises, mas agora conjugado com a questão da inteligência e informação e não mais com a do esforço muscular.

²³ Vale registrar que ambos não desconsideram traços de lamarckianismo na argumentação de Engels. Também, de particular importância é a obra de Woolfson, C. (1982). Lukács (1979, 2004), também, apesar das críticas a Engels, não nega a importância da análise engelsiana sobre o trabalho o desenvolvimento homem.

No quarto capítulo, reconhecendo a importância dessas representações, serão problematizados, a partir dessas análises, alguns limites e possibilidades no sentido de colaborar para o avanço do entendimento da questão do **corpo pelo trabalho**.

Nas *Considerações Finais* procuraremos refletir sobre os resultados do estudo, ambicionando lançar as bases de uma reflexão que estabeleça as mediações entre as transformações do mundo do trabalho, a corporeidade e sua educação.

O estudo é teórico. Justificamos essa opção pelo fato de a produção acadêmica sobre a relação entre corpo e trabalho na atualidade não estar ainda sistematizada. Além disso, os estudos que oferecem as bases para justificar a importância da discussão entre corpo e trabalho, não têm como alvo direto essa questão. Ao reunir estudos de diversas áreas do conhecimento, buscaremos construir uma possibilidade interpretativa da relação corpo e trabalho que incorpore questões já levantadas e proporcione fundamentos para suscitar outras. Se a falta de estudos específicos sobre uma temática, em alguns casos, leva o pesquisador a buscar apoio empírico, a falta de sustentação teórica o afasta dessa busca, sinalizando que tal recuo seja necessário para que o avanço sobre ele se realize no futuro.

CAPÍTULO II

O TRABALHO NO INTERIOR DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A QUESTÃO DO CORPO.

A partir da década de 70, uma quantidade considerável de estudos vem discutindo a relevância do mundo do trabalho para explicar os problemas econômicos, sociais e culturais, devido ao impacto da incorporação de novas tecnologias, das transformações e da crise do capitalismo.

Tópicos como “desemprego-estrutural”, “sociedade do conhecimento”, “fim do trabalho”, todos eles, ambicionaram colocar em xeque a relevância do mundo do trabalho como anteparo para o enfrentamento de problemas que afligem a sociedade, do mesmo modo que significaram a maneira como os processos de trabalhos passaram a serem analisados. Sobretudo a questão do papel e das representações do corpo, vistas como demasiadamente distantes dos impasses produtivos, tanto pela quantidade de pessoas que ela emprega, quanto pelo crescente processo de substituição da corporeidade humana. Remontando aos primeiros instrumentos empregados, essa visão alcança seu ponto mais alto com as tecnologias da comunicação e informática, tomadas como capazes de substituir também as capacidades intelectuais. Ou seja, se é possível defender o “fim do trabalho”, o “trabalho sem o corpo”, “trabalho imaterial”, notamos que esses conceitos permeiam a forma como a relação entre corpo e trabalho é (des)considerada, justificando que a tematização das novas representações relativas ao corpo deveriam ser estudadas longe das do mundo do trabalho.

Por conta disso, é necessário verificar de forma mais próxima, em primeiro lugar, a maneira como a importância do trabalho é debatida tanto por quem a defende como por quem a critica.

2.1 - As críticas à importância do trabalho para o entendimento dos dilemas da contemporaneidade.

O leque de estudiosos que se detém na demonstração dos limites do mundo do trabalho como fonte de questões para a contemporaneidade, é grande. As críticas ao mundo do trabalho, vão desde as mais estreitas e apressadas, até as elaborações filosóficas que apresentam apontamentos críticos que devem ser considerados pela importância que possuem, não decorrendo disso a aceitação dessas análises.

Esse é o caso da obra de Habermas²⁴ (1988). Sua intenção é proporcionar uma base filosófica para pensar a contemporaneidade, que não abra mão da razão e, diferente das filosofias da modernidade, não a supervalorizem. Habermas oferece uma crítica contundente das concepções e análises sobre a razão, que são feitas no seio do paradigma pós-moderno. Para Habermas, elas não são capazes de fazer diferenciações necessárias, por exemplo, entre emancipação e manipulação, consciente e inconsciente, verdade e ideologia (p.399). Ele defende que é possível pontuar as positivities e as negatividades, a transformação do conservadorismo, caso busquemos o princípio normativo que possa orientar análises e as opções políticas da sociedade. E isso ele encontra na “ação comunicativa” estabelecida entre os homens na vida cotidiana.

As práticas cotidianas, diz o filósofo, vêm sendo constantemente “colonizadas” pelo crescente processo de racionalização das forças produtivas. Como consequência, tem-se a condição de verificar a repercussão desse processo de racionalização nos processos de “coisificação” das relações humanas contraídas na cotidianidade, cuja solução, para Marx, passaria pela prática revolucionária. Habermas nota que Marx foi um dos primeiros a se preocupar com as relações entre os imperativos do *sistema* e o *mundo-da-vida*, sobretudo quando ele define as categorias e as relações entre trabalho concreto e abstrato, trabalho vivo e morto. A subsunção do *mundo-da-vida* se dá pelos imperativos da reprodução do capital, marcada pela secundarização do valor-de-uso e dos trabalhos concretos. Para Habermas, entretanto, o raciocínio “produtivista” de Marx é o mesmo posto pelas reações “neo-conservadoras” que

²⁴ Sobre Habermas, afirma Frigotto (1998): “Trata-se de um autor fértil e rico em contribuições nos mais diversos campos. Parece-nos, todavia, que é importante tensionar justamente o fundamento da divergência em relação à centralidade do trabalho e a perspectiva de conflito, no interior da sociedade capitalista” (p.31).

buscam melhorar a produção do capital em detrimento do enriquecimento da vida cotidiana. Nesse sentido, Habermas afirma que é preciso:

... que as pulsões vindas do mundo vivido possam influenciar sobre a autoregulação dos sistemas funcionais. Isso supõe, na verdade, uma outra relação entre, de um lado, os espaços públicos autônomos, organizados por eles mesmos, e, de outro, os domínios de ação regulados pelo dinheiro e pelo poder (p.431).

O filósofo assevera que a clareza com que a modernidade se apegou às categorias do que ele chama de “filosofia da reflexão”, deixa de ser evidente nas categorias da “filosofia da práxis”, tais como *ação, processo de autocriação e trabalho*. E isso ele nota também no desenvolvimento de filosofias de certo modo influenciadas pelo marxismo. Para Habermas (1988), nenhuma delas é capaz de proporcionar fundamentos normativos para uma teoria crítica da sociedade, não sendo diferente o resultado dos esforços de Lukács (1979, 2004).

Tendo por base essas teses, o filósofo alemão busca, então, definir a “filosofia da práxis” para, então, partir para sua crítica. Ele designa a “filosofia da práxis” como “paradigma de produção”, pelo seu apego ao trabalho como base explicativa para as questões sociais e culturais. Para Habermas, o “paradigma da produção” pode ser apreendido da seguinte maneira:

A práxis social aparece então sobre um duplo aspecto : de um lado, ela aparece como um processo de produção e apropriação que se completa em função das regras técnicas e utilitárias, indicando constantemente o nível de troca entre sociedade e natureza, ou o estado das forças produtivas; por outro lado, ela aparece como o processo de interação regulamentado pelas normas sociais, exprimindo o acesso seletivo ao poder e a riqueza, enunciando, dito de outro modo, as relações de produção, as quais realizam o conteúdo material – a saber, as qualificações e as necessidades dadas em função da situação – dentro da forma específica de uma estrutura por privilégios que fixa a repartição das posições (p. 99).

Habermas (1988) não concorda com a ambição da filosofia marxista de querer entender o complicado processo de relação entre homem e natureza e as relações dos próprios homens, ao

mesmo tempo. Ou seja, a produção teria limites claros para a compreensão das interações sociais. Ele nega que as esferas das forças produtivas e das relações de produção se determinam de forma recíproca, negando também que as esferas sociais e técnicas não podem ser separadas. Tendo como alvo um dos estudos de Markus (1982), Habermas (1988) nota que a “filosofia da práxis”, mesmo afirmando que a natureza e a técnica também são subordinadas aos valores e interesses específicos da natureza subjetiva, não possui base normativa para a elaboração de uma análise efetivamente emancipadora da realidade social, proporcionada somente pela “atividade orientada para a intercompreensão” (p. 101).

Um dos limites criticados por Habermas (1988) nessas concepções é a inexistência de um lugar importante para a vida cotidiana. Habermas observa que Marx: “[...] chegou até a designar a prática cotidiana como o lugar onde o conteúdo racional da filosofia deveria se integrar às formas de vida de uma sociedade emancipada” (p.400). Por outro lado, Marx também não teria conseguido elaborar uma resposta contundente para a necessidade de se oferecer uma concepção de razão que consiga compreender as particularidades da vida cotidiana, ambição essa que Habermas (1988) possui e que outras filosofias se mostraram incapazes, limitando-se a adjetivar as complexidades da vida cotidiana das mais variadas maneiras: “prática”, “vida”, “moral social” (p.401). Como consequência, diz Habermas :

[...] o infatigável machado da reconceitualização elimina o resíduo indigesto do mundo vivido insuficientemente complexo, e então precisamente o domínio fenomenal ao qual se interessa uma teoria social que não rompeu ainda todos os pontos com as experiências críticas da ordem pré-científica (p.419).

Habermas (1988) sublinha o problema que a transposição da ciência ou da filosofia para as esferas da vida cotidiana redundarem em riscos importantes à “integridade dos contextos do mundo de vida” (p. 401). Por isso, continua o filósofo: “[...] quando evocamos a complexa relação entre as culturas dos *experts* e aquelas da vida cotidiana, nós nem mesmo tocamos os paradoxos mais profundos da racionalização social” (p.402). O que é visto também é o limite do “paradigma da produção” no fato, “empiricamente comprovável”, de a sociedade do trabalho ter chegado ao seu fim. Nesse raciocínio ele acaba somando-se a pensadores como Rifkin (1995),

Aznar (1993) e Offe (1991)²⁵. Observamos, também, que essa limitação está presente em Arendt (2005), que ao falar sobre as contradições apontadas por Marx e a dialética entre trabalho abstrato e trabalho concreto, posiciona-se também de forma a criticar a obra marxista. Para Arendt (2005), o problema das análises de Marx é afirmar ao mesmo tempo o trabalho como categoria central para o entendimento da sociedade, e o elemento a ser eliminado para a construção de uma sociedade sem classes (p.151)²⁶.

Uma outra matriz analítica importante de ser abordada é a desenvolvida por Negri e Hardt (2000). Sem negar as questões do trabalho, como faz Habermas, os autores de *Império* negam a relevância do tempo-espaço de trabalho como importante frente a *imaterialização* do trabalho. A base foucaultiana dos autores faz com que eles afirmem que os espaços de luta política, antes, primordialmente conectados com os espaços de relacionamento entre capital e trabalho, agora estão espalhados por toda sociedade atingindo a cotidianidade, “micro-fisicamente”, sendo ela produtiva por si mesma. Diferentemente de Habermas, eles afirmam que não há mundos separados, o que há é a vida cotidiana atingida pelas malhas do poder que, em última instância, determina o mundo do trabalho. É sobre essa base que os autores esperam ultrapassar Marx: advogando a incompatibilidade da teoria valor-trabalho em um mundo em que o trabalho assumiria um caráter *imaterial* e extremamente dependente das particularidades cotidianas e do consumo, formadas e determinadas fora do trabalho.

Apesar das diferenças que existem entre essas abordagens, percebemos que elas prezam pelo esforço de se entender a construção da sociedade baseada nos relacionamentos pessoais estabelecidos cotidianamente. Para isso, ou abrem mão do mundo do trabalho ou atribuem a ele um lugar secundarizado.

2.2 - O mundo do trabalho como lugar para se pensar as questões da contemporaneidade.

As posições contrárias à consideração do trabalho têm como base a refutação de posicionamentos que advogavam uma derivação automática e/ou mecânica entre as

²⁵ Para uma análise que “empiricamente” mostra o contrário, ver Schor (1993).

²⁶ Sobre esse ponto, afirma Kosik (1970): “De fato, a redução da jornada de trabalho, que é uma premissa prática da liberação da predominância do fator econômico, não elimina em nada a necessidade para homens, mesmo em uma sociedade livre, de estabelecer entre eles relações de produção determinadas, já que a produção aí terá um caráter social” (1970, p.78).

transformações do trabalho e as transformações das dimensões sociais, políticas e culturais da sociedade. Essa refutação é importante, porém ela deve ser detidamente analisada para evitar que uma consideração mais precisa do mundo do trabalho não signifique simplesmente abandonar as questões concernentes às transformações produtivas da sociedade. Esse abandono é tão criticável quanto afirmar que é a economia a “base” das superestruturas. Nesse sentido, Kosik (1970), observa que as considerações limitantes do trabalho baseiam-se no que ele chama de *fator econômico*. Ou seja, tratava-se de encontrar um *fator econômico* quando do estudo de uma obra literária, por exemplo, e explicá-la, assim, pela “economia”.

Propondo, como fizeram Habermas e os autores de *Império*, refletir sobre a contemporaneidade, Kosik (1970) diz que a idéia de *sistema econômico*, “representando a unidade e a conexão de todas as esferas da vida social” (p.79), diferentemente do entendimento baseado no *fator econômico*, considera a totalidade das relações sociais como “produção”, como “práxis humana”, na qual o trabalho tem um lugar importante. Essa reflexão procura, assim, assumir que a consideração do trabalho, da produção social da existência social, não deve ser reduzida a um dado econômico. Ela é um amplo processo, impossível de ser captado individualmente, mas mesmo assim concreto em toda sua historicidade.

Seguindo o caminho dessas reflexões, encontramos a obra de Lukács (1979, 2004), para quem a reflexão sobre o lugar do trabalho é de grande relevância²⁷. Para ele, é possível ver a construção das **potencialidades humanas no e pelo trabalho**, desde que a diferença entre trabalho como relação entre homem e natureza, e o trabalho abstrato sobre a égide da reprodução do capital, seja considerada. Lukács intenciona explicar como utilizar o trabalho como um momento importante da sociedade, sem cair em mistificações e simplismos economicistas.

O trabalho, não entendido na sua dimensão especificamente capitalista, mas como atividade humana presente em todos momentos da história, proporciona um encontro de elementos díspares, isolados e que somente socialmente podem se encontrar, dando início ao ser social, diferente, porém dependente do ser natural. É por isso que “ O trabalho pode ser considerado, pois, como fenômeno originário, como modelo do ser social ...” (p.59) É o trabalho o ponto sobre o qual a transformação humana e a complexificação social ocorrem.

O trabalho é um dos momentos em que o caráter prático da produção humana mais claramente se apresenta. E esse caráter possibilita que, em determinados desenvolvimentos

²⁷ Sobre a questão do trabalho em Lukács, apoiamo-nos na obra de Lessa (2002).

sociais, a atividade laboral acabe desviando-se dessa própria práxis quando ela se torna determinada por relações sociais que separam o trabalhador dos produtos que produz, tanto pelo incremento da divisão social do trabalho quanto pela própria apropriação privada dos meios e dos produtos. Por isso, o trabalho nunca deve ser usado diretamente como meio para a compreensão da sociedade, afinal, a partir do próprio trabalho, outras problemáticas intervêm de forma intensa, não podendo ser desconsideradas. Disso deriva que, mesmo assumindo o trabalho como categoria central de sua análise, são justamente as características do trabalho como elemento fundante que **impossibilitam** que haja um **paralelismo absoluto** entre o desenvolvimento histórico da sociedade e o seu desenvolvimento teórico. Essa advertência é válida para a própria base produtiva da sociedade:

Antes de mais nada, aparece no valor, enquanto categoria social, a base elementar do ser social: o trabalho. A ligação deste com as funções sociais do valor revela os princípios estruturadores fundamentais do ser social, que derivam do ser natural do homem e, ao mesmo tempo, do seu intercâmbio orgânico com a natureza, um processo no qual cada momento – a conexão ontológica ineliminável entre a insuperabilidade última dessa base material e sua constante e crescente superação (tanto extensiva quanto intensiva), ou seja, sua transformação no sentido da socialidade pura – revela tratar-se de um processo que culmina em categorias que, como é o caso do próprio valor, já se separaram inteiramente da materialidade natural (1979, p.48).

Vale esclarecer também que a própria concepção de produção para Marx, além do sentido econômico, concreto de produção da existência, possui também um sentido ontológico mais largo. Lukács (1979) verifica que, mesmo nos estágios mais primitivos da sociedade, ela nunca esteve ligada à mera reprodução biológica, exclusivamente: “... somente quando o caráter predominante da produção no processo de surgimento e modificação da distribuição é colocado de modo claro é que se torna possível compreender corretamente a relação entre econômico e extra-econômico”²⁸ (p.73).

Para Lukács, essa consideração do trabalho oferece a base para o desenvolvimento das ciências, que partindo de questões concretas relacionadas com a resolução de problemas

²⁸ Ver também, Lukács, (1979), p.102. Essa questão é tratada, pelo viés da antropologia, por Shallins (2003). Essa obra vale a pena ser consultada pela forte contraposição que faz em relação à idéia que Lukács defende, acima apresentada.

imediatos, vão atingindo níveis de abstração cada vez maiores. Obviamente que o retorno e o impacto sobre a prática, sobre a liberdade de escolha entre alternativas existentes e para a própria visualização de novas alternativas, tudo isso faz da ciência e da filosofia, por mais abstratas que venham a ser, atividades práticas. Com o processo de escolhas entre alternativas e construção de causalidades cada vez mais complexas, a ciência acaba surgindo como resposta da necessidade de sistematizar as reflexões que são feitas na hora de optar entre as alternativas postas pelas condições concretas a cada momento.

É nesse ponto que Lukács adverte contra os riscos de se fetichizar a razão (p.94). Esse reconhecimento, ausente no “marxismo vulgar”, também não é encontrado no que Lukács (1979) chama de “filosofias idealistas-burguesas”. Tanto uma quanto as outras estabelecem relações antinômicas entre o material e o espiritual, entre o natural e o social, não conseguindo, dessa forma, apreender os nexos específicos do ser social. Afirma Lukács (1979):

[...] essa dialética é incompreensível para quem não é capaz de colocar-se acima daquela visão primitiva da realidade, segundo a qual só se reconhece como materialidade, aliás como objetividade em-si, a coisalidade, enquanto se atribui todas as demais formas de objetividade (relações, conexões etc) assim como todos os reflexos da realidade que se apresentam imediatamente como produtos do pensamento[...], a uma suposta atividade autônoma da consciência (p.48).

Para o filósofo, só podemos escapar da capitulação frente às particularidades objetivas e subjetivas, reconhecendo a prioridade ontológica do “material” na constituição do ser social. E ele justifica esse ponto, ao verificar que tomar o trabalho como parâmetro de análise, não quer dizer reduzir a reflexão à atividade laboral em si, mas considerar o seu caráter social (p.51). Mesmo reconhecendo a importância dos atos particulares Lukács (2004) acrescenta: “Mesmo a mais complexa economia é uma resultante de posições teleológicas individuais, de suas realizações, ambas sob a forma de alternativas. [...] Mas, a partir de um certo nível, esta totalidade não pode ser captada pelos sujeitos econômicos individuais” (p.137).

O relacionamento entre totalidade e particularidade recebe nuances importantes para a temática deste estudo quando Lukács nota que, com o desenvolvimento do ser social e o estabelecimento de relações mais complexas entre o social e o natural, o próprio ser biológico,

antes considerado um todo em sua particularidade, passa a fazer, pelo trabalho, parte da totalidade do ser social que, mesmo superando a natureza, não existe sem a sua base.

Marx, afirma Lukács (1979, 2004), ao assumir a centralidade do trabalho como fonte de socialização e construção do homem pelo próprio homem, observa que a riqueza produzida e as forças produtivas são objetivações do desenvolvimento do domínio do homem sobre suas forças naturais, socializando-as e usando-as para o contínuo estabelecimento das relações entre cada indivíduo, sociedade e a natureza, em um grande processo só socialmente possível. Além disso, é daí que surge e se desenvolve, a possibilidade de cultivo e de respeito às particularidades, cada vez mais reconhecidas à medida que a sociabilidade se estende. A consideração do processo social de produção possibilita um ponto de partida para a análise social, sem que esse ponto seja válido de forma homogênea para todas as épocas e sociedades, sendo essa diferença que valoriza a importância de outras dimensões a serem utilizadas como fonte de pesquisa que, apesar de variadas e específicas, compõe a totalidade social proporcionada pelo trabalho no seu sentido mais amplo.

Essas ponderações sobre a importância do mundo do trabalho são utilizadas por algumas análises que se posicionam criticamente em relação às idéias que negam essa relevância. Para Mooers (2005) a despeito da importância da dialética do trabalho abstrato e concreto, Habermas não vê no trabalho a origem do espaço público possibilitado pela linguagem, mas o vê nas capacidades cognitivas e formais da mesma: “Em outras palavras, a razão comunicativa se desenvolve de acordo com seus próprios imperativos e caminho evolucionário e não deveria ser equalizado com o que Habermas vê como um exagerado modo historicista e produtivo de Marx” (p.9).

Um dos pontos de fragilidade que Prado (s.d.,c) encontra em Habermas é o fato de o autor alemão entender *trabalho produtivo* de forma limitada, acarretando um entendimento de trabalho como serviço, totalmente desvinculado da ampliação e reprodução do capital, e caracterizado como predominantemente intelectual. O filósofo alemão não consegue ver a relação entre a “atividade que representa o trabalho ou a produção de produtos”, com a totalidade das criações culturais, sobretudo as mais “elevadas”, criadas no seio da intercomunicação e ações humanas. Essa limitação, que atinge tanto analistas mais apressados, quanto aqueles que oferecem importantes contribuições para a reflexão da sociedade, não encontra espaço nas reflexões de Lukács (1979, 2004) e Kosik (1970, 2003).

Contrariamente ao que pensa Habermas, acreditamos que a discussão sobre o mundo do trabalho é importante. A distinção entre o *mundo de vida* e *sistema*, proposta pelo autor é limitada frente às questões postas por Lukács e por Kosik. Markus (1982) resume assim o que ele considera ser relevante e que, na nossa análise, Lukács fizera:

Um novo exame da solução marxista do problema da constituição pelo paradigma da produção – particularmente do ponto de vista de sua capacidade de articular as relações entre faticidade e normatividade em geral, entre as regras técnicas em geral, entre as regras técnicas e as normas sociais em particular – parece então ser uma tarefa da atualidade (p.83).

Além disso, há o fato de que Habermas, ao criticar o “paradigma da produção” tomando entre outros a obra de Markus (1982), não considera que, nas palavras do próprio Markus:

[...] obtendo no mesmo tempo o princípio da racionalidade por finalidade além da esfera do puramente técnico por alcançar aquela das relações sociais propriamente ditas, [...] ele coloca a riqueza social como o objetivo da produção unicamente sob a forma de objetos de trabalho social abstrato objetivado, ou seja, valor. (p.109).

Por conta desse limite a ser questionado na obra habermasiana, e tendo por base o pensamento de Lukács e Kosik, vemos que a questão do corpo e do trabalho são ausências que devem ser questionadas. É o que Crossley (1997) faz quando ele defende que a idéia de que tanto os estudos sobre o corpo, quanto a análise de Habermas, poderiam ser aprimoradas, se uma levasse a outra em consideração. A possibilidade do pensamento Habermasiano em colaborar com o desenvolvimento de uma teoria da corporeidade não impede Crossley de reconhecer que Habermas concebe a comunicação e a ação humanas como “descorporificadas”. McNally (2001) também acredita ser importante considerar concretamente o corpo que trabalha para o entendimento da linguagem, o que está ausente no pensamento de Habermas. Sobre ele, diz McNally (2001):

[...] ele desconecta a linguagem do corpo, sensação, trabalho, e Eros, assim o que demarca o corpo das estruturas do poder e da dominação. [...] Depois de tudo, sugerindo que emancipação não é possível no nível do trabalho social, e nos deixando com uma desistoricizada, ultracognitivista teoria da linguagem, Habermas então reduz o poder da crítica e então restringe o conceito de emancipação... (p.109)

Crossley (1997) observa que, mesmo o corpo sendo hoje reconhecido como um dos meios de uma teoria crítica renovada (o que já era reconhecido por Adorno e Horkheimer, lembra Crossley) o pensamento de Habermas não o considera dessa forma, apesar de ele oferecer condições para tematizar a condição corporal na contemporaneidade, desde que enriquecida ou amparada por outras linhas de pensamento que, para Crossley, poderia ser a fenomenologia de Merleau-Ponty (1976)²⁹. Além disso, há o fato de que aquilo que Habermas chama de racionalização ou de colonização do *mundo da vida* poderia ser, a rigor, enormemente enriquecido caso fossem consideradas as *técnicas do corpo*, na expressão de Mauss (2005) utilizada por Crossley (p.33-34).

Uma conclusão interessante que Crossley extrai de sua intenção de “incorporar” a teoria habermasiana é a necessidade de discutir o conceito de trabalho exposto por Habermas e o entendimento de corpo que se deve ter quando a questão do trabalho é levada em conta. Crossley verifica que é fundamental considerar o trabalho, como práxis corporificada, contemplando de modo diferente da maneira Habermasiana, para a qual o trabalho não ofereceria mais um bom panorama explicativo da sociedade. Crossley (1997) lembra que o “sistema” é constituído pelo corpo que trabalha e que interage dentro e fora das práticas laborais. Considerar a relação corpo e mundo do trabalho é necessário. Porém não é suficiente, justamente pelas características do próprio trabalho, enquanto processo social:

Trabalho, para Habermas, é uma forma instrumental da ação que transforma o mundo natural e material de acordo com o desejo e as necessidades humanas, pela humanização desse mundo e criando a cultura material. Isso é necessariamente um processo corporificado. [...] O conceito de trabalho levanta outras exigências em relação à concepção de corpo que nós requeremos para uma renovação da teoria crítica de Habermas. Isso, por sua vez, requer que tanto

²⁹ Para uma análise fenomenológica da classe trabalhadora, com questões sobre a corporeidade abordadas extensivamente, ver Charlesworth (2000).

a plasticidade do funcionamento corporal, como o do ritmo e a habilidade de trabalho que podem ser adquiridas, assumisse a primordialidade [...] tal qual é evidente no trabalhador qualificado. Isso não é o corpo do objetivista, para quem técnicas são só movimentos no espaço, governados por “arcos-reflexos” isolados. É, de novo, corpo sujeito cujas técnicas e ações são flexíveis e modos adaptáveis de entendimento de se situar no mundo. O corpo habilidoso do trabalhador não repete ações mecânicas em situações idênticas. Ele utiliza princípios de ação em diferentes modos a diferentes situações. Entretanto, trabalho implica mais que um corpo-sujeito. Trabalho implica mais que hábitos significativos que definiriam a relação corpo-mundo. Trabalho é uma maneira de satisfação de necessidades e (ao menos algumas) necessidade é baseada no corpo biológico ou sistema orgânico (p.35).

Tendo por base essas considerações, Crossley (1997) nota que o corpo na teoria de Habermas, tem um caráter “central” (mesmo sem ser reconhecido pelo filósofo alemão) afinal Habermas preocupa-se com a reprodução social que, para Crossley, é necessariamente corporal. Sobre isso, colocam-se de acordo Negri e Hardt (2000), que apresentam sobre o pensamento habermasiano a seguinte crítica:

De fato, quando Habermas desenvolveu o conceito de ação comunicativa, demonstrando tão fortemente sua forma produtiva e as conseqüências ontológicas que se depreendem disso, ele partia sempre de um ponto de vista exterior aos efeitos da mundialização, de uma perspectiva de vida e de verdade que poderia enfrentar a colonização do indivíduo pela informação. A máquina imperial, todavia, demonstra que este ponto de vista exterior não existe mais. Ao contrário, a produção comunicativa e a construção da legitimação imperial caminham juntas e não podem mais, serem separadas (p.60).

Se as críticas de Crossley (1997) são importantes ao apresentarem algumas limitações do referencial habermasiano no que tange à relação corpo e trabalho, notamos que o autor, mesmo propondo a inclusão do corpo e do trabalho nas análises, o faz de uma forma limitada. A crítica a Habermas, baseada na questão da corporeidade, que em Crossley redundava em uma valorização fenomenológica não consegue extrapolar o âmbito do trabalho como atividade.

No que diz respeito a Negri e Hardt (2000), Boron (2003) nota que o esforço dos autores em explicar a sociedade para além dos formalismos jurídicos, baseando-se no conceito de “biopoder”, deve ser questionado. Em primeiro lugar, tematizar as relações da vida cotidiana,

baseada na “microfísica do poder”, longe de ser uma novidade, já é algo bastante praticado. Boron, sem negar a importância das análises de Foucault, mostra que Tocqueville (2005), por exemplo, já conseguia elaborar análises que penetravam nas relações pessoais enxergando nessas a presença das estruturas políticas e sociais (p.30). Habermas afirmou a importância de Marx nesse sentido, o que também fora feito pelo próprio Foucault (1971, 2005), ao dizer que há “coisas interessantes sobre o corpo em Marx” (p.84)³⁰.

O grande mérito das análises de Lukács (1979, 2004) e Kosik (1970 e 2003) é conseguirem abarcar o relacionamento complexo que se dá entre as estruturas sociais e a vida cotidiana, mediadas pelo mundo do trabalho. A relação entre liberdade e causalidade posta e colocada pelo desenvolvimento dos processos de trabalho, revela o seu caráter prático. Esse caráter prático, essa importância que o trabalho assume na análise de Lukács é o resultado de todo o desenvolvimento histórico da sociedade, mas que teve condições concretas de reconhecimento potencializadas pelas mudanças que ocorreram nos albores da modernidade. A sociedade capitalista, ao enfatizar a necessidade de valorizar a importância prática dos conhecimentos produzidos simultaneamente a criação de condições para um processo imenso de produção desse conhecimento com níveis de formalização e abstração cada vez maiores, abre espaço para que esses conhecimentos influenciem de forma cada vez mais radical a prática produtiva e a própria vida cotidiana.

Observamos, então, que no interior do debate sobre o trabalho, devemos levar em consideração alguns pontos que, comumente, são deixados de lado. No caso deste estudo, tanto a importância e as limitações da obra de Habermas (1988), Hardt e Negri (2000), quanto a defesa do trabalho para discussão da sociedade, evidenciam que é possível iniciar um processo de compreensão sobre a corporeidade na sociedade capitalista atual tendo por base as transformações que ocorrem no mundo do trabalho, tomando este como um componente importante para a própria construção social das possibilidades e limites da corporeidade, ao mesmo tempo que deve ser reconhecida a importância da corporeidade para os processos de transformação e reprodução social. Essa possibilidade é ampliada já na modernidade, em que tanto a questão do trabalho, quanto à questão do corpo são intensamente discutidas em conseqüências dos embates e das transformações que ocorreram.

³⁰ Trata-se de uma entrevista dada por Foucault à Revista *Quel corps*, em 1971. Este texto, assim como todos reunidos em *Microfísica do Poder*, estão disponíveis em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/microfisica.pdf>> Acesso em 04/08/2006.

2.3 - O corpo no e pelo trabalho: a questão da divisão entre trabalho manual/intelectual.

A preocupação de várias áreas do conhecimento com as problemáticas concernentes ao corpo vem constantemente associada à idéia de ruptura com a relativa indiferença com que ele fora, até então, tratado. A base da maioria dos estudos em história, sociologia, antropologia, filosofia e educação parte do pressuposto de que essa temática representa um rompimento com os limites “racionalistas” da modernidade.

Entretanto, a intenção de se atribuir um rompimento total com a modernidade, ou de se afirmar que agora se preocupa com algo totalmente negligenciado, deve ser analisada. Ao considerarmos o processo de desenvolvimento da modernidade, podemos ver que a questão do corpo aparece com grande importância e com as características que aqueles que hoje estudam a corporeidade, apresentam em suas análises.

A relevância da questão do corpo para a modernidade pode ser ainda verificada de forma mais clara se a compararmos com as transformações que ocorriam concomitantemente nas formas de trabalho e, conseqüentemente, na própria forma como trabalho passou a ser visto socialmente. Arendt (2005), observa que é com o desenvolvimento da modernidade que o trabalho ganha um estatuto que não tivera no Medievo e, sobretudo, na Antigüidade. Para os gregos, por exemplo, o fato de a sociedade conceber o trabalho como assunto privado, ligado às necessidades de manutenção da vida, secundárias em relação à política, não ocasionou o fato dos conhecimentos técnicos e científicos disponíveis redundarem em desenvolvimento produtivo.

É no despontar do mundo moderno que o trabalho assume um outro estatuto, sendo discutido como questão pública, de interesse geral, encetando as condições para o desenvolvimento produtivo baseado na aplicação dos conhecimentos disponíveis para o incremento da produção. A autora, além disso, nota que é exatamente o fato de o trabalho ter se tornado uma atividade pública que possibilitou os impactos ocasionados quando do desenvolvimento da divisão social do trabalho. Arendt (2005) enfatiza que é essa transformação que dá as bases para o surgimento da ciência econômica o que, de acordo com as concepções gregas, seria inconcebível. O próprio termo “economia política”, tendo por base o pensamento grego, é uma contradição (p.81).

No interior do processo de transformação do trabalho na e para a sociedade, Arendt (2005) também observa que uma das bases e resultados desse debate é a consideração do corpo. A concepção moderna de propriedade, baseada no trabalho do corpo, já está presente em Locke (1983). A questão do corpo, retomada na modernidade, está indissolivelmente ligada à “condição humana”³¹ do trabalho:

O trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cuja espontaneidade crescente, o metabolismo e eventualmente a corrupção, são ligadas as produções elementares cujo trabalho nutre esse processo vital. A condição humana do trabalho é a vida ela mesma (p.42).

Uma consequência dessa publicização das questões econômicas, baseada na discussão aberta e interessada sobre os processos de trabalho, é a manutenção das necessidades do corpo como o refúgio da privacidade, que, na antiguidade, compreendia também a produção dos meios para a satisfação dessas mesmas necessidades: “Nós julgaremos tão mais sintomático da natureza desses fenômenos que o pouco que nos resta de estritamente privado na nossa civilização se relacione à “necessidade” ao sentido original que justifica o fato de ter um corpo” (p.115)³².

Se a produção das condições para a subsistência individual e social torna-se alvo de discussões e estudos, as manifestações corporais ganham estatuto, ao mesmo tempo, mais elevado³³ em função da importância que passam a ter se bem educadas, e vigiadas, por conta do caráter contrário ao fortalecimento da base filosófica racionalista, que se alastra na sociedade no

³¹ Uma consequência interessante desse processo é apontada por Arendt: “Nós nos tornamos excelentes nos trabalhos que executamos em público, mas nossa aptidão à ação e à palavra perdeu muito de suas qualidades desde que o surgimento do social as exilaram na esfera do íntimo e do privado. Nós geralmente notamos essa curiosa disparidade: nós acusamos de ordinário, um pretendido desnível entre nossas capacidades técnicas e nossa evolução humanista em geral, ou entre as ciências físicas que modificam e dominam a natureza, e as ciências sociais que não sabem ainda mudar nem guiar a sociedade. [...] Nem a educação, nem a criatividade, nem o talento não saberiam substituir os elementos constitutivos do domínio público que fazem propriamente o lugar da excelência humana” (p.89).

³² Marx (2001) capta esse processo e relaciona-o com a alienação do trabalho na sociedade capitalista: “...o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo nas suas funções animais – comer, beber e procriar, quando muito, na habitação e no adorno, etc. – enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal. O elemento animal torna-se humano e o humano, animal” (p.114).

³³ Herzfeld (2004) aponta da seguinte maneira as diferentes dimensões nas quais é tematizado o corpo desde os inícios da modernidade: “... a mais íntima parte da existência humana – o corpo humano – é também a metonímia mais comum para sua manifestação pública. O termo ‘corpo político’ captura a característica irônica de cada relativamente nova Nação-Estado, especialmente nascida da revolução contra o opressor tirânico” (p.34).

esteio do desenvolvimento produtivo³⁴. Nesse sentido, o caráter “contraditório”³⁵ da modernidade³⁶ em relação ao corpo é bem observado nas análises de Elias (1994), Foucault (2005), Adorno & Horkheimer (1985) e Fehér & Heller (1994).

No que diz respeito ao trabalho, Arendt (2005) nota que um resultado proporcionado pela consideração das questões relativas ao relacionamento com o corpo, vistos os novos articuladores das relações entre o público e o privado, foi o alcance social, político e filosófico que tiveram as seguintes categorias: trabalho qualificado, trabalho não-qualificado, trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Além da mais importante, por tocar a subjetividade de quem trabalha: a distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual. A autora considera que, para o desenvolvimento da ciência econômica, as distinções entre trabalho produtivo e improdutivo tiveram uma importância mais pronunciada. Entretanto, o fato de a modernidade mostrar claramente a necessidade e as condições de dividir e entender trabalho ou como intelectual ou manual é de extrema relevância para o entendimento das relações entre corpo e trabalho.

As questões concernentes ao trabalho, ao terem assumido um estatuto público e terem se tornado alvo de atenção nos mais variados campos, fizeram com que essa distinção entre aquilo que o corpo executa e o que a inteligência proporciona pudesse ser vista como ponto de partida para se estabelecer as relações entre as transformações no mundo do trabalho e a importância que os estudos começaram a dar ao corpo.

Para se construir o entendimento da importância dessa relação entre trabalho do corpo e trabalho da inteligência verificaremos como, paralelo a esse processo social de transformação social que ocorreu no início da modernidade e que colocou o trabalho e o conhecimento em íntimo relacionamento, as relações entre corporeidade e trabalho começam a serem estabelecidas pela distinção entre *trabalho mental* e *trabalho físico*.

³⁴ Explica Herzfeld (2004): “A importância dos corpos dos cidadãos como o *locus* dessa intimidade é um desafio para o Estado, que procura controlar o espaço no qual as pessoas se movem e os significados que eles criam” (p.35).

³⁵ Para análise desse ponto, ver: Herold Jr (2004). Guiraldelli Jr. (1996) diz: “Para Foucault, de modo relativamente semelhante a Elias, a modernidade não é uma época que pode ser caracterizada pela exclusiva idéia da repressão aos impulsos e ao corpo” (p.82).

³⁶ As formas de consideração do corpo no capitalismo redundam, necessariamente, em uma análise mais aprofundada da questão do corpo na Idade Média. Para estudos sobre a história do corpo no medievo, ver Rodrigues (1999) e Le Goff & Truong (2003). Interessante observar que nessas duas obras, a análise histórica do corpo na idade média também é pautada pela tensão controle e liberação da corporeidade humana.

2.3.1 O estabelecimento hesitante das fronteiras entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, os limites e possibilidades das críticas subseqüentes.

Se não podemos dizer que essa forma de entendimento das ações e produtos humanos fora uma invenção da modernidade, podemos, ao menos, seguindo a reflexão de Arendt (2005), verificar que é no processo de formação da sociedade capitalista que ela assume uma importância basilar nos processos de desenvolvimento econômico-produtivo. Sendo impedida, também, a afirmação de que o desenvolvimento científico e filosófico ocorrido no início da modernidade fora **a causa** do surgimento do capitalismo, ainda há espaço, todavia, para percebermos as mútuas influências que ocorreram.

O número de mediações culturais, sociais e políticas, é grande. Vernant (1988) mostra que a sociedade grega, mesmo com a grandeza de seu desenvolvimento intelectual, não encetou um desenvolvimento de forças produtivas proporcional ao seu desenvolvimento científico e filosófico. O mesmo pode ser dito sobre algumas sociedades orientais que, durante a idade média européia, mantiveram e foram responsáveis por parte importante do renascimento cultural ocorrido no ocidente que colaborou, também, intensamente com o desenvolvimento do capital no ocidente. Pensar a produção, colocá-la como problema para além da incessante repetição de procedimentos aprendidos pelas gerações anteriores, supõe, além da condição social necessária, baseada na distinção de classes sociais, uma base filosófica em que a antecipação, a projeção de atos e resultados estejam colocados. Um olhar nas sociedades da Antigüidade e poderemos verificar como a produção esteve marcada pela divisão entre os que pensam e aqueles que executam. Sohn-Retel (1989) analisa essa divisão como originária no desenvolvimento da propriedade privada.

Séris (2000), assim como Arendt (2005), verifica que essa divisão está presente na história desde a Antigüidade, passando pela idade média e chegando à modernidade com os enciclopedistas. Na distinção entre artes liberais e mecânicas, que está explícita na *Enciclopédia*³⁷, o autor nota a presença da distinção entre corpo e alma. O próprio nascimento da filosofia tem uma das suas bases na dissociação entre o que se sente e o que se pensa, colocando

³⁷ Para uma análise dessa distinção, ver Rugiu (1998).

essa distinção como base para a explicação do estabelecimento da primazia da razão que, no entender de Matos (1997), fez da filosofia um grande “processo educativo”.

Os debates filosóficos, por sua vez, mostram que essa questão é espinhosa e os contendores não poupam argumentos ou para verificar a necessidade e benefícios dessa distinção, ou para mostrá-la como um erro e redução ou, ainda, para apresentá-la como algo plausível, porém limitada. Nesse sentido, o debate especificamente grego que estabelecia diferenças entre *teoria*, *métis* e *doxa*, é elucidativo.

Vernant (1988) mostra que na estrutura social grega, a sabedoria e conhecimento exercidos pelo homem na execução de uma tarefa não eram valorizados. Se no tempo de Aquiles, a sua fama vinha pelo fato de ele ser um homem de palavras e ação, o mesmo não acontece na Grécia Clássica, onde a reflexão teórica assume um estatuto muito maior do que qualquer tipo de inquietação sobre a resolução de problemas “concretos”, mesmo quando se punham a pensar sobre problemas do discurso, como os sofistas. Esses e qualquer outro profissional ligado à solução dos problemas do cotidiano, do mundo sensível, não contemplavam com o seu pensamento a grandeza do mundo livre da *pólis*. Nesse sentido, Jaegger (1995) mostra que a *Paidéia* grega, ao valorizar as atividades do corpo como instrumentos educativos, fazia-o sem qualquer vinculação prática produtiva, sendo essas atividades e o seu culto pela força, beleza e harmonia, a base sobre a qual se construiria o futuro filósofo, se seguirmos a pedagogia de Platão, por exemplo.

Quando nos confrontamos com a modernidade e com a transformação que ocorre no entendimento humano sobre o trabalho, o conhecimento e a corporeidade, notamos que a reflexão sobre a *métis*, dispensável para os gregos, passa a ser encarada com outro valor. Na realidade, o conjunto de variáveis que começam a intervir na condução dos rumos sociais faz com que os homens comecem a se preocuparem com o conhecimento, suas fontes e aplicações. Assim, a publicização das questões do trabalho, discutida por Arendt (2005), é interessante por sublinhar uma das bases do desenvolvimento científico moderno e suas relações com o desenvolvimento das forças produtivas.

Sobre essas novas bases, o conhecimento advindo da prática, da manipulação, da ação, assume uma importância que não existia para gregos. Da pedagogia, veio a defesa de que o conhecimento deveria ser útil, tal como observamos nas educações de Rabelais (1991), Montaigne (1984) e Locke (1986). Da ciência, são as lentes manuseadas por Galileu que fazem

com que o “acreditar no que os olhos vêem” torne-se tão perigoso para as visões de mundo estabelecidas, como narra Brecht (2001). A “utopia” torna-se não mais a sociedade governada pelo filósofo, mas a sociedade que pensa os problemas concretos e os resolve baseada na razão, objetivando aliviar o sofrimento do homem. Tornar a sociedade uma “Nova Atlântida” seria uma obra de reflexão e de ação. O Estado se transforma no gerente dos interesses privados - elevados e discutidos publicamente - dos homens que, Arendt (2005) analisa, deveriam ter as condições necessárias para exercer as “forças” depositadas em si.

Para essa grande mudança, o poder do conhecimento e da ação em criar e transformar as coisas, visto como o sustentáculo da “dignidade do homem” (MIRANDOLA, s.d.), ocasionou um intenso debate sobre o conhecimento, suas características e suas possibilidades. Além disso, a mesma operação se deu em direção à própria realidade, buscando espaços para a elaboração de um conhecimento “seguro” e que, sem desconsiderar a concreticidade do mundo, afinal é nele que as ações acontecem, não seja sujeito às constantes modificações que ele sofre.

Nesse ponto que a reflexão de Descartes (1999) é útil. No desenvolvimento de sua filosofia, ao estabelecer a crítica da herança aristotélica, matematizando a realidade física e natural e baseando-se na dicotomia entre corpo e alma, Descartes estabelece uma das bases filosóficas para a reflexão sobre o processo de desenvolvimento capitalista das forças produtivas que começou a ter lugar no início da modernidade. A solução proposta pelo autor de *Discurso do Método* proporciona condições importantes para a discussão sobre a presença ou ausência do corpo nos processos de trabalho.

Deleule e Guéry (1972) também analisam a importância da obra cartesiana para o entendimento das questões relativas ao relacionamento entre corpo e modo de produção capitalista. Para os autores não se trata de conceber Descartes, simplistamente, como uma expressão do capitalismo, como fizera Borkenau (1934). O que Deleule e Guéry (1972) vêem em Descartes é um esforço de síntese do processo tecnológico em geral, a saber, retirar do processo de vida uma finalidade natural e transferir essa finalidade para um domínio que não é a própria vida. E continuam, Deleule e Guéry, a captarem o processo de desenvolvimento do pensamento mecanicista de Descartes, afirmando:

A teoria do homem-máquina aparece nesse sentido, para além de um projeto de inteligibilidade global que ela participa, como reconhecimento e exploração de

uma característica original da vida: a vida como uma conquista e dominação da natureza; e, simultaneamente, o homem-máquina encarna o estratagema pelo qual se efetua uma transferência de finalidade que expulsa o ser vivo desse projeto. É assim colocada a possibilidade de pensar o corpo produtivo como conseqüência da perturbação das relações entre o homem e a natureza – a humanidade como roubo da natureza – seguindo um plano que não cessa de escapar ao interesse (1972, p. 70).

Dessa forma, a teoria da vida como mecanismo é plena de conseqüências para a moderna compreensão do trabalho e do corpo no interior do processo de trabalho, que Deleule e Guéry (1972) assim sintetizam:

Para que seja construído o corpo produtivo, é necessário que se efetue a fragmentação do corpo biológico, que a unidade perdida possa se encontrar apenas em uma apreensão epistêmica que não exclua a divisão das tarefas; é preciso que o ato produtivo seja retirado do corpo próprio, do trabalho vivo, para se refugiar no gesto parcelado que tira seu significado e sua eficiência somente do ser orgânico [...], garantia de sua infalibilidade, mas inclusa dentro de um mecanismo geral cujo sentido escapa primeiramente do ator e que, no seu desenvolvimento mesmo, marca-o no seu corpo, para, conforme a fábula de Menêmio Agripa, fazer aceder o indivíduo a uma representação metonímica dele mesmo onde um fragmento do corpo torna-se o corpo inteiro (p.71).

É essa tensão histórica entre os que pensam e aqueles que executam que faz Deleule e Guéry (1972) darem para Descartes o lugar de pensador do mecanismo ou “ideólogo” do maquinismo. Para os autores, Descartes é, ao mesmo tempo, “reflexo” e “programa” do corpo produtivo capitalista.

Le Breton (2003) avança suas considerações sobre a questão do corpo ao verificar que o dualismo entre homem e seu corpo, resultado do dualismo cartesiano, é totalmente observável no desenvolvimento produtivo do capitalismo, marcado pela parcialização da tarefa, abrindo mão da totalidade humana, em prol do aproveitamento de sua energia muscular (p.69). O corpo da ciência, da tecnologia é o corpo humano despojado de suas características inabsorvíveis, ou informalizáveis pelo pensamento científico e que, por isso, ficavam de fora da exploração econômica do corpo e de seu planejamento (p.75). Para o sociólogo francês, é isso que possibilita toda construção filosófica racionalista e mecanicista que, conseqüentemente, condiciona uma

justificativa filosófica para os procedimentos de utilização do corpo pelo capitalismo. Isso, diz Le Breton, é o que faz com que a idéia de que o corpo seja o apêndice da máquina, e não o próprio homem; é esta cisão que é possibilitada pelo pensamento de Descartes (p.80)³⁸.

O estabelecimento dessa “antropologia”, na qual o homem é dividido pela sua capacidade de fazer e sua capacidade de pensar, não fora algo fácil. Além disso, uma vez colocada essa visão que separa o pensamento da ação, não se pode afirmar que ela fora uma conquista ou que ela fora mantida de forma tranqüila e inquestionável. É interessante verificar que o dualismo entre pensar e fazer, sobretudo quando diz respeito às questões técnicas e seus relacionamentos com a questão produtiva, é alvo de muitas críticas. Para Leroi-Gourhan (1986), a originalidade humana não está em uma composição dualista na qual, aos mecanismos biológicos, seriam acrescentadas as “elevações” do espírito. Nesse sentido, escreve o antropólogo que: “ Não é possível que essa contradição seja defensável pois ela é formulada pela distinção tradicional entre *homo faber* e *homo sapiens*... » (p.83-84). Para Sérís (2000), a distinção entre intelectual e manual é perigosa, entre outras coisas, para se analisar o aspecto técnico, se esta divisão for tomada de forma radical. Sérís (2000) se pergunta: “Como compreender que a experiência técnica se divida em duas áreas tão dessemelhantes que passam por mutuamente exclusivas” (p.136)?

Os questionamentos colocados por Leroi-Gourhan (1986) e Sérís (2000) baseiam-se em pesquisas sobre o uso e desenvolvimento técnico de instrumentos por sociedades pré-históricas. Por outro lado, as críticas ao dualismo proposto por Descartes pelos estudos que hoje buscam focalizar o corpo no trabalho tem um caráter diferente.

Um rápido exame sobre alguns textos que defendem o estudo da corporeidade no trabalho evidencia as críticas que Descartes recebe ao propor a referida solução para as questões sobre a possibilidade de um conhecimento correto, baseado na separação entre corpo e mente.

Dale e Burrell (2000) amarram as reflexões da biologia, da administração, do trabalho e da modernidade filosófica de Descartes. Isso pode ser observado, dizem os autores, por meio do fato de que os trabalhadores acabam sendo vistos por uma ótica “objetivista”, na qual o homem é concebido como um mero compartimento que recebe o conhecimento produzido por outro.

³⁸ Por outro lado, não escapa a Le Breton (2003) a relação ambivalente que tem a ciência com o corpo. Afinal, a ciência se construiu como tal a partir da possibilidade de elaborar um discurso livre das contingências corporais e, ao mesmo tempo, sempre buscou meios de duplicar o corpo, buscando incessantemente ultrapassar suas vulnerabilidades e seus limites (p. 81).

Dale (2001) também atribui a Descartes uma grande importância na definição da forma atual de pensar a administração do trabalho nas organizações. Ela verifica e justifica essa importância apoiada em dois pontos:

Há dois modos pelos quais o pensamento de Descartes é persistentemente significativo para a construção ocidental de corpo e de desenvolvimento do “necessidade anatômica”. Primeiro, instituindo a visão mecânica dos trabalhos internos do corpo, e, segundo, separando mente e corpo (2001, p. 101).

A autora não deixa de notar que nos escritos de Bacon essas características já aparecem. Mas é Descartes o definidor dos modelos de racionalidade que foram largamente empregados no século XIX e XX e que foram exemplificados pelas práticas fordistas e tayloristas. Foram elas, baseadas na filosofia de Descartes, que possibilitaram o uso do corpo do trabalhador³⁹, totalmente livre de qualquer influência dos desejos, dos pensamentos ou da inteligência⁴⁰. Dale não esquece de acrescentar que o corpo, na sociedade capitalista ocidental, além de servir de metáfora para a própria sociedade e para a organização institucional, fora ele próprio construído como uma organização industrial. Para a autora, o conceito de “organização” evidencia a herança da racionalidade moderna.

Casey (2000) também observa a forma como o capitalismo industrial acabou por legitimar a racionalidade moderna e seus preceitos, que primam pelo contorno tecnologizado, descorporificado e dessensibilizado da sociedade. É com essa constatação que a autora começa seu estudo notando que o atual interesse sociológico sobre o corpo significa uma negação dessa herança filosófica no sentido de permitir a construção de categorias que privilegiem o estudo do que fora até o momento negligenciado. Para isso, as críticas pós-modernas são também invocadas, sendo elas a base sobre a qual essa mudança na reflexão sociológica se justifica (p.54). A idéia de que o corpo é uma metáfora da organização e que esta incorpora a visão

³⁹ Tanto na ciência, como no trabalho o corpo possui características que se assemelham, diz Dale: “[...] o corpo torna-se fragmentado dentro de si mesmo e separado de seu contexto. Embora particularmente na adoção do conceito de organização o corpo se torna objetivado como distinto do ‘corpo vivo’. [...] ‘O corpo’ nas ciências sociais e naturais foi segregado como a entidade material do sujeito corporificado” (DALE, 2001, p.119).

⁴⁰ “O trabalhador ideal será um corpo disciplinado quase sem uma mente, [...] um homem musculoso e ignorante, tão estúpido que ele dificilmente sabe como carregar pedras” (BAHNISCH, 2000, p. 63).

cartesiana, também é defendida por Linstead (2000). Este autor apoiando-se na reflexão de Deleuze e Guattari (1995)⁴¹, propõe a necessidade de uma “organização sem órgãos”.

Esse parâmetro de análise da distinção entre trabalho intelectual e manual, baseado na dicotomia de Descartes, é presente tanto na negligência com o que a questão do corpo e do trabalho é tratada, como na forma como essa temática começa a ser discutida de maneira sistemática pela administração e sociologia.

De um lado, ao verificarem que o trabalho é corporal ou intelectual, os estudiosos se dedicam a um enfoque ou a outro, de acordo com a configuração, mais ou menos “física” ou “intelectual”, da organização produtiva. Ou então, afirma-se a importância do corpo pra quem trabalha, chamando a atenção para uma dimensão até então desconsiderada e que poderá deixar de sê-lo à medida que se valorizem mais os sentimentos, para que eles sejam “liberados”, e menos a razão, tida como limitadora e limitada.

O problema dessas duas visões é que elas silenciam o debate entre as possibilidades, as configurações, as separações e os contatos entre ação e pensamento que possui grande importância não só para a temática deste estudo. Deve ser enfatizado que não era essa a atitude de Descartes, pois ele no processo de desenvolvimento de seu pensamento, ao afirmar a importância da distinção substancial entre corpo e mente, não deixou de negar que a fazia por limitações de difícil transposição, o que é confirmado pelo debate que a obra cartesiana causou e pela crítica feroz que recebe hoje⁴². Sibilia (2002), não esquece de verificar que a forma com que Descartes é analisado nos estudos sobre o corpo deve merecer um grande cuidado. A sua leitura da obra Descartes⁴³ observa que o dualismo entre corpo e alma proposto pelo filósofo era por ele visto

⁴¹ Para duas análises sobre o corpo e que se sustentam em Deleuze e Guattari, ver Santaella (2004); e Villaça e Góes (1998).

⁴² Sobre o pensamento de Descartes e críticas às formas apressadas com as quais ele é analisado ver: Baker & Morris (2002). Braustein e Pépin (1999) citam Merleau-Ponty (1976) para endossar esse reconhecimento: “Descartes sabia-o bem, dado que numa célebre carta a Elizabeth distingue o corpo tal como é concebido pelo uso da vida do corpo tal como é concebido pelo entendimento” (1999, p. 92).

⁴³ “[...] Descartes, em particular, estabeleceu a dependência de todos os acontecimentos da realidade para com as leis da física e, portanto, o determinismo da natureza. Mas, segundo ele, isso só diz respeito à matéria, ou seja, à extensão; além do nosso corpo, regido pelo mecanismo, temos uma alma, experimentada na consciência e como consciência, alma que é absolutamente independente das leis da matéria e é capaz de influir nos movimentos do corpo. Assim, os animais são máquinas, pois não têm alma (alma sendo apenas pensamento), mas os homens são a união de um corpo-máquina e de uma alma inteiramente espiritual. [...] Assim, a possibilidade da ciência física é conciliada com a experiência do pensamento e da liberdade: para essa filosofia, temos um corpo-máquina, mas o homem não é uma máquina. Contudo, por mais que essa abordagem seja satisfatória, ela levanta o problema da união entre as duas substâncias: a contrapartida e, por assim dizer, o preço do dualismo[...] é que o modo de ação da alma sobre o corpo e do corpo sobre a alma torna-se incompreensível” (BARBARAS in NOVAES, 2003, p.67).

como uma limitação ou uma necessidade que, reconhecidamente, não se configurava como a melhor solução.

Não se trata de defender Descartes, mas de notar que a base para distinção entre trabalho do corpo e trabalho da mente era vista com desconforto por esse pensador. Na composição de sua obra, ele reconhecia o limite dessa divisão e sublinhava a necessidade de se continuar refletindo sobre ela. Sérís (2000) vê em Descartes o reconhecimento da diferença que há entre conhecer algo, fazer algo e a complexa relação entre conhecimento e ação. É assim que Sérís (2000) resume sua maneira de exprimir a necessidade de reconhecimento dos limites do conhecimento abstrato ou teórico em relação à ação, com a prática:

Do lado dos exercícios intelectuais, o método não tem mais respostas para tudo. A habilidade, essa prontidão e facilidade para adotar a postura adaptada a situação, possui sua correspondente intelectual. É a astúcia, na escolha oportuna e emprego adequado dos procedimentos disponíveis, nos atalhos e curtos-circuitos dos procedimentos, na busca das analogias que permitem obter as soluções sequenciais, da livre disposição do já saber, ao serviço daquilo que a gente quer encontrar (p.142).

Encontramos em Sérís (2000), também, o reconhecimento que o papel exercido pelas leis, fórmulas, ou abstração intelectual é limitada para explicar ou estimular grande parte das ações humanas ligadas à habilidade, à arte, à destreza etc⁴⁴. Para comprovar que, nesses casos, “O conhecimento das regras não são suficientes...” (p.141), Sérís cita Descartes ao tratar de uma filosofia ...

[...] prática, pela qual conhecendo a força das ações do fogo, da água, o ar, dos astros, dos céus e de todos outros corpos que nos rodeiam, tão distintamente que nós conhecemos os vários *métiers* de nossos artistas, nós poderíamos empregá-los da mesma maneira para todos os usos apropriados, e assim nos colocam como mestre e possuidores da natureza (DESCARTES apud SÉRIS p. 141).

⁴⁴ Enfatiza Sérís : “Que a gente chame saber, *savoir-faire*, pouco importa, o saber não é obrigatoriamente anterior, exterior e transcendente ao fazer. Pensar que ele se libera pouco a pouco da ação é tão esclarecedor que imaginar a ação, e, sobretudo, a ação técnica, tão conseqüente, e tão dependente de quantidade de circunstâncias, como aplicação deliberada de um saber adquirido” (p.222).

Essa discussão sobre os limites da divisão moderna entre trabalho manual e intelectual não tem como objetivo apresentar uma resposta ao enigma colocado por Descartes que, ainda hoje, incita pesquisas nos mais variados campos científicos, tendo quem considere essa discussão como ultrapassada, levando em conta os rumos tomados pela reflexão filosófica, sobretudo no século XX⁴⁵. O que queremos é notar que o par dicotômico *trabalho manual* e *trabalho intelectual*, amplamente utilizado quando a relação entre corpo e trabalho é entabulada, é o ponto sobre qual giram tanto aqueles que definem o trabalho como divisível entre intelectual e manual, quanto aqueles que ao defender a “presença” do corpo no interior da “organização”, colocam Descartes como *persona non-grata*, pois ambicionam um entendimento mais complexo do trabalho ou porque buscam rotinas de trabalho menos “racionalistas” e mais “humanas”. Entretanto, essa postura acaba desconsiderando nuances que não devem ser esquecidas⁴⁶.

Então, além do abandono da questão entre corpo e trabalho, tida como óbvia em tempos de “novas tecnologias”, há uma revalorização da discussão do corpo baseado na crítica a Descartes, intencionando superar a hierarquização que valoriza o trabalho intelectual em detrimento do manual ou corporal. Essa dicotomia exerceu grande influência na compreensão e no desenvolvimento do trabalho no modo de produção capitalista e análise que dele se fez.

Se a existência desses posicionamentos evidencia o caráter prático da ação humana, notamos que ela nem sempre é compreendida em sua radicalidade por tais posicionamentos. Podemos perceber isso na compreensão que se constrói nos diferentes momentos da história sobre a relação dos processos de trabalho com o corpo, aparecendo ele ora como central, ora como supérfluo, e, além disso, retomado com outras características e com outras representações. É isso o que analisaremos no próximo capítulo, tematizando o **corpo no trabalho** industrial e o corpo no interior dos debates sobre as correntes transformações do mundo do trabalho.

⁴⁵ Ver Rorty (1994) para uma visão que critica a existência da discussão como fundada nos preceitos filosóficos da modernidade. Para uma visão mais ampla das discussões sobre o problema corpo e mente ver Rosenthal (2000) e Teixeira (2000). Uma defesa da visão de Descartes está em Foster (1991).

⁴⁶ Aqui, a obra de Baker & Morris (2002), é essencial.

CAPÍTULO III

O CORPO NO TRABALHO: CONSOLIDAÇÃO E CRISE DO CAPITALISMO E A CONSTRUÇÃO DE DIFERENTES VISÕES SOBRE A CORPOREIDADE E A INTELIGÊNCIA NO TRABALHO.

3.1- Trabalho e capitalismo industrial: o corpo visto como motor.

A análise dos debates sobre a questão do trabalho no século XIX evidencia que o corpo era tido como foco, como objeto central das reflexões sobre os limites e as possibilidades da sociedade industrial.

De um lado, temos essa afirmação, que contraria, de uma certa maneira, a tentativa de retomar o corpo como objeto de análise do trabalho. De outro, há essa centralidade corporal nos processos industriais que, ao encara o corpo como fonte e meio de gasto energético, promove uma visão extremamente coadunada com os debates científicos da época. Podemos conceber o desenvolvimento da indústria tendo como anteparo analítico das formas com as quais o corpo humano era entendido. O mesmo pode se dizer do corpo, cujas diferentes imagens foram altamente influenciadas pelo processo de incremento das forças produtivas. Nesse momento o relacionamento entre o **corpo no trabalho** e o **corpo pelo trabalho** apresenta características que facilitam sua apreensão “empírica”.

Dale e Burrell (2000) afirmam que é no século XX, com o desenvolvimento da forma de trabalho capitalista sob a égide do fordismo e do taylorismo, que essa aproximação entre corpo e indústria pode ser vista de forma mais clara. No estabelecimento da relação entre o desenvolvimento das práticas produtivas industriais, a ciência e o corpo, Rabinbach (1992) verifica como os desenvolvimentos científicos estavam conectados com questões de caráter político e ideológico na sociedade capitalista do final do século XIX e início do XX, notando como os resultados das pesquisas feitas na física e na fisiologia estavam presentes em várias dimensões da sociedade (p.5). A discussão era encontrar a fórmula exata para lidar com o corpo, conseguindo, ao mesmo tempo, explorar suas forças sem destruí-las (p.6).

A idéia de trabalho, como racional e moral, vinha como um componente de extrema relevância. Era pelo trabalho que o medo de desagregação social pelo excesso ou falta de uso corporal poderia ser combatido, dando condições para que a sociedade se desenvolvesse. Essa idéia foi fundamental e foi expressa tanto na filosofia como na economia.

Foi a partir da mudança na maneira de se considerar o trabalho, mediada pelas transformações da sociedade no século XIX, que ocorreu, no final do século, o surgimento de um grande aparato científico que, em última instância, tinha como objetivo investigar a forma como a *energia* (conceito-chave) deveria ser aplicada no interior do trabalho e, conseqüentemente, em toda sociedade. O que estava em jogo era a “questão do trabalho”⁴⁷: a viabilização do trabalho, a produção material da sociedade, enfim, o capitalismo de uma forma geral, proporcionavam as condições com as quais os homens encaravam os fenômenos físicos e fisiológicos, influenciando em seus conceitos e procedimentos científicos. Partindo dessa constatação, ao verificar que o corpo e o trabalho estavam intimamente relacionados, Rabinbach (1992) defende que o conceito de *Fadiga* “... se tornou o conceito e o meio pelo qual o corpo industrial foi mais bem entendido e empregado” (p.23).

A tese de Rabinbach (1992) é que no interior desse fervilhar científico (Ciências do Trabalho, absorvendo as idéias de Helmholtz), filosófico (o trabalho, que passou a ser visto como fonte de racionalidade e correção) e social (o incremento produtivo do capitalismo bem como suas crises), a idéia de *human motor*, surge como uma metáfora que colocava o corpo trabalhador como o centro das investigações científicas, morais, filosóficas e políticas. A força conceitual desses termos advinha do fato de que eles proporcionavam a quem estudasse o mundo do trabalho as ferramentas básicas para resolver os problemas com a mão-de-obra, que eram ocasionados pelo desenvolvimento produtivo do capitalismo (p.25).

O conceito *força de trabalho* vem como uma possibilidade de redefinir não somente o homem e sua sociedade, mas o próprio universo nos termos advindos do mundo do trabalho⁴⁸. Essa imagem não escondia o otimismo que, apesar dos problemas oriundos das suas próprias possibilidades produtivas, era explícito se levarmos em conta os próprios termos com que a

⁴⁷ Afirma Banta (1993): “No ano de 1910 o nível de sofisticação trazido para sustentar novos métodos de financiamento, produção e distribuição de bens avançaram em um ritmo estonteante. Às vezes parecia ter permanecido apenas um obstáculo para a sociedade aperfeiçoada pela aplicação do princípio científico de gerência: o que concerne às partes rotuladas de ‘elemento humano’ ” (p.26).

⁴⁸ “Universalizado como o demiurgo presente em toda natureza, o conceito de força de trabalho redefiniu o princípio de movimento do universo em termo de “trabalho” (RABINBACH, 1992, p.55).

problemática era elaborada. Rabinbach (1992), ao tentar focalizar esse processo de forma mais específica, vê nos estudos de Helmholtz uma das bases. Helmholtz, além de ter desenvolvido a lei de conservação da energia, foi o responsável direto pela idéia que concebe equivalências entre o funcionamento do universo e o funcionamento do trabalho na sociedade. Uma idéia da relevância das idéias de Helmholtz pode ser verificada, nestas palavras do próprio cientista, citadas por Rabinbach (1992):

Embora esses artistas podem não ter esperado dar para a criatura de sua engenhosidade uma alma dotada com perfeição moral, ele especulou, ainda havia muitos que gostariam de dispensar as qualidades morais de seus servos, se no mesmo tempo suas qualidades morais pudessem ser eliminadas, e para alcançar a despeito da mutabilidade da carne e dos ossos, a regularidade da máquina e a durabilidade do cobre e o aço (p.58).

A relevância dessas idéias que ligaram a natureza e o trabalho também se dá pelo fato de Helmholtz conseguir “purificar” o trabalho humano de qualquer questão relativa à inteligência e à perícia do trabalhador. Não que elas não existissem, mas elas não eram consideradas como ponto de investigação a ser estudado. Como observa Rabinbach (1992): “Para Helmholtz o valor do trabalho humano fora determinado mais pela força gasta que pela habilidade envolvida, o que era um produto das contingências” (p.59).

Por outro lado, a equalização entre homem, natureza e universo não é total ou sem restrições. O que especifica o homem é o fato de seu trabalho possuir uma forma mais variada e sujeita a influências que alteram o seu rendimento. Entre os próprios homens, não há diferenças. O conceito de energia equaciona os trabalhos dos mais variados tipos, sendo totalmente indiferente às suas aplicações.

Com o surgimento da tecnologia industrial do século XIX, o corpo humano passa a ser visto como uma **máquina termodinâmica**. Essa visão do corpo como algo estável, inclusive em seu relacionamento com a sociedade, sujeito a total compreensão pelas leis da natureza, seria abalada, alguns anos depois, por Freud. Mesmo assim, com o incremento das transformações, com o desenvolvimento da tecnologia industrial e o aumento produtivo, o ideal termodinâmico invade toda a sociedade para se transformar, então, na baliza discursiva que orientava não só os debates técnicos, mas também os de caráter político e ideológico.

Vatin (1999) também explora a maneira como o ambiente científico do século XIX e século XX influencia e é influenciado tanto pelas questões econômicas concretas, como pelo desenvolvimento da literatura econômica produzida no momento. Ele observa que o relacionamento entre as ciências econômicas e as ciências físicas é complexo e explica-o da seguinte maneira: “... a inspiração encontrada pelas ciências econômicas e sociais na termodinâmica tem por fonte aquilo que a termodinâmica encontrou no pensamento sócio-econômico” (p.29). À semelhança dos conceitos termodinâmicos (vistos em relação à moeda e à energia), também a física passa a ser vista pelo viés do trabalho:

De um canto a outro, [...] a história da física aparece impregnada de considerações econômicas e sociais. O conceito de energia saiu do conceito de trabalho e este remete primeiramente ao trabalho humano ao mesmo tempo gasto primitivo (do sofrimento humano) e fonte de todo produto (utilidade) (p.31).

Vatin (1999), ao analisar o surgimento e o desenvolvimento das ciências sobre o trabalho, segue o mesmo caminho que Rabinbach (1992), pois nota que o desenvolvimento científico do século XIX e XX possibilitou que os problemas trabalhistas, o desenvolvimento produtivo e os conflitos entre classes fossem vistos pelos argumentos da ciência e não do direito, da moral ou da política.

Seltzer (1992) observa também que o paradigma termodinâmico é o que oferece a base explicativa para os problemas enfrentados pelos homens no momento por ele focalizado. Para Seltzer, é o choque entre as exigências da máquina e os desejos do corpo que faz a base das angústias da sociedade no início do século XX⁴⁹. Uma consequência desse vasto processo social é a idéia de associação de trabalho com o corpo, ou a “... noção familiar de trabalhadores como mãos. Tal tendência em direção a uma corporeidade literalizante governa o entendimento geral da organização industrial sobre o modelo de corpo orgânico” (1992, p.130-131).

⁴⁹ Mas reconhece também: “A noção de que o corpo e a economia indicam um ao outro é um lugar comum do pensamento econômico de Aristóteles a Malthus ou Marx ao presente” (p.121).

3.1.1- Corpo e trabalho nas ciências do trabalho européias e o debate com Taylor.

Rabinbach (1992) não desconsidera o fato de que os próprios atores do momento em questão não tinham uma consciência mais ampla do processo. Ele afirma que “A maior fraqueza da ciência do trabalho repousa na sua mais instigante assunção, de que o corpo foi um motor, e que a objetividade científica e o ‘know-how’ eram suficientes para providenciar uma solução objetiva para o problema do trabalhador” (p.11).

A intenção desses homens era o de racionalizar o corpo trabalhador. Era proporcionar a medida, o ponto para o controle, o limite a ser alcançado, mas não ultrapassado pelo conjunto produtivo da sociedade. Isso se configurava uma conquista, haja vista o esforço a ser feito para formar o trabalhador nas rotinas trabalhistas da grande indústria, encaradas como estranhas à herança cultural do trabalho que vinha dos tempos pré-industriais⁵⁰.

A forma como esse ideal se propagou no interior da sociedade industrial é tão intensa que concomitante aos desenvolvimentos científicos dos mais variados profissionais que tinham alguma relação com a questão trabalhista, surgia uma espécie de utopia, um sonho a ser alcançado e que faria a sociedade viver totalmente livre dos males que a afligiam naquele momento: “Atrás dos tratados científicos e filosóficos estava o sonho das classes médias do final do século XIX – um corpo sem fadiga” (RABINBACH, 1992, p. 44).

Não se tratava mais de inculcar máximas moralistas sobre as virtudes do trabalho. Na realidade “a fisiologia⁵¹ da força de trabalho ofereceu uma abordagem neutra do conflito social...” (p.122) O padrão sobre os limites do trabalhador vinha agora da *Fadiga*, passível de ser cientificamente controlada. Para exemplificar essas questões, Rabinbach (1992) se debruçou sobre os trabalhos de autores como Ferrero (1896) e Bücher (1909) que verificaram que o bom aproveitamento das capacidades fisiológicas do trabalhador estava no estabelecimento do ritmo correto⁵². Nesse momento, o ritmo do trabalho industrial era o que ditava a carga de trabalho

⁵⁰ Ver Polanyi (1980).

⁵¹ Rabinbach (1992) cita como exemplo os trabalhos de Gautier e Ângelo Mosso, ver p. 133. Nesse debate, os trabalhos de Ferrero e Bücher foram também analisados pelo autor, ver p. 174.

⁵² “Ainda, determinados esforços foram feitos para diminuir a distância entre as teorias da produção eficiente e o efeito dessas práticas sobre os corpos envolvidos. Fora argumentado que não apenas máquinas e músculos humanos eram uma só coisa, mas que a máquina era o grande emancipador da mente e da alma também” (BANTA, 1993, p.27).

mais adequada para o desenvolvimento das forças humanas. Esse foi o parâmetro a ser seguido e que acabou possibilitando o *quantum* necessário de trabalho a ser extraído dos trabalhadores.

Um importante marco foi o ano de 1910: o momento em que, tanto na Alemanha quanto na França, os estudos em torno do trabalho humano na era industrial ganharam grande estímulo e força. Além disso, o grande traço dessas investigações era o fato de elas conseguirem encontrar um meio de aliar a necessidade do lucro com o desenvolvimento da sociedade como um todo, concretizando um esforço feito de modo especulativo, acreditavam, desde Adam Smith.

Buscando o caráter social e político das investigações científicas em torno do trabalho, Rabinbach (1992) adverte que não é possível concluir que as prescrições dessas ciências eram seguidas de forma tranqüila, sem debate ou fortes controvérsias.⁵³ O que era indiscutível era que a ciência oferecia um meio de amenizar os conflitos entre capital e trabalho, mostrando que a luta de classes poderia deixar de acontecer caso fossem seguidos os preceitos e as descobertas que foram se acumulando a partir do final do século XIX e no início do século XX.

São nessas bases que as críticas a Taylor foram elaboradas. Elas eram dirigidas à sua abordagem, vista como excessivamente despreocupada com o bem-estar operário, o que ocasionava um desperdício intenso de mão-de-obra em nome de uma lucratividade momentânea. Por outro lado, a eclosão da primeira grande guerra do século XX, de acordo com Rabinbach (1992), evidenciou que a exploração máxima da capacidade de trabalho corporal humana não era tão incompatível ou insuportável pela constituição do homem. Por isso, ele afirma que "A guerra, em resumo, foi um laboratório de higiene social" (p.270).

Em meio a críticas, houve fatos novos que reforçavam determinadas posições em detrimento de outras, permanecendo o corpo do trabalhador como lugar inquestionável de onde emanava toda e qualquer preocupação sobre a viabilidade e possibilidades do trabalho industrial. É justamente esse desenvolvimento dos estudos sobre o trabalho que Vatin (1999) vê como secundarizado pelas propostas de Taylor⁵⁴. Para o autor, as práticas Tayloristas e, sobretudo, suas justificativas, encontravam-se em um forte anacronismo com o desenvolvimento científico sobre o mundo do trabalho, na época. O anacronismo que Vatin (1999) atribui a Taylor não impede que o criador da *administração científica* seja posto em linha de continuidade com a

⁵³ Como exemplo ele cita a luta que os defensores da Educação Física, da redução do serviço militar e da jornada de trabalho encontraram, apesar da base "científica" com que elaboraram suas idéias e justificativas.

⁵⁴ Por exemplo, Banta (1993) nota o apego de Taylor à questão moral dos trabalhadores: "Os pronunciamentos públicos de Taylor tentaram instilar confiança na racionalidade maquínica como a feliz solução para os erros e irracionalidades do incontrolável 'elemento humano'" (p.113).

tradição do pensamento ocidental que via os homens, suas atitudes, seus comportamentos e seus corpos como mecânicos.

Jorda (1999), estuda a obra de Taylor, detendo-se na verificação das características de suas práticas administrativas caminhando *pari-passu* com a construção da própria modernidade. Um dos exemplos encontrados pelo autor é a semelhança entre Taylor e os postulados iluministas, nos quais o conhecimento é o que guia a prática, sendo esse reconhecimento tido como fundamental para a solução dos problemas enfrentados pelas rotinas de trabalho. Alinhando-se a outros autores, Jorda (1999) nota que Taylor, com seus procedimentos que primavam pela aceleração dos movimentos corporais baseados na medição do tempo, deve ser classificado como um organizador do trabalho típico do “homem-máquina” e não como seus contemporâneos que pensavam o trabalhador como “homem-órgão”.

Seltzer (1992) observa que um dos grandes méritos de Taylor é ter elaborado um conjunto de concepções sobre a produção que incorpora a representação do processo de trabalho nele mesmo. Ou seja, ela cria a linguagem do trabalho, aplica no interior do ambiente produtivo e é essa linguagem que sai das fábricas e começa a povoar outros setores da sociedade.

O que une as sistematizações de Taylor e as nascentes *Ciências do Trabalho* da Europa, todas influenciadas e embasadas pelas idéias de Helmholtz, é a importância que elas acordam para o corpo trabalhador. É uma visão “científica” do mecanismo de transformação de energia que acontece em cada célula e em todo o universo, que fez com que, nos processos de instalação e consolidação da indústria, o corpo fosse visto como base técnica e, também, sócio-política, do trabalho.

3.2- Corpo, trabalho e a passagem do corpo-energia para o corpo-informação.

Essa centralidade do corpo nos processos de trabalho é abalada na medida que a sociedade e a economia vão adquirindo novas configurações. Assumindo um ritmo realmente intenso após a década de 70, notamos que é a partir da década de 50 que transformações sociais e mudanças qualitativas nas áreas científicas e tecnológicas, fazem com que um novo entendimento sobre a relação entre corpo e trabalho tenha algumas das condições para ser construído. Um dos

resultados mais proeminentes desse processo é a importância que as ciências que lidam com o manuseio e produção da informação alcançaram. *Cibernética, Computação, Inteligência Artificial* tornam-se áreas do conhecimento das quais uma grande transformação nos hábitos e nas concepções de homem, corpo e inteligência foi a consequência mais visível.

Hancock e Tyler (2002) notam que a partir da década de 1930 começa haver uma mudança na forma taylorista de enfatizar o corpo como o principal ponto de disciplina com o surgimento de estudos e preocupações com a questão do “trabalho mental”. Essa mudança pode ser vista no surgimento da chamada *psicologia industrial* e na influência que as obras de Maslow (1987) e Herzberg (1993) tiveram. Com isso, começa a crescer a tendência de se ignorar o estudo do corpo, tal qual era feito pelas Ciências do Trabalho no seu início.

Manovich (1993) observa que depois da *Segunda Guerra*, a antiga preocupação Taylorista com os estudos sobre fadiga foi cedendo espaço para os estudos sobre o processamento da informação⁵⁵. Eles foram substituídos pelos estudos sobre *trabalho cognitivo, processamento de informação e ruído*. Ou seja, a preocupação com o corpo, ou com o *human motor*, foi ofuscada pelo “novo instrumento de trabalho – a mente” (s.p.). Na realidade, afirma Manovich (1993), a solução de problemas, a percepção, a atenção e a memória tornam-se focos das ciências cognitivas que amparam o trabalho, da mesma forma que a física e a fisiologia o amparam na época de Taylor e Marey.

Wood (1987) observa que as organizações começaram o intenso processo de absorção dos modelos de controle vindos da cibernética. Esses modelos tratavam o cérebro de maneira a isolá-lo do corpo, em que, em suma, não diferiam das ambições de Taylor e de Ford. O que diferencia os novos encaminhamentos é a idéia de acoplamento, de mistura, de interpenetração entre cérebro e máquina, fazendo com que, de um lado, o cérebro fosse visto como possível de ser imitado pela máquina, ou mecanizado, e de outro, a máquina fosse entendida como algo passível de ser vivificada, isto é, vista como um ser vivo⁵⁶. Sibilia (2002) analisa que, com os processos de transformação da sociedade industrial, hoje não se trata mais de buscar os corpos dóceis, o *homem-máquina*, mas, sim, a realização da figura do *cyborg*, em sua mistura de organismo e máquina (p.19).

⁵⁵ Vem nesse sentido a afirmação de Bianchetti (2002), ainda nas *Considerações Iniciais*, sobre a inadequação do conceito “força de trabalho”.

⁵⁶ Ver Mazlish (1993).

No interior desse grande processo, Jorda (1999) verifica a transformação na forma como o corpo humano é analisado quando o assunto é o trabalho. Para ele, há uma passagem do corpo como ponto principal, para as operações intelectuais que lidam com informação, que começam a assumir o centro das preocupações daqueles que buscam maximizar os processos produtivos. O “novo homem” a ser buscado no interior das reflexões sobre o trabalho, no entender de Jorda (1999), é o *homem-sistema*.

Muito do que é discutido sobre a crise do fordismo, do surgimento de uma outra forma de organização produtiva baseia-se na superação do paradigma *energético*. Isso, de acordo com Rabinbach (1992), faz com que o estatuto do corpo no trabalho, e a dependência do trabalho em relação ao corpo seja revista: “[...] comunicação é o *slogan* do dia, não a racionalização do corpo. Trabalho físico não mais ocupa a posição no pensamento social que ele uma vez ocupara no universo perceptivo do século XIX” (p.295). A centralidade do corpo no processo de trabalho vista pela figura do *human motor* corporal, é fortemente criticada⁵⁷.

Entretanto, se alguns defendem a superação do corpo, há também, no seio dos estudos sobre informação e cognição, uma forte tendência em corporificar a inteligência, ligando o corpo com a viabilização e, até mesmo, com a condição do comportamento inteligente. A busca de uma corporificação da inteligência⁵⁸ é um dos recursos mais utilizados para verificar a insuperabilidade do corpo no interior das novas tecnologias e, também, como metáfora explicativa das questões relativas ao trabalho.

Gorz (2003), afirma que o primeiro contato com o mundo é feito pelo e com o conhecimento de caráter intuitivo e/ou corporal, sendo pelo corpo e suas ações que uma compreensão e ação no e sobre o mundo é construída. Assumindo o relacionamento complexo entre o conhecimento intuitivo e o conhecimento teórico e formalizado da ciência, além da forma

⁵⁷ Outro resultado interessante obtido com essa questão é a discussão feita por Amariglio & Ruccio (2002). Os autores se esforçam por mostrar que o corpo, aparentemente ausente da ciência econômica, está presente, porém sem as características que apresentava quando era tratado pelas análises de Marx que, para eles, é a representação máxima de uma ciência econômica que reconhecia a corporeidade. Ainda sobre a presença das questões do corpo nas ciências econômicas, ver Reinert (s.d.).

⁵⁸ Emily Martin (2000) teme um processo de reducionismo de questões amplas da sociedade a questões neurológicas ou cognitivas⁵⁸, mesmo em autores como Johnson (1990), que defende o que Varela, Thompson & Rosch (2003) chamam de uma “cognição encarnada”, sendo o caso também dos Dreyfus (1986). Martin faz questão de enfatizar a necessidade de avaliar esses estudos, e não de abandoná-los. A autora aponta como saída os estudos de Searle e Putnam que, mesmo estudando a cognição não o fazem da maneira simplista e reducionista, tal qual os estudos que Martin critica. A autora deixa claro que chamar o corpo para balizar as questões cognitivas não é suficiente. Dosse (2003), por sua vez, adverte que a “[...] ‘compreensão encarnada’ representa só um corrente, aliás, marginal, das ciências cognitivas que em grande parte continuam atraídas pelo objetivismo” (p.221).

como hoje o desenvolvimento científico impõe um ritmo e uma condução diferenciada da corporeidade, Gorz (2003) percebe que a contradição entre esses dois saberes tem se tornado patogênica. Isso pode ser visto no desprezo que o desenvolvimento científico atual vem ocasionando ao corpo (p.117).

Nesse processo de “intelectualização”, que implica a incorporação das transformações tecnológicas que estamos analisando, Sey (1999) observa a existência de um posicionamento altamente favorável e um outro totalmente contrário e pessimista frente às transformações que ocorrem. No primeiro conjunto de posicionamentos, verificamos a defesa de que as novas tecnologias possibilitam um aumento na quantidade e velocidade de transformações que transcendem a limitada materialidade corporal humana, dando ao homem uma liberdade nunca antes exercida e pondo em xeque, também, a própria noção de identidade, personalidade e liberdade. No pólo extremo, estão as idéias que abominam as transformações tecnológicas em curso, tais como as de Virílio (1999), atendo-se a uma essencialidade humana que estaria sendo violentada pelo apego à virtualização do próprio homem.

É com esse processo de desenvolvimento das questões do trabalho, relacionado com os desenvolvimentos tecnológicos e com diferentes imagens de homem, corpo e inteligência que podemos perceber que o relacionamento entre corpo e trabalho é pleno em mediações e que o fato de a exigência física das rotinas laborais, as mais avançadas, ter mudado qualitativa e quantitativamente, não dispensa a análise da referida relação. O contrário é o que acontece. Explicita-se, assim, a forma inextricável como as citadas variáveis estão presentes e como, no interior dessas variáveis, o corpo assumiu um papel importante e como hoje, também, tem uma função a ser exercida, que somente o aprofundamento das análises pode demonstrar.

3.3 - Corpo, trabalho e as transformações do capitalismo após 1970.

A forma como os estudos sobre o corpo vêm se desenvolvendo apresenta nuances a serem consideradas. Isso faz com que toda observação a respeito do processo deve ser conduzida de forma cuidadosa, evitando conclusões que não contemplem o movimento das particularidades. Afirmamos essa necessidade de atenção, pois observamos que quando o assunto é a **questão**

corporal no trabalho, devemos buscar a concatenação de afirmações às vezes complementares, às vezes antípodas.

Há estudos que vêem no corpo um ponto importante para a discussão do trabalho na atualidade. A referida atenção deve ser usada justamente para verificar que o processo é tortuoso e totalmente impróprio para afirmações categóricas. Ou seja, ao mesmo tempo em que a temática do corpo no trabalho é secundarizada, há, no esteio do mesmo processo, um “reavivamento” desse debate, que se apresenta como possuidor de um caráter crítico em relação ao passado e que ora apresenta o corpo como um ponto a mais para o aumento da produtividade, ora como um apoio para um processo de humanização do processo de trabalho.

Ao tentar contemplar as referidas nuances dos processos, acreditamos que essa discussão apresenta positivities. Todavia, os pontos a serem discutidos existem. Esses pontos possuem grande importância não só pela temática em si, mas também pelas conseqüências epistemológicas, sociológicas e, até mesmo, políticas que são possíveis de serem auferidas quando essa literatura é analisada.

A pesquisa revelou um grupo de estudos, geralmente produzidos a partir da década de 90, em que pesquisadores, preocupados com as questões da *administração de empresas* e com a *sociologia do corpo*, debruçam-se sobre os relacionamentos e múltiplos impactos estabelecidos entre a organização e o corpo.

Um desses estudos é a coletânea organizada por Hassard, Holliday e Willmott (2000), intitulada *Body and organization*. Um dos pontos presentes nos artigos é a necessidade de encontrar uma forma de “corporificar” os estudos sobre administração que vá além da atual preocupação com a saúde ou a estética corporal que, segundo Lennie (2000), é simplesmente mais uma manifestação do “pensamento descorporificado” (p.136). Justificando os objetivos de sua obra, eles afirmam:

É nossa intenção que esse volume aprofunde a discussão da qualidade corporificada da organização, de um modo que contra-reaça à tendência predominante de representar empregados, gerentes e trabalhadores como frios *designers* e executores das funções organizacionais. Nesse respeito, ele participa da “virada corporal” na ciência social, onde uma apreciação do corpo, como um tópico, é um traço de distinção das análises contemporâneas. Ao mesmo tempo, as contribuições deste volume ajudam a retificar a observável negligência do domínio do trabalho e organizações nos estudos atentos ao corpo (p.12).

Hancock e Tyler (2000) abordam alguns pontos sobre os quais já vêm pesquisando e citam a importância que alguns estudos dão para a questão da apresentação corporal ou da aparência no interior dos ambientes de trabalho. Os autores refletem sobre o **corpo no trabalho**, tentando chamar a atenção sobre a necessidade de mais estudos sobre a temática. Notando que há um grande número de mudanças importantes que dão razão e estímulo para analistas começarem a se perguntar sobre a questão do corpo no trabalho, Hancock e Tyler (2000) afirmam que há, também, uma transformação ocorrendo no interior do processo produtivo que faz com que essa inquietação seja colocada na ordem do dia (p.84-85).

A urgência do projeto de considerar a corporeidade no interior das práticas administrativas se dá pelo fato, dizem Hassard et al. (2000), que desde o início das reflexões sobre as questões do trabalho, com Taylor e Weber, por exemplo, o corpo fora posta de lado⁵⁹. Isso é afirmado mesmo com a consideração de que o corpo sempre esteve presente (não intencionalmente) nesses mesmos estudos, partindo da disciplina corporal exigida por Taylor, passando pela melhora da auto-imagem da escola das *Relações Humanas* assim como pelo esforço de incorporar a alegria e a celebração pelo trabalho do *Culturalismo Corporativo*. Com isso, os autores verificam, mesmo sem temer a contradição no interior de sua reflexão, que suas preocupações não significam uma ruptura com a forma anterior de pensar as questões organizacionais.

Dale e Burrell (2000), afirmam que a sua própria análise sobre a questão corporal na administração é estimulada pela forma como a ciência possibilita a mudança corporal por dietas, intervenções cirúrgicas, exercícios, entre outros, permitindo uma “libertação” de limites genéticos, possibilitando ao indivíduo moldar sua auto-imagem de acordo com seu desejo e de sua inserção na cultura do consumo. Se esses traços constituem partes importantes de um quadro de transformações filosóficas que vem sendo pintado na sociedade atual, os autores notam que essa tendência não se constitui em uma ruptura com o que vinha sendo feito até então. O que marca a diferença, defendem Dale e Burrell (2000), é uma maior suspeita em relação aos limites e as estruturas dos modos racionalistas de organização e de corpo.

Dale (2001) trata de uma “presença-ausente” quando a questão do corpo é tematizada nos estudos organizacionais. Ela define duas maneiras como isso acontece:

⁵⁹ O que já vimos ser falso, sobretudo no caso de Taylor.

O corpo é presente em dois modos implícitos. O primeiro corpo implícito é aquele dos indivíduos membros das organizações. O segundo é o corpo como um organismo biológico, que vai construir a imagem dominante da disciplina de organização como uma entidade distinta. A ausência do corpo tem dois lados também. Em relação com o primeiro corpo implícito, o sujeito individual, o corpo desapareceu de baixo do peso da tradição dualista mente-corpo que tem valor central, significando valor, significado e conhecimento na mente e largamente liberado do corpo [...] mero material... (p.20)

Para ilustrar a urgência desse novo contexto, Yanarella e Reid (1996) verificam como o termo *humanware* vem ganhando notoriedade e importância, tanto prática quanto teórica. Uma das manifestações desse processo é a execução por parte das empresas, de treinamentos fora do local de trabalho, envolvendo acampamentos, esportes radicais, culturismo corporal, atividades esportivas coletivas⁶⁰, tudo no sentido de arregimentar e desenvolver o *humanware* de uma determinada organização. Além disso, Yanarella e Reid (1996), fazem uma advertência sobre a “centralidade” do corpo no trabalho:

Nesse novo ambiente, se a força de trabalho não se tornar reconciliada para construir o trabalhador como *humanware*, aonde mais os trabalhadores irão se organizar em representações coletivas, se não forem pelas doenças e lesões ao corpo do trabalhador, trazidas pela proliferação do pós-fordismo... (p.211).

Feitas as advertências sobre os limites das atuais formas de valorização de potencialidades humanas até então não consideradas, os autores terminam clamando para a necessidade de se buscar formas realmente efetivas de se focalizar o trabalho, o trabalhador e seu corpo. Essa não observância da dimensão corporal no interior das correntes transformações, ou a sua abordagem de forma insatisfatória:

... prolonga a crise do fordismo, proliferando conceitos de sujeito trabalhador, formação ao trabalho e de habilidades entre fordismo e pós-fordismo que camuflam seus auspícios corporais e impedem a evolução de uma verdadeira

⁶⁰Gorz (2003) observa uma valorização das atividades lúdico-esportivas com as mesmas justificativas.

cultura democrática, política e locais de trabalho, como o pós-fordismo celebra com o seu surgimento (p.215).

Shilling (2005) coloca uma outra consequência desses fatos. No interior das mudanças em curso, a construção da identidade acaba por passar de forma ainda mais intensa pela questão do trabalho e do corpo. Isso se dá justamente na conta do enfraquecimento dos limites entre o trabalho assalariado e o “body work” cotidiano de cada indivíduo que trabalha (p.98). Ou seja, hoje, além do corpo continuar sendo a fonte do trabalho assalariado, ele acaba envolvendo ainda mais o indivíduo e suas particularidades nos amplos processos de reprodução social. O interessante é que o corpo, no interior dos ajustes “pós-fordistas”, de acordo com essa análise, acaba sendo ainda mais requisitado:

[...] a identidade pode estar se tornando embasada no cultural e no reprodutivo trabalho do corpo feito fora da força de trabalho formal. Esse é o porquê da aparência corporal, tamanho e forma ter recentemente se tornado tão central para o sentido de *self* das pessoas, um desenvolvimento que talvez anuncie uma feminização dos padrões de trabalho” (p.85-86).

Concomitantemente a essa valorização do corpo nos processos de trabalho, há estudos que buscam relacionar o desempenho intelectual do trabalho como indissociavelmente ligado à base corporal. Se os estudos apresentados acima visualizam no corpo uma “presença-ausente” não só na atualidade, mas também no passado das rotinas do trabalho, há um outro grupo de estudos que começam a notar a necessidade de se encarar o corpo como base dos processos de análise e tomada de decisões que ocorrem na produção.

3.1.1- Corpo e inteligência nos estudos sobre o trabalho: a mediação do saber tácito.

Com a progressão dos processos automatizados micro-eletrônicos, bem como com o incremento de pesquisa e interesse em torno da ambição de criar uma *Inteligência Artificial*, o

debate sobre essa possibilidade se acirrou e os contendores se puseram a defender seus pontos-de-vista de forma aguerrida⁶¹. Dois dos analistas que mais importância têm pelo fato de criticarem as pretensões das ciências cognitivas e da engenharia computacional em recriar a inteligência humana em meios artificiais⁶², são os Dreyfus⁶³ (1986). Eles se esforçam por demonstrar que apesar do grande desenvolvimento das ciências mencionadas, o computador nunca poderá substituir com sucesso a cognição e o *savoir-faire* humanos.

Ao analisarem a forma como Taylor lidou com a questão da inteligência na sua busca para racionalizar a produção, os Dreyfus (1986) afirmam que houve uma redução das particularidades e complexidades que os seres humanos apresentam ao julgarem e ao inferirem. Eles reconhecem que essa questão já foi valorizada por alguns centros de pesquisa sobre o trabalho e sobre a cognição que tentam, agora, absorver e formalizar os conhecimentos tácitos que os *experts* põem em prática quando exercem suas atividades esportivas ou laborais. Os autores advertem, contudo, que a insistência em formalizar e automatizar atitudes poderá por em risco todo um conjunto de conhecimentos práticos historicamente construído pelo homem e só aplicável e utilizável por ele, tendo esse conjunto uma base corporal insuperável.

É o mesmo caminho seguido por Collins (1992). O autor entende que saber e pensamento só são concebíveis socialmente. Como resultado, não há como afirmar, a exemplo dos defensores das idéias “fortes”⁶⁴ das ciências da informação e da inteligência artificial, que as máquinas pensam ou que elas podem vir a pensar. O que está em questão é saber como as máquinas funcionam e como elas têm alguma utilidade, mesmo assumindo o caráter social do saber.

Collins (1992) faz questão de diferenciar a sua posição em relação à inteligência artificial e a dos Dreyfus (1986). Ele explica o limite das máquinas não pelo fato de haver um nível além do qual as máquinas não consigam pensar. Ou seja, o autor não acredita que haja faculdades humanas informalizáveis, o que há é a necessidade de conceber o saber como social, como embasado nas relações sociais, o que exclui, “automaticamente”, a possibilidade de uma máquina

⁶¹ Para uma idéia da forma acirrada que acontece o debate ver Bolo (1996).

⁶² Explica Dosse (2003): “O fracasso da inteligência artificial na composição de modelos de certas funções simples “aumentou esse respeito pelos instrumentos do senso comum. Nesse sentido, há uma reabilitação do senso-comum” (p.221).

⁶³ Sobre as reflexões de Dreyfus, afirmam Yanarella e Reid (1996): “Baseados nas vitais contribuições de Martin Heidegger, Maurice Merlau-Ponty, e Michael Polanyi e no interesse desses autores em como o homem usa ferramentas, Dreyfus insiste sobre o papel do corpo no comportamento inteligente, defendendo que a atividade corporalmente habilidosa do homem enquanto trabalha para satisfazer suas necessidades gera o mundo humano” (p. 191).

⁶⁴ Ver Searle (2006).

pensar como um ser humano. Assim, o autor refuta o que ele chama de *mur de savoir* (muro do saber), como o quê dividiria o que a máquina pode e o que ela não pode fazer.

A idéia de Collins (1992) é que o homem, em alguns momentos, para a resolução dos problemas de sua existência cotidiana, age “mecanicamente”. E é somente nesses atos que a máquina pode “copiar” o homem. Clot (1998) também enfatiza que a formalização das ações não deve ser vista somente pelo lado negativo. Clot (1998) observa o lado liberador dos processos de formalização ao facilitarem ou proporcionarem novas aquisições. Assim, ele também sustenta que o desenvolvimento das tecnologias informáticas, longe de serem exteriores, estão intimamente conjugadas com a atividade cognitiva humana, justamente ao modificarem as condições nas quais e com as quais os homens produzem e se colocam tarefas com novos objetivos: “O mundo das simulações informáticas não é um acessório da vida psicológica, mas seu material mesmo e, por assim dizer, sua textura” (COLLINS, 1992, p.234).

Tendo isso por base, Collins (1992) define formalização como um processo de simplificação que em nada significa uma ação mental superior. A formalização é um processo de “sacrifício de uma parte do potencial humano individual” (p.74). O autor enfatiza esse fato para contrariar o “otimismo” da inteligência artificial.

Um reflexo dessas idéias, que defendem as especificidades humanas insuperáveis pela máquina, é o surgimento desse mesmo debate sobre os processos produtivos. Um dos méritos dos estudos de Wood (1987) é a tentativa de incorporar esse debate e as mudanças pelas quais passava o capitalismo nas décadas de 70 e 80. Como resultado, os estudos dos processos de trabalho e da sociologia do trabalho começaram a rever alguns de seus preceitos para oferecer esquemas explicativos condizentes com a configuração que a nova situação apresentaria.

No interior desse debate sobre o poder de formalização e controle da força de trabalho pela gerência, baseado no incremento tecnológico, é que surge a discussão sobre os *saberes tácitos*⁶⁵ do trabalhador. A distância entre a criação tecnológica, o manuseio produtivo dessa tecnologia e os limites das tecnologias sanados pelo trabalho humano, apresentam como preocupação a análise do que poderíamos chamar de parte informalizável do trabalho.

⁶⁵ Temos claro a advertência feita Dosse (2003) sobre as conseqüências que essa valorização do tácito, do informalizável, do “saber-encarnado” “[...] coloca um problema de fundo às ciências humanas em geral, pois a reavaliação do senso-comum pode chegar em certos casos extremos até a retomar pura e simplesmente os considerandos da psicologia popular” (p.221).

Com a incorporação de novas categorias e preocupações advindas das transformações produtivas em curso, a história do trabalho passa a ser revista. A eficiência do Taylorismo aparece como ponto a ser debatido, uma vez que as atuais transformações começam a serem estudadas de forma a sublinhar os limites da formalização e da importância do *trabalho real* que acontece paralelamente, e às vezes em oposição, ao *trabalho prescrito*.

3.1.1.1 - Trabalho e inteligência: a mediação da corporeidade

Uma das causas dos debates é a necessidade dos *saberes tácitos*⁶⁶ por parte dos operários, tanto em trabalhos que são tradicionalmente vistos como desprovidos de qualquer tipo de qualificação, quanto nos mais qualificados. Wood (1987) assume que é este o ponto para o qual chama atenção em suas análises, afinal, ele clama por uma nova forma de enxergar o trabalho, enquanto atividade. E acrescenta:

A implicação do conceito de habilidade tácita é certamente que os trabalhadores não podem ser reduzidos aos autômatos implícitos pela simples idéia de desqualificação. Há também o perigo de romantizar o que em muitos casos é essencialmente rotina e trabalho estressante. O problema, entretanto, com muitas conclusões sobre desqualificação é que as habilidades tácitas são frequentemente dadas como certas, e que rotinas de trabalho básicas devem ser suplementadas por novas operações requeridas para lidar com situações inesperadas (p.10).

Para Nonaka e Takeuchi (1997), a questão fundamental para uma epistemologia que possibilite o processo de mobilização e criação de conhecimento no interior de uma organização é a distinção entre conhecimento tácito e explícito, e a mobilização do conhecimento tácito em

⁶⁶ Michel Polanyi tem o crédito de ter se dedicado pioneiramente à “tacit dimension” da inteligência. Ele inicia sua obra *Personal knowledge – towards a post-critical philosophy*, publicada em 1958, primando pela necessidade de fundir o “conhecimento pessoal” com o “conhecimento objetivo”. Para isso, entre outras coisas, ele critica a “Epistemologia Leninista-Marxista” (p.237). Essa observação é importante por sinalizar que esse ponto (a relação entre o saber tácito e o saber explícito) se configura como altamente importante para o refutamento de críticas feitas por analistas que afirmam limites nas análises de Marx.

explícito. Para isso, colocam Nonaka e Takeuchi (1997), é necessário refutar a divisão cartesiana entre sujeito e objeto ou “romper as dicotomias tradicionais”. Ou seja, trata-se de aproveitar organizacionalmente o conhecimento individual existente em cada trabalhador, para ampliar a rede de conhecimento organizacional⁶⁷.

Gorz (2003) também apresenta reflexões em defesa do valor do *conhecimento tácito* ou informalizável dos trabalhadores. Verifica que na atualidade, o trabalho abstrato simples, fonte de valor, é alternadamente executado com um trabalho que poderia ser chamado de complexo. O autor esclarece seu posicionamento valendo-se dos estudos da ciência cognitiva. Para isso, ele pontua uma diferença importante entre conhecimento e inteligência:

[...] não se trata nem de ciência nem de conhecimento, mas de inteligência, de imaginação e de saber que, juntos, constituem o “capital humano”. Esta terminologia dispensa o cognitivismo. Os conhecimentos, em efeito, são fundamentalmente diferentes de saberes e de inteligência [...] Eles baseiam-se sobre conteúdos formalizados, objetivados, que não podem, por definição, pertencer às pessoas. [...] O saber é feito de experiências e de práticas, tornadas evidências intuitivas e hábitos, e a inteligência cobre todo o leque de capacidades que vão do julgamento ao discernimento até a abertura do espírito, a aptidão de assimilar novos conhecimentos e a combiná-los com os saberes (p.14).

O autor defende, como resultado, que ao estudar o trabalho hoje, não há a mesma possibilidade do passado em se prescrever uma tarefa. O que é necessariamente prescrito nos novos processos é a subjetividade operária que deverá estar disponível no momento da resolução dos problemas geralmente imprevistos. O que as empresas precisam lançar mão é do processo cotidiano de *produção de si* do operário e empregá-los nas rotinas produtivas.

⁶⁷ Nonaka e Takeuchi (1997) propõem que o processo de conversão do tácito ao explícito se dá em espiral e de forma interativa e não simplesmente unidirecionalmente (do tácito ao formal) como é assumido por aqueles que se apegam à “epistemologia tradicional”. Assim Nonaka e Takeuchi (1997) explicam o modelo em espiral, por eles proposto: “Em primeiro lugar, o modo da socialização normalmente começa desenvolvendo um “campo” de interação. Esse campo facilita o compartilhamento das experiências e modelos mentais dos membros. Segundo, o modo de externalização é provocado pelo “diálogo ou pela reflexão coletiva” significativos, nos quais o emprego de uma metáfora ou analogia significativa ajuda os membros da equipe a articularem o conhecimento tácito oculto que, de outra forma, é difícil de ser comunicado. Terceiro, o modo de combinação é provocado pela colocação do conhecimento recém-criado e do conhecimento já existente proveniente de outras seções da organização em uma “rede”, cristalizando-os assim em um novo produto, serviço ou sistema gerencial. Por fim, o “aprender fazendo” provoca a internalização.”.

O autor faz questão de destacar uma reflexão acerca da cognição humana, que privilegie a corporeidade, indo ao encontro, portanto, às abordagens cognitivas nela ancoradas. Afirma, igualmente, que o saber a ser utilizado pelo operário é informalizável, tendo sido transmitido a ele e a ser transmitido para outros no processo social de *produção de si*, que pode ser entendido, porém não formalizado devido ao número incontável de idiosincrasias pelas quais o processo é composto. Entretanto, não há como negar, diz Gorz (2003), que o “o caminho do saber, do saber-fazer, saber-ser, em direção ao conhecimento das leis, regras e procedimentos que aí implicados, é muito mais curto que o caminho inverso” (p.38).

Seguindo a pista de Gorz (2003), notamos que a própria história da industrialização e o desenvolvimento tecnológico se dão na tensão entre essas duas formas de saberes. Nessa tensão, o autor percebe que o conhecimento científico, sobretudo na fase industrial, colocava-se do lado do capital não somente como fonte de dominação do *trabalho vivo*, mas também por ser inseparável do *capital fixo*. Por outro lado, *o capital fixo*, e mesmo o conhecimento teórico, na era do *trabalho imaterial*, assumem outra característica:

[...] o capital fixo imaterial é posto em ação sobre um plano diferente: ele funciona como um meio de produzir consumidores. Ele funciona, dito de outro modo, para produzir desejos, vontades, imagens de si e de estilos de vida que, adotados e interiorizados pelos indivíduos, transformarão esses indivíduos nessa nova espécie de compradores que não tem necessidade do que eles desejam e que não desejam aquilo que eles tem necessidade (p.65).

Refletindo na mesma direção, Böhle e Milkau (1998) realizam uma pesquisa de campo buscando comparar a “experiência sensível” dos trabalhadores em tecnologias mecânicas e em tecnologias micro-eletrônicas. Já no prefácio da obra, escrito por Llory⁶⁸ e sua equipe, notamos que a obra de Böhle e Milkau se desenha tendo como base o reconhecimento de que a rotina do trabalho é composta por particularidades, detalhes e incidentes, e que o recorrente debate entre *trabalho prescrito* e *trabalho real* deve ser plenamente levado em conta, apesar das duas décadas em que essa questão vem sendo discutida.

⁶⁸ Desse autor, ver também, *Acidentes industriais – o custo do silêncio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Multiação Editorial, 2001.

Os prefaciadores também observam que, na atualidade, é necessário debater o papel dos *saberes tácitos* (que se enraízam no corpo, diz Llorry) e que esse debate entre os saberes humanos e suas relações com a tecnologia não é uma discussão meramente filosófica, mas, sim, uma preocupação urgente para a efetivação dos processos produtivos, formação de mão-de-obra, prevenção de acidentes etc. É nesse ponto que entra a obra de Böhle e Milkau. Os autores defendem uma concepção de trabalho, de homem e inteligência que é mediada pela corporeidade: “O trabalho é uma atividade que, no senso ergonômico do termo, convoca o funcionamento do corpo inteiro no exercício da inteligência que se emprega para encarar aquilo que não é dado pela organização (prescrita) do trabalho” (p.37). Ao analisar as práticas e as idéias de Taylor, Clot (1998) nota que a intenção de separar a mão e o cérebro é válida somente quando incorremos na limitação de entendermos a tarefa observável e a atividade “real”. De fato, diz Clot, “a mão não é nunca somente a mão” (p.75).

Tendo em vista essa importância, Jones e Woods (1984) se ocupam da análise dos *conhecimentos tácitos* como meios para se buscar a relativa autonomia operária que existe por trás dos automatismos, dos condicionamentos e das regras do *trabalho prescrito*. Definindo *conhecimento tácito* como aquele conhecimento desenvolvido no encontro individual com a cultura e meio ambiente, os autores notam a existência de três dimensões em relação a esse conhecimento:

A primeira resulta da prática de tarefa “rotineira”. [...] A segunda dimensão das qualificações tácitas reside no fato de que existem diferentes graus de tomada da consciência segundo a atividade a realizar.[...] A terceira dimensão das qualificações tácitas faz referência à natureza coletiva dos processos de trabalho e a necessidade dos trabalhadores de desenvolverem qualificações de cooperação (p.5-6).

Para Jones e Woods (1984), o que antes se acreditava totalmente formalizado na máquina e na gerência tayloristas, passa para uma nova forma de entendimento: “na medida em que as novas tecnologias tendem a fazer desaparecer essas formas de trabalho parcelado, a importância das qualificações tácitas devem ser de novo estudadas” (p.10).

Ferreira (2002), ao analisar o trabalho dos petroleiros, observa que os indicadores dos painéis de controle não são suficientes para dar conta do processo. O autor mostra que os ruídos,

os cheiros, as posições das válvulas, enfim, uma gama imensa de “índices” não prescritos, são de grande utilidade. O que torna esse processo ainda mais complicado é o fato de ele ser contínuo, sendo necessário o revezamento de turnos, fazendo com que essa “captação” de índices seja modificada substancialmente. Ferreira enfatiza que esse reconhecimento é importante para deixarmos de pensar os processos contínuos como passíveis de serem guiados por grandes salas automatizadas com pouquíssimos trabalhadores e que, a priori, por não fazerem “nada”, poderiam ser substituídos por máquinas⁶⁹. Para o autor, essa idéia é uma grande simplificação das exigências suportadas por esses trabalhadores, tanto do processo quanto das próprias cargas de trabalho.

Já Lima e Silva (2002a), defendem que a tecnologia flexível coloca dificuldades qualitativamente diferentes em relação às tentativas de objetivação do saber anteriormente empregados. Os autores constataam que em rotinas altamente guiadas pela automação, o papel dos operadores tem um caráter de vigilância e de retomada do processo em caso de instabilidade, o que faz com que algumas habilidades manuais e cognitivas sejam extremamente úteis. Os autores notam que ao se falar em objetivação do saber prático, é necessário ter claro que “O trabalho caracteriza-se precisamente por instituir uma dinâmica temporal entre passado, presente e futuro, que constitui uma das especificidades do comportamento humano...” (p.115). Além disso, assiste-se a uma fluidificação dos processos produtivos em que antigos termos gerais como “supervisão”, “força”, “movimento” etc, tornam-se limitados para definir se uma tarefa é automatizada ou humana. Isso não impede os autores de verificarem que algumas práticas permanecem e que seria possível falar em “taylorismo mental” como um conceito que possibilitasse entender a forma como velhas práticas penetram em realidades socialmente e tecnologicamente diferentes.

A relação entre objetivação do saber prático e desqualificação não deve ser vista de forma simplificada. Afinal, além de não haver separação entre as formas práticas e teóricas/formalizáveis do saber, os níveis superiores de conhecimento sempre se apóiam e requerem os níveis inferiores. Para os autores, as perdas de habilidades perceptivas, por exemplo, devem ser sempre postas no âmbito da coletividade, no qual essas habilidades são reconstituídas. Partindo de suas pesquisas de campo, Lima e Silva (2002b) citam o fato de operadores buscarem

⁶⁹ Para Vatin (1999), a idéia de que o automatismo é um resultado recente da industrialização, deve ser posta de lado, entre outras coisas, pelos exemplos advindos da indústria de produção contínua em que o problema da necessidade ou não do homem no processo já era posto no início do século XX (p.120).

indícios com operadores de outros setores para verificarem se seus painéis de controle estão fidedignos.

Uma outra observação que é capaz de ser feita a partir dos depoimentos colhidos pelos autores, é a verificação que essas transformações, pelas quais passam os processos produtivos mediados pela micro-eletrônica, atingem a vida fora do trabalho dos operários. A atenção exigida na operação dos processos, na observância das variações dos índices faz com que recorrentemente informações sejam passadas durante a madrugada ou em qualquer momento em que alguma variável importante é lembrada.

3.1.1.2- O conhecimento tácito nas novas tecnologias como evidência corporal da inteligência operária.

Dejours (1993) é um dos autores que defendem a necessidade de se buscar uma visão mais complexa sobre o trabalho, visto enquanto atividade. Ele afirma que é necessário rever o posicionamento, mais ou menos aceito, para o qual os trabalhadores alinham-se “automaticamente” às normas e às prescrições advindas da estrutura econômica e social. Ele acrescenta: “É forçoso, portanto, ao que me parece, levar em consideração não somente as dimensões econômicas, mas também as dimensões não-materiais do trabalho, isto é, as dimensões psicológicas e simbólicas, e mesmo comunicacionais⁷⁰, no sentido habermasiano do termo” (p.283).

Tendo isso claro, Dejours (1993) busca entender as formas com as quais os operários lidam com as tarefas e as formas com as quais eles mobilizam seu conhecimento para fazer face tanto aos limites, quanto aos prejuízos impostos pela gerência ao prescrever as rotinas. Para isso ele vai buscar entender a inteligência operária focalizando o *savoir-faire* e/ou *saberes tácitos*.

⁷⁰ Zarifian (1999) ao afirmar a necessidade de um trabalho mais comunicativo, também menciona Habermas. Ao defender a existência de uma nova configuração no trabalho mediado pela micro-eletrônica, ele acredita ser de extrema relevância a questão da linguagem nesse processo. O que lhe intriga é saber qual a importância da visão de linguagem que Habermas apresenta para o mundo do trabalho, sabendo que o filósofo alemão acredita que no trabalho a linguagem não encontra espaço para seu pleno exercício.

A primeira observação feita pelo autor, depois de anunciar essa intenção, é: a principal característica da “... inteligência prática é, do ponto de vista psíquico, estar fundamentalmente enraizada no corpo” (p.285). Conseqüentemente, complementa o autor: “Este envolvimento do corpo na tarefa, assim como a primazia da percepção, coloca a inteligência prática, tanto em seu desencadear quanto em sua intencionalidade, numa temporalidade atual que somente a fenomenologia permite captar e comentar” (p.285-6).

Essa forma de afirmar o envolvimento corporal na inteligência, conseqüentemente, distingue-se do raciocínio lógico, sem podermos dizer que são inteligências que ocorrem em espaços e tempos diferentes⁷¹. Atribuindo um grande desempenho e importância a essa inteligência, o autor acrescenta que é necessário entender o “lugar que ocupa o corpo inteiro numa tarefa que se descreve erradamente como estritamente intelectual, e depois a preeminência temporal da prática sobre a consciência...” (p.288) O que não quer dizer, por sua vez, ausência de pensamento. O que vai diferir a inteligência prática do pensamento é o que Dejours (1993) denomina como a segunda característica da inteligência prática: a “[...] sua capacidade de auferir mais importância aos resultados da ação, do que ao caminho utilizado para atingir os objetivos” (p.289).

A própria economia de esforço, entendido no sentido “energético”, constitui uma outra forma de solidariedade entre inteligência e corpo. Porém, entender essa relação somente por essa questão seria limitar o envolvimento corporal nas tarefas intelectuais⁷² no ambiente de trabalho. Ao citar a terceira característica da inteligência prática⁷³, Dejours (1993) afirma, a ostensiva presença dessa inteligência e, como resultado, do corpo em todo o processo de trabalho.

⁷¹ Sobre essa questão, Pezé (2002), partindo também dos estudos de Dejours e apoiando-se na psicanálise, afirma: “A dimensão corporal da inteligência que nós mobilizamos no trabalho é diferente da atividade lógica. Avaliar a qualidade de um material pela palma da mão, identificar pela orelha um motor defeituoso, visualizar, desde a incisão, o rompimento de um tendão, sentir a angústia do paciente, são tantas situações de trabalho mobilizando os dados perceptivos, mas também, atrás da informação sensitiva, toda a história do nosso corpo, pessoal e profissional. O pulsional do corpo investe o real do trabalho até o surgimento da resposta inventiva. Percepção, interpretação, diagnóstico, ação, engajam bem mais que nosso intelecto. Para o homem que “dança” sobre seu andaime como para o cirurgião que limpa uma sutura, para a atendente de caixa que te reconhece e sorri, para o psicanalista que interpreta os corpos, trabalhar implica sair da prescrição. [...] Trabalhar passa pelo enigma da mobilização do corpo, cadinho entre o pulsional, o psicológico e o simbólico” (p.144-145). Para outra interpretação psicanalítica da questão do trabalho e do corpo, ver Carvalho (2002).

⁷² “O corpo alimenta e desencadeia a inteligência, ele coloca o sujeito em estado de alerta. O estado do corpo é um componente do poder da inteligência. Um corpo por demais fatigado, muito doente ou esgotado, enfraquece a inteligência ardilosa e a criatividade. Se não for este o caso, logo que o corpo encontra uma solicitação, a inteligência ardilosa investe na situação, de imediato”.(p.290) Ver também: “E é também o que faz com que a maioria das pessoas sadias experimente uma verdadeira “necessidade” de exercer sua inteligência” (DEJOURS, 1993, p.290).

⁷³ O autor cita ainda uma quarta e quinta características dessa inteligência. Ver p. 289 e 290.

Dejours (1993) nota que essa característica corporal da inteligência está presente até mesmo nas atividades teóricas. Collins (1992) concorda com essa afirmação. Não se pode conceber o *saber prático* como uma manifestação eminentemente corporal. O *saber prático* também é passível de ser encontrado e executado por pessoas encarregadas de raciocínios os mais abstratos.

Na mesma linha, Böhle e Milkau (1998) possuem como base conceitual o que eles chamam de *atividade subjetivante*, podendo ela ser entendida como o envolvimento individual total na realização das mais variadas tarefas e que está intimamente conectada com a construção de uma auto-imagem perante o mundo. O que os autores defendem é que no interior dos processos produtivos, mesmo os mediados pela tecnologia micro-eletrônica, essa *atividade subjetivante* está presente, sendo necessário investigar as formas com as quais ela se apresenta.

Comumente, também, notamos que as atuais transformações levam ao entendimento de que as capacidades humanas, sobretudo as fundadas na sensibilidade, vem perdendo espaço em detrimento da valorização da capacidade de formalização e abstração, baseada no manuseio mental de informações. Entretanto, advertem os autores, essa compreensão deve ser questionada, sendo essa a colaboração que Böhle e Milkau (1998) pretendem oferecer. Os autores assumem que a já percebida redução das exigências corporais nas rotinas de trabalho não é cuidadosamente analisada. No que diz respeito à percepção operária sobre a exigência física do trabalho, eles mostram que apesar de afirmarem a “suavização” das rotinas de trabalho nos ambientes micro-eletrônicos, isso não quer dizer que a diminuição da exigência muscular seja sempre bem-vinda de forma óbvia, na medida que essa exigência é um dos constituintes para uma determinada identidade masculina no trabalho. Além disso, é a *atividade subjetivante* que regula e que possibilita a execução de meios para controlar a antiga exigência física no trabalho ou vê-la de uma forma não negativa (p.61). Nos novos processos, os depoimentos operários ainda chamam atenção da exigência corporal, agora relacionada com a tensão ocasionada pela constante observação e vigilância, impactando olhos, pescoço, cabeça, coluna, o que, de acordo com os autores, é um primeiro sinal, o mais facilmente observável, de que a corporeidade é algo a ser considerado.

Mesmo os estudos que buscam entender os chamados *saberes tácitos* baseiam-se em considerações que não redundam em conclusões relevantes. Identificados apenas como modos “operatórios” de saber, sem qualquer relação com o pensamento abstrato, o conceito de *saber*

tácito não deveria ser entendido apenas como algo a ser ultrapassado pelo manuseio abstrato de informação formalizada. Afinal:

[...] as novas abordagens feitas no nível da pesquisa tendem a mostrar de qual maneira a percepção e a apreciação da situação de trabalho pelos operários não dependem somente da concepção (objetiva) desta situação, mas são igualmente influenciadas no seu conjunto por fatores sócio-culturais, pelas experiências subjetivas assim como pelo *curriculum vitae* e pelas condições de vida dos operários (BÖHLE e MILKAU, 1998, p.9).

Para analisar esse processo, é preciso, em primeiro lugar, assumir os sentidos e a percepção de forma diferente da qual são entendidas na atualidade. Os autores criticam, como fizeram Lima e Silva (2002b)⁷⁴, a abordagem predominante, na qual os sentidos captam fisicamente os dados do ambiente para serem processados mentalmente⁷⁵. Isso, entre outras coisas, acarreta o fato de que o *savoir-faire* é tido como um nível inferior em relação ao pensamento, pois somente possibilita a execução “mecânica” das tarefas prescritas. Para Böhle e Milkau (1998), também as abordagens ecológicas⁷⁶ caem nesse erro. Os autores buscam refutar qualquer tipo de relação hierárquica entre os aspectos práticos e teóricos, particulares e gerais.

Isso tem como consequência a certeza de que a percepção é um processo muito mais complicado do que afirma a forma racionalista e/ou empirista. O processo de recepção e análise dos dados perceptivos é, sempre, subjetivo e dependente das particularidades contextuais. É por isso que a *atividade subjetivante* é entendida como algo que toma o indivíduo em sua globalidade e sua consideração no mundo do trabalho é plena em consequências para os trabalhadores.

No relacionamento entre saberes práticos e teóricos particulares da prática produtiva mecânica e aquelas das novas tecnologias, é preciso verificar atentamente o que se torna obsoleto, o que perdura e o que ainda é necessário simplesmente por embasar a nova exigência. Ao considerarem especificamente as novas montagens tecnológicas dos processos produtivos, há

⁷⁴ “A percepção sensorial humana não pode ser reduzida à relação direta entre entes físicos (no caso em questão, ao contato entre sensores e fenômenos do processo): ela pressupõe a reflexividade, ou seja, a capacidade de reflexão. A percepção é uma relação com as coisas mediada pela consciência. Apesar de banal, no sentido de que qualquer indivíduo normal a desenvolve através dos processos corriqueiros de socialização, a percepção sensorial exige uma forma de consciência altamente desenvolvida, característica dos seres humanos. Donde o paradoxo assinalado por Collins (1992): os conhecimentos especializados e esotéricos, como a matemática ou o jogo de xadrez, são mais facilmente objetiváveis do que o saber do senso comum” (LIMA e SILVA, 2002b, p.170).

⁷⁵ Para uma análise antropológica dos sentidos humanos, ver Le Breton (2006).

⁷⁶ Os autores citam as obras Gibson (1966, 1986).

que se ter em conta que as novas máquinas dispensam os trabalhadores de terem um conhecimento aprofundado sobre o seu funcionamento. Além de haver o fato de ser a percepção sensorial do funcionamento do processo produtivo, sobretudo visual e auditiva, limitada. Isso, longe de afirmar uma dispensa dos *saberes práticos*, significa que os *saberes práticos* das rotinas convencionais são aproveitados, porém de forma transformada e adequada às novas realidades. No caso estudado pelos autores alemães, tem-se como exemplo a forma como os operadores se vêem em relação aos engenheiros:

Os operários de *métier* consideram que é de sua responsabilidade trazer esse complemento, eles vêem isso como uma tarefa a seu alcance. Eles não se sentem inferiores ao programador; sua atividade no trabalho não lhes parece imposta do exterior, ao contrário. Eles sabem que sem conhecimento e experiências práticas, os programas não funcionam; eles sabem também que nós podemos não somente completar os programas, mas também os modificar (p.107).

Entretanto, reconhecem Böhle e Milkau, semelhantemente a Clot (1998), que “é o programador que deve decidir antecipadamente de qual maneira a usinagem será executada [...] Isso para dizer que o operário qualificado, sobre sua máquina, deve em todos os casos se adaptar a essa decisão, adotá-la” (p.107).

Um outro ponto a ser sublinhado é a necessidade da capacidade de representação do processo concreto, sem ter contato perceptivo com ele. Para representar dessa forma, dizem os autores alemães, o saber teórico não tem muita utilidade se for tomado isoladamente. A complexidade do processo e a fonte de sofrimento no trabalho se dão na exigência de reflexão por parte do operário sem que este tenha a base empírica e sensitiva que as tecnologias convencionais possibilitavam. É nessa busca de *atividade subjetivante*, que o operário encontra novas formas de lidar com trabalho, buscando adequar sua atividade e preencher a lacuna que existe.

Com a incorporação das tecnologias micro-eletrônicas, o controle da *atividade subjetivante* tanto por parte do operário quando por parte da gerência, torna-se mais difícil. Soma-se a isso o fato de as tecnologias implicarem a mudança constante de seus métodos, acarretando um processo contínuo de envolvimento e adaptação das experiências adquiridas frente às novidades assumidas pela organização. Entretanto, Böhle e Milkau (1998) defendem

que para a execução do trabalho, mesmo com as máquinas de controle numérico, é necessária uma “certeza subjetiva”, sem a qual o processo não funcionaria. É o que coloca limites intransponíveis para o antigo sonho de uma fábrica sem homens. Por fim, os autores resumem e concluem seu estudo colocando a seguinte problemática:

A questão é saber se justamente, à vista da penetração das novas tecnologias de informação e de comando, não é preciso ter em conta com muito mais de peso as atitudes e as competências (humanas) cujo sucesso segue outros princípios e uma outra lógica, e que, conseqüentemente, não são substituíveis pelas tecnologias de informação e de comando (p.154)?

Zuboff (1988) também chama atenção para questões semelhantes ao analisar que com o processo de incorporação das novas tecnologias, transformações intensas nas rotinas do trabalho acontecem. Estas transformações são percebidas pelos operadores que ela estuda como uma flutuação ocasionada justamente nos limites entre os conhecimentos formalizados e tácitos, e que impacta diretamente a forma de aplicação e a utilidade do conhecimento acumulado pela experiência laboral e embasado no corpo. A autora, então, acredita que a discussão sobre as novas exigências do mundo do trabalho pode ser entendida na revisão da presença corporal do trabalho que, até então, é visto como fonte tanto de “esforço”, quanto das “skills” ou habilidades.

A discussão de Zuboff (1988) relaciona a presença corporal com a questão do *conhecimento tácito* e não somente como a questão energética. Ela também expressa a aproximação da discussão do corpo com a inteligência, com o processamento de informação, típico das análises que começam a surgir nos anos 70, 80 e 90. A autora nota que com as transformações que vêm ocorrendo, o envolvimento intelectual assume um caráter mais abstrato relacionado à manipulação mental de símbolos. Ao precisar a questão que ela vê como central, relativa à viabilização do trabalho em tempos de tecnologias de controle numérico, ela expressa a forma como o corpo passa a ser considerado de forma diferente nos processos de trabalho, não significando que ele seja posto de lado, mas, sim, questionado:

[...] a nova capacidade informativa da tecnologia fez mais que simplesmente reduzir ou aumentar o esforço dos trabalhadores. O esforço sofreu uma essencial redefinição: o terreno do esforço mudou, não dos músculos para o cérebro, mas do completo envolvimento sensitivo da presença física do trabalhador para um envolvimento que depende mais exclusivamente da qualidade da mente do trabalhador (p.188).

A questão do corpo não deve ser vista como uma questão de mais ou menos força, resistência ou qualquer outra valência física associada ao *Human Motor*⁷⁷. O corpo, para Zuboff (1988), passa a ser questionado em seu papel para a viabilização do conhecimento necessário para os processos produtivos. Mesmo afirmando que houve um aumento na importância dos saberes explícitos ou formais para a execução das tarefas, a autora diz que o papel dos *saberes tácitos*, apesar de diferente, ainda é sentido, sobretudo quando a questão relacional e lingüística é levada em conta para viabilizar a troca e a análise das informações sobre o processo produtivo. Conseqüentemente, longe de afirmar hipóteses para uma possível superação do corpo nos ambientes de trabalho, a autora defende:

Quando as conseqüências textualizantes e a tecnologia informática tornarem-se mais amplas, o tradicional papel do corpo no processo de produção (como uma fonte de esforço e/ou habilidade no serviço da ação) está também transformado. A rígida separação entre trabalho mental e material, característica da divisão industrial de trabalho e vital para a preservação de um grupo gerencial distinto (no escritório e na fábrica) torna-se, não apenas ultrapassada, mas perigosamente disfuncional. A anterior distinção entre colarinhos brancos e azuis entra em colapso (p.393).

⁷⁷ Em comparação com Zuboff (1988), Wood (1987) demonstra um entendimento limitado sobre a questão do corpo no trabalho o que, no nosso entender, não condiz com o seu posicionamento mais cuidadoso sobre o taylorismo e sobre os saberes tácitos. Diz o autor: “Certamente, o lado físico de muitos trabalhos está declinando, e em algumas áreas geográficas homens trabalhadores mais velhos estão sendo substituídos em indústrias tradicionais, enquanto mulheres jovens trabalhadoras estão sendo contratadas em novas indústrias, tal como as montagens micro-eletrônica” (p.13). O que nos chama a atenção é que o seu entendimento do processo do trabalho e do conhecimento humano aplicado no trabalho não é acompanhado por uma igual consideração da necessidade de rever os conceitos de trabalho físico e trabalho mental, e as implicações para a questão da corporeidade no fato por ele citado. Clamando por uma consideração mais apurada sobre o taylorismo, o autor acaba endossando a compreensão de homem que essa prática produtiva pressupõe. Mais interessante, ainda, é o fato de as considerações de Wood (1987) terem sido construídas sob a crítica que o autor faz às análises de Braverman (1977). Nesse sentido, as críticas que ele faz a Braverman (1977) devem ser dirigidas para si mesmo. Para um apontamento crítico em relação à Wood (1987) e a sua maneira de analisar Braverman, ver Tinker (2002) e Devinatz (2003).

A base desse “enfraquecimento” do tradicional papel energético do corpo se dá, diz Zuboff (1988), na impossibilidade de se pedir que o envolvimento intelectual se dê sem o **envolvimento total** do trabalhador nos processos (p.401). Com isso, vemos que a questão dos *saberes tácitos*, impulsionados pelas características da incorporação das novas tecnologias, colocam o corpo no centro de um dos grandes debates sobre o conhecimento no trabalho. Essa constatação é importante, afinal, ela nega toda uma tradição de análise do **corpo no trabalho**, que via o corpo como gasto de energia, e passa a vê-lo como processamento pessoal e circunstancial de informação, da mesma maneira que problematiza a idéia de que o trabalho abre mão do corpo, pela recorrência aos processos de análise e tomada de decisão frente ao que Zarifian (2001) chama de *eventos*.

Por fim, caminhando no mesmo sentido das análises apresentadas, mas avançando pela consideração de questões históricas e políticas mais amplas, está a abordagem desenvolvida sobre o **corpo no trabalho** apresentada por Negri e Hardt, em *Império*. Tendo como base o conceito e *biopoder*, os autores diagnosticam três tipos de imaterialidade no trabalho:

O primeiro é implicado em uma produção industrial que foi informatizada [...] A segunda é o trabalho imaterial analítico e simbólico, que se divide em manipulação inteligente e criativa de um lado, e tarefas simbólicas rotineiras de outro. Enfim, um terceiro tipo de trabalho imaterial engloba a produção e manipulação do afeto e requer – virtualmente ou realmente – o contato humano : é o trabalho in *bodily mode* (p.358).

Os autores elaboram uma abordagem do **corpo no trabalho** baseando-se no reconhecimento e na crítica aos *operaístas italianos*. Para Negri e Hardt (2000), a apropriação que é feita do conceito de *General intellect* por parte daqueles autores é “angélica” pelo fato de se basear excessivamente em questões intelectuais, negligenciando as questões tocadas (e que são todas as questões) pelo *biopoder*, tidas como “centrais”. Após essas ponderações, os autores tiram conclusões que, por relacionarem-se diretamente a temática desta tese, devem ser citadas:

Cérebro e corpo têm sempre necessidade dos outros para produzir valor, mas esses “outros” cujos eles tem necessidade não são necessariamente fornecidos

pelo capital e por sua capacidade de orquestrar a produção. Atualmente, a produtividade, a riqueza e a criação de mais-valia social adquirem a forma de interatividade cooperativa por meio das redes lingüísticas, comunicacionais e afetivas. Na expressão de sua própria energia criativa, o trabalho imaterial parece assim fornecer o potencial para um tipo de comunismo espontâneo e elementar (p.359).

A tentativa de abordar o **corpo no trabalho**, pela via dos *saberes tácitos* apresenta potenciais importantes para um entendimento mais crítico do corpo e do próprio trabalho. Hardt e Negri (2000), ao apropriarem-se dessa análise, apontam para conclusões que devem ser, por sua vez, alvos de investigação e crítica, justamente pelo fato de os autores basearem suas análises sobre uma concepção de trabalho limitada.

Os estudos citados, excetuado o de Hardt e Negri (2000), foram desenvolvidos em contextos concretos de trabalho, possuindo uma base empírica importante. Essas análises trazem a contribuição de responderem a uma nova necessidade colocada pelas transformações que ocorrem na sociedade, lançando as bases e aproveitando bases lançadas de uma representação de corpo diferente da feita no capitalismo industrial, forjado no século XIX e permanente até a década de 50 do século XX.

Temos claro, todavia, que simplesmente afirmar que o corpo é um componente de um conhecimento altamente relevante para o processo produtivo não é o suficiente para a construção de uma compreensão crítica do **corpo no trabalho**. Como resultado, o esforço para se compreender o corpo pelo trabalho não pode buscar nesses estudos, direta e linearmente, um apoio inquestionável. No próximo capítulo, levantaremos alguns pontos para sugerir que uma análise do **corpo pelo trabalho** é possível e importante, ao mesmo tempo em que depende e condiciona um aprofundamento das análises sobre o **corpo no trabalho** pela mediação dos saberes tácitos.

CAPÍTULO IV

O CORPO PELO TRABALHO: POSSIBILIDADES CRÍTICAS PARA O ENTENDIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E CORPO.

4.1 - As críticas às abordagens do corpo que desconsideram o trabalho em suas discussões.

As questões apresentadas no capítulo anterior sobre a articulação do corpo com o conhecimento **no trabalho**, dando ao conhecimento uma característica corpórea, são fundamentais para a problematização das relações entre o conhecimento científico acumulado na máquina com o cotidiano de cada trabalhador. Ambicionamos ampliar essa discussão pela busca de uma criticidade que, mesmo não sendo encontrada nessas análises, tem nelas parâmetros estabelecidos que podem calibrar o estudo de forma mais complexa. Sobretudo, se comparada aos posicionamentos que simplesmente negam a relação entre corpo e trabalho, ou aos estudos que simplesmente retomam o corpo para se construir uma “organização” menos racional e opressora.

Da desconsideração da relação entre corpo e trabalho, passando pelo reconhecimento feito pelos estudos sociológicos da administração, chegando às análises que a observam na “concretude” das relações estabelecidas entre gerência e trabalhadores como importante pela ligação que proporciona entre o conhecimento científico e pessoal, há um processo de aprofundamento. Entretanto, acreditamos que ele pode ser maximizado se levarmos em consideração variáveis analíticas negligenciadas em maior ou menor grau. Isso é necessário, sobretudo, quando notamos que essas análises podem resultar em um aumento na criticidade das questões relativas ao mundo do trabalho e às questões do corpo, ou podem também, produzir um pensamento que negue os avanços proporcionados pelos estudos que vêem o corpo no trabalho pela questão da inteligência.

Essa possibilidade é expressa na necessidade de considerar o corpo no interior do contexto histórico e social, sem esquecer as particularidades do processo e da própria percepção corporal de cada indivíduo, esperando conseguir vê-la no movimento histórico mais ampliado da sociedade. O que queremos é a construção de uma análise das relações entre corpo e trabalho que

considere o **corpo no trabalho** de maneira a abrir caminhos possíveis para o estudo da questão do **corpo pelo trabalho**, sendo o caminho inverso também ambicionado.

Neste capítulo, sustentamos a necessidade de tematizar a questão do trabalho para balizar os estudos do corpo, notando que focalizar a questão do **corpo pelo trabalho** carece de algumas condições para se buscar o entendimento sobre as *démarches* do capitalismo que evitem as mistificações ou limitações, como as demonstradas por Negri e Hardt (2000) quando suas análises sobre o **corpo no trabalho** são transplantadas para as questões teóricas e políticas mais amplas. Os fenômenos que dizem respeito ao corpo e que são, hoje, bastante estudados, podem receber um apoio importante se eles forem analisados, também, **pelo trabalho**.

Mesmo considerando que a investigação das particularidades produtivas são importantes e necessárias, elas, por si só, não são suficientes para justificar a necessidade de se refletir sobre as questões do corpo que são discutidas na sociedade. O envolvimento corporal na tarefa, para ser compreendido em toda concreticidade socialmente construída, oferece possibilidades desde que a análise contemple uma visão totalizante do modo de produção.

Essa visão apóia-se em outros estudos que, também primando pela necessidade de considerar o **corpo pelo trabalho**, aprofundando tanto a noção de corpo, quanto o conceito de trabalho, possibilitam a construção de um entendimento que supere os limites das análises que desconsideram o trabalho como elemento deflagrador de estudos, desde que levados em consideração os pontos a serem propostos neste capítulo. Esses pontos, assim, objetivam problematizar os seguintes posicionamentos: 1) hoje não há relações entre corpo e trabalho; 2) o trabalho direta e mecanicamente determina as questões do corpo⁷⁸; 3) as questões do corpo,

⁷⁸ Esperamos que esses pontos consigam fornecer bases para que a relação corpo e trabalho seja considerada e não abandonada quando, por exemplo, os analistas encontrarem uma reflexão, tal qual aquela feita por Boltanski (2004): “À medida que se sobe na hierarquia social, que cresce o nível de instrução e que decresce correta e progressivamente o volume de trabalho manual em favor do trabalho intelectual o sistema de regras que regem a relação dos indivíduos com o corpo também se modifica: quando sua atividade profissional é essencialmente uma atividade intelectual, não exigindo nem força nem competência físicas particulares, os agentes sociais tendem primeiramente a estabelecer uma relação consciente com o corpo e a treinar sistematicamente a percepção de suas sensações físicas e a expressão de suas sensações...” (p. 158). Acreditamos que essas afirmações, com o passar de mais de três décadas da primeira edição de *As classes sociais e o corpo*, deve ser problematizada, sobretudo pela necessidade de nuances. É o que esboça Le Breton (2003, 2003b) quando constata que nossa época é marcada pela presença maciça dos artefatos tecnológicos que reduzem barbaramente a própria mobilidade exigida cotidianamente para a sobrevivência da sociedade de forma geral, e especificamente no trabalho. O autor nota que a atual valorização das atividades corporais tem por objetivo diminuir a falta de movimento, ambicionando uma reconquista sensorial e cinética que a vida cotidiana não possibilita mais (p.168). Acreditamos, porém, que essas importantes constatações ainda devam ser aprofundadas.

sobretudo quando tematizadas pela problemática da análise da vida cotidiana e da esfera do consumo, são mais relevantes que quando estudadas pelas questões do trabalho.

O caráter fundamental da relação entre **corpo no trabalho** e **corpo pelo trabalho** pode ser contemplado no fato de que própria questão de análise do corpo é, em si, um sinal importante das questões históricas, filosóficas, sociais e políticas que afligem a sociedade. Quando a questão do corpo é relacionada com o trabalho, a filiação ou o embate com as concepções pós-modernistas é uma atitude presente e constantemente explicitada pelos teóricos que se posicionam contra esse referencial.

Harvey (2000), por exemplo, focaliza a questão do corpo na sociedade atual para completar a análise que faz sobre a questão da globalização. Para o autor, falar de corpo depois de falar de globalização é uma tentativa de explicar “especificamente”, “localizadamente”, um fenômeno de escala planetária. Ao mesmo tempo, o autor faz uma importante advertência sobre o crescimento dos estudos sobre o corpo:

Logo, embora se possa justificar o retorno ao corpo, entendido como a sede de um fundamento (epistemológico e ontológico) mais autêntico das abstrações teóricas que têm dominado por tempo demasiado como puras abstrações, ele não pode, em si e por si, garantir nada além da produção de uma auto-referencialidade narcisista (p.140).

Para McNally (2001), por outro lado, a importância que se vem dando ao corpo é um meio de negar a sua materialidade, encarando-o como “discursivo”⁷⁹. Para o autor essa é a forma mais presente de um novo idealismo cujo discurso pós-modernista é o grande exemplo. Afirma McNally: “conversa do corpo está em todo lugar no discurso pós-modernista” (p.02).

Mooers (s.d.) também nota que algumas correntes filosóficas baseadas nas tendências pós-modernistas enxergam a “descorporificação” como um sinônimo de emancipação. Afinal: “Liberados dos constrangimentos da corporeidade, pode ser pensado, que nós poderíamos também ser liberados de várias formas de discriminação corporal expressas no racismo e sexismo” (p.17). Vemos claramente nesse ponto, a base da idéia de “pós-humano”, além de

⁷⁹ “Transformando o corpo em uma abstração discursiva o pós-modernismo meramente retoma o dualismo mente/corpo dos tempos anteriores” (MOOERS, s.d., p.22).

notarmos como a advertência de Jameson (2002), vista também nas *Considerações Iniciais*, sobre as concepções pós-modernas, deve ser levada em conta. Afinal, ao mesmo tempo em que se retoma e valoriza o corpo, ele também é visto como algo que impede o livre fluxo da inteligência e da informação. Em meio a esse reconhecimento da situação atual do tratamento das questões do corpo, Harvey (2000) busca pontuar a diferença e a colaboração de sua análise:

Desejo em particular voltar a um significado relacional mais amplo do corpo como “a medida de todas as coisas”, propondo uma forma mais dialética de compreender melhor o corpo que seja capaz de melhor vincular discursos sobre o corpo com o outro deslocamento discursivo que começou a “globalização” (p.136).

O debate em relação às correntes formas de análise do corpo feitas pelo ou contra o ideário pós-modernista implica um posicionamento perante as análises do trabalho feitas por Marx (1994). Verificamos que a questão do corpo **no e pelo** trabalho, quando vista de modo voluntário, resulta na consideração do pensador alemão, ora favoravelmente, ora contrariamente.

4.1.1 - Marx e as análises da relação corpo e trabalho: alvo de crítica ou ponto de apoio.

A obra de Marx aparece como central nos estudos que focalizam a relação corpo e trabalho. O interessante é notar que ela é tomada tanto como referencial a ser criticado, quanto como ponto de apoio para o aprofundamento das reflexões.

Dale (2001) analisa Marx para verificar a importância do pensador alemão sobre as questões relativas entre corpo e trabalho. Para ela, Marx foi um dos primeiros a abordar a forma como as organizações e a divisão do trabalho afetam o corpo. Afirma Dale (2001) que "reconhecendo Marx o problema do corpo, seu trabalho focaliza a organização social que o produziu" (p.125). Dale (2001) continua a se ocupar de Marx, mas agora verificando o limite das idéias do autor de *O Capital*, especialmente com relação às críticas que ele faz da mercantilização do trabalhador. Para a autora, essa própria crítica é refém de um certo dualismo:

De muitos modos esse criticismo da mercantilização do trabalhador em um objeto é um apontamento que implicitamente critica a “necessidade anatômica” na objetivação individual. Entretanto, ao invés de desafiar o dualismo sujeito/objeto, ele tende a se mover da desvalorização do objeto para tentar reafirmar a superioridade do sujeito, deixando assunções subliminares intocadas (p.193).

Rabinbach (1992), em seus estudos, observa que na obra de Marx, o paradigma termodinâmico está intensamente presente. O autor verifica que até a década 50 do século XIX, Marx via o trabalho pelas lentes de Hegel, como fonte de autocriação. Entretanto, ao entrar em seus estudos tardios, Marx teria passado a ver o trabalho pelo prisma de Helmholtz, ao tomar o trabalho como sinônimo de força de produção. O que Rabinbach (1992) pretende é enfatizar o caráter social e político e não meramente científico ou fisiológico da *força de trabalho*. Ele hesita em atribuir a Marx, também, o reconhecimento **social** da *força de trabalho*. Para sair do impasse sobre como avaliar a obra de Marx, no que diz respeito à forma como energia, corpo, sociedade e natureza se relacionam, Rabinbach (1992) apela para a distinção entre o “Jovem Marx” e o “Marx maduro”. Para ele, os *Grundrisse* ainda apresentariam uma combinação entre a herança hegeliana e a de Helmholtz. Porém, com os escritos da maturidade é a última fase que se impõe.

Para Böhle e Milkau (1998), a importância que eles atribuem à *atividade subjetivante* revela que a própria idéia de trabalho passa a ser considerada como inadequada, sobretudo quando é assumido o conceito de que trabalho é uma atividade racional para se atingir um fim. Para evidenciarem sua crítica, os autores tomam Marx como exemplo, quando ele explica a diferença entre o trabalho do homem e o das abelhas. Isso, entre outras coisas, dizem os autores, redundaria na própria divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual ou físico. Na mesma trilha, Hancock e Tyler (2002) chegam a afirmar que o marxismo é um exemplo de pensamento que acreditava ser crítico sem contemplar a corporeidade (p.121).

Por outro lado, podemos perceber que, apesar das críticas recebidas, o referencial marxista é freqüentemente utilizado para problematizar tanto o relacionamento entre corpo e trabalho, como a própria produção sociológica e antropológica sobre o corpo. Le Breton (2002), ao fazer uma análise dos estudos em sociologia que se preocupam com as representações sociais da corporeidade, configurando uma *sociologia do corpo*, observa que as obras de Marx e Engels têm

um lugar importante. Mesmo sem terem intencionado estudar o corpo diretamente, suas análises sobre o mundo do trabalho proporcionam a base para estudos posteriores que se focalizaram sobre a questão do corpo no interior da sociedade (p.14).

Shilling (2005) afirma que um dos méritos da obra de Marx é a busca de uma análise em que o relacionamento entre a natureza e sociedade é levado em conta de forma complexa. E isso, diz Shilling (2005), contrariamente a Rabinbach (1992), passa por toda obra de Marx, indo dos *Manuscritos* até *O Capital* (p.40).

Scarry (1985), diferentemente do que afirma Hancock e Tyler (2002), nota que Marx, em toda sua obra, "... assume que o mundo feito é o corpo do ser humano e que, tendo projetado o corpo ao fazer o mundo, homens e mulheres são descorporificados, espiritualizados" (p.244). A questão corporal na obra de Marx deve ser refletida acuradamente, diz Scarry (1985). Caso contrário, ela pode acarretar em uma retomada simplificadora da obra de Marx, tal como a que diz respeito aos relacionamentos entre base e superestrutura. A autora cita como exemplo algumas passagens dos *Grundrisse*, em que Marx insiste em uma linguagem baseada no corpo para falar da mercadoria. Além disso, quando o filósofo alemão trata da terra, ou de qualquer artefato tecnológico, ele os define como um prolongamento do corpo do trabalhador. Entretanto, há diferenças entre os vários momentos em que Marx fala da técnica ou da produção e seus meios como prolongamentos corporais⁸⁰ do trabalho, refletindo, assim, o próprio desenvolvimento do pensamento de Marx:

A discrepância entre o tom dos escritos de Marx quando ele reconhece a presença do corpo em lugares elementares do artifício (matérias-primas, ferramentas, objeto material) e o tom de seus escritos quando ele reconhece sua presença em lugares mais sofisticados (dinheiro, capital fixo, capital circulante, capital produtivo [...]) surge não apenas do fato que sua ocorrência é muito mais literal no primeiro caso, mas também porque sua ocorrência é muito menos estipulada, politicamente (p.249).

⁸⁰ Sobre a relação entre técnica e corporeidade, a obra de Ernst Kapp (1877), sobretudo o capítulo *Die Organprojection*, merece ser considerada. Para um estudo sobre a obra de Kapp, ver Leinenbach (1990).

Harvey (2000) verifica que a base de uma “concepção relacional” do corpo é possível de ser verificada na obra de Karl Marx⁸¹. O autor americano, afirma que o corpo, normalmente entendido como o símbolo de um referencial analítico que ignora ou abre mão do referencial marxista, pode ser entendido e discutido se for, também, estudado pelo materialismo histórico de Marx. Afinal:

Como todos vivemos no mundo da acumulação e da circulação do capital, essa teoria tem de ser parte de toda discussão sobre a natureza do corpo contemporâneo. Evitar isso (com base na especiosa alegação de que as categorias de Marx estão desestabilizadas ou, pior ainda, desatualizadas ou ultrapassadas) é desprezar um aspecto vital de como o corpo tem que ser problematizado (p.141).

Mesmo Rabinbach (1992) chama atenção para a relevância de Marx para o entendimento não só das questões do trabalho, mas para as questões do relacionamento entre corpo e trabalho. Esse processo de transformação das características do trabalho tem conseqüências que Rabinbach (1992) menciona já no início de sua obra como resultados metodológicos decorrentes da transformação produtiva. Para o autor, uma das conseqüências possíveis de ser vista nesse processo é o fato de muitos teóricos terem abandonado o marxismo, tido como a filosofia “produtivista” por excelência. Com isso, não mais o trabalho, mas a família, a linguagem, a sexualidade etc, começariam a merecer uma atenção que não recebiam. O autor, porém, sem desconsiderar o fato, adverte:

⁸¹ O autor enfatiza, porém, que isso não quer dizer que a obra de Marx tenha desenvolvido todas as possibilidades para a análise da corporeidade. Ausências sobre questões sexuais, de gênero, raça, entre outras, por sua vez, não inviabilizam a obra de Marx como uma das bases para o estudo da corporeidade em suas vinculações sociais: “Por conseguinte, há uma multiplicidade de outros processos – metabólicos, ecológicos, políticos, sociais e psicológicos – que desempenham funções essenciais com relação a práticas e possibilidades corporais. Mas essas ausências não podem ser sanadas por meio do apagamento seja do método, seja da substância da abordagem de Marx. [...] Marx proporciona um rico aparato conceitual para a compreensão de processos de produção e ação corporal no âmbito do capitalismo. E tem quase a mesma importância o fato de ele oferecer uma epistemologia apropriada (tanto histórico-geográfica como dialética) para abordar a questão de como os corpos são produzidos, de como vêm a ser os significantes e referentes de significados e de como práticas corporais internalizadas poderiam em contrapartida modificar os processos de produção do eu nas condições contemporâneas da globalização capitalista” (p.159).

Tendo abandonado o Marxismo, muitos historiadores sociais tornaram-se suspeitos da teoria e dispensaram seu próprio produtivismo anterior como um erro metodológico. A correção do erro, entretanto, freqüentemente desvia-se totalmente da análise do problema: nesse caso, a desconsideração das assunções produtivistas do Marxismo como uma força histórica merece uma investigação crítica (p.15).

Notando que essas conclusões sobre o trabalho e sobre o corpo influenciam e são influenciadas pelo desenvolvimento do debate científico, sociológico e filosófico, Rabinbach (1992) relaciona a mudança para o corpo como “informação”, com a suposta superação da perspectiva dita “produtivista” de Marx. Isso em favor de abordagens que acentuam de forma mais intensa as dimensões comunicativas e ideológicas do trabalho. Porém, Rabinbach (1992) também pondera:

Esse diagnóstico é também aparente na grande transformação na teoria social nos meados do século XX, a mudança de um discurso marxista ou pós-marxista, para um discurso que enfatize a linguagem, significado, e comunicação simbólica, evidentes no estruturalismo, no pós-estruturalismo e no trabalho contemporâneo da Escola de Frankfurt. [...] afirmar que a realidade material da “sociedade do trabalho” foi suplantada pela “sociedade da informação” – ou “da imagem” – é, entretanto, ignorar a dimensão ideológica e cultural do “materialismo” e a centralidade do corpo no pensamento do século XIX (p.299).

Se a ambigüidade das posições de Rabinbach (1992) é notável, podemos ver que as advertências que ele propõem endossam que hoje a questão do trabalho é fundamental e que, da mesma forma, o referencial marxista apresenta possibilidades que aqueles que se apegam às manifestações as mais superficiais do mundo do trabalho não conseguem entender. Entre elas, a necessidade de abordar o corpo tendo como anteparo o mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, enxergar o trabalho pelas questões do corpo.

4.2 - Possibilidades críticas para a consideração do corpo pelo trabalho.

4.2.1- A necessidade de considerar as dimensões produção e consumo nos estudos sobre trabalho e corpo.

Em Marx (1994), podemos verificar que o ponto central da exploração capitalista se dá no consumo da força de trabalho, uma mercadoria "especial" que possui a capacidade de produzir valor. A dialética entre *trabalho concreto* e *trabalho abstrato*, seguido por Marx (1994) na construção histórica da classe trabalhadora como vendedora de sua "pele", é a base para explicar o fato de uma exploração se dar com a aparência de uma relação juridicamente equânime. Ao comprar a capacidade de trabalho, abstratamente considerada, e consumi-la concretamente, o proprietário dos meios de produção extrai a *mais-valia*, dando início a um ciclo mediado pelas dimensões culturais, políticas, científicas e tecnológicas, que se determinam mutuamente nesse "momento" de troca e produção, de consumo e trabalho⁸², produção coletiva e apropriação privada, pela contradição entre a necessária organização da fábrica e o caos da divisão social do trabalho. Indo além, ao atribuir ao trabalho o centro do processo de construção, compreensão e superação do capital, Marx (1994) o faz dando atenção tanto ao "processo de trabalho" quanto ao amplo processo de divisão social do trabalho. Para o autor, não é somente o trabalho, atividade, que conta, mas sim o trabalho no sentido amplo, que compõe, por sua vez, a categoria modo de produção que engloba, além do processo de trabalho, a divisão social do trabalho e suas mediações jurídicas, políticas e culturais. Nesse raciocínio, não é possível atribuir prioridade ao consumo, à circulação perante a produção. O modo de produção capitalista é a totalidade das relações sociais, estabelecidas para a produção social.

Essa advertência é necessária, pois na atualidade os limites com os quais o trabalho é analisado, leva os teóricos a decretarem a irrelevância da produção para o entendimento da sociedade, vendo no consumo o único ponto de apoio para as análises. Para tornar a situação

⁸² Assim se expressa Marx (1994): "Essa metamorfose, a transformação de seu dinheiro em capital, sucede na esfera da circulação e não sucede nela. Por intermédio da circulação, por depender da compra da força de trabalho no mercado. Fora da circulação, por esta servir apenas para se chegar à produção de mais-valia, que ocorre na esfera da produção" (p.219).

ainda mais desvantajosa para o estudo do mundo do trabalho, Lessa (2005) observa que se passa a afirmar que é o consumo que determina a produção ou que o consumo torna-se produção, tal como fazem Negri e Hardt (2000).

Independentemente da diferença de capacidade explicativa das variadas análises sobre corpo e trabalho, um dos pontos que sustentam a possibilidade de superar limites e proporcionar condições para o aprofundamento da questão é uma consideração mais detida sobre o relacionamento entre as esferas do consumo e da produção, justificada pela forma como o mundo do consumo passa a ser visto como “o” *locus* para o estudo do corpo, em detrimento das questões concernentes ao trabalho. Não que essas análises, não tenham apresentado observações relevantes sobre a questão do corpo. O que queremos mostrar é que esses resultados poderiam ampliar suas conseqüências se tivessem partido de outras premissas. Baudrillard (2005), por exemplo, ao definir o que ele chama de “sociedade do consumo”, relaciona suas reflexões sobre a importância do consumo defendendo que o corpo assume no interior do processo uma importância central:

Na panóplia do consumo, ele é um objeto o mais bonito, mais precioso, mais vibrante que todos – [...] é o corpo. Sua redescoberta, depois de uma era milenar de puritanismo, sob o sinal da liberação física e sexual, sua toda-presença (e especificamente do corpo feminino, é preciso ver porquê) na publicidade, na moda, na cultura de massa [...] tudo testemunha que o corpo, hoje, tornou-se um objeto de redenção (p. 200).

Baudrillard (2005) quer mostrar que a “liberação” do corpo e a busca dos seus prazeres significam uma exploração radical e alienada tanto quanto aquela que “ocorria” quando o corpo era “apenas” força de trabalho (p.204). Para o filósofo, as manifestações dessa nova “prisão” são as buscas frenéticas pela beleza e pelo erotismo.

Como conseqüência, essa “nova” forma de exploração também supõe uma nova medida. Se no capitalismo industrial era a fadiga o termômetro do correto ou prejudicial consumo da energia muscular, hoje essa medida se associaria com o stress, com o desgaste nervoso, com a conversão psicossomática que o intenso “trabalho” sobre o corpo ocasiona⁸³.

⁸³ Ver Loriol (2000).

Baudrillard (2005) não nega que as “novas” configurações do trabalho sejam elas também fonte de fadiga, entendida agora na acepção de “gasto energético” manifestado na ausência de movimento, nas longas horas na mesma posição, nos pequenos gestos repetidos até a exaustão e nas lesões que isso acarreta. Entretanto, diz Baudrillard, oferecendo um ponto importante para se criticar as correntes maneiras de se tratar o corpo que hoje aparecem constantemente na mídia:

...isso não é o essencial, [...] porque nós não curaremos a fadiga patológica pelo esporte e pelo exercício muscular, como nos dizem os especialistas ingênuos (não mais que por tranqüilizantes e estimulantes). Pois a fadiga é uma contestação latente, que se dirige contra si mesmo e se encarna no seu próprio corpo porque, em certas condições, é a única coisa a qual o indivíduo despossuído pode se agarrar (p.293-4).

O entendimento do relacionamento entre homem, novas tecnologias, trabalho, flexibilidade, consumo e corpo, passa pela idéia de que, na atualidade, a esfera do consumo ganha uma importância que, no capitalismo industrial, era dada à produção⁸⁴. Como consequência, a comunicação valoriza-se em relação ao trabalho e, estranhamente, a consciência em relação ao corpo. Bauman (2001) afirma que os padrões éticos e morais na sociedade contemporânea estão balizados nos dilemas da “consciência” do “bom consumidor”, entendendo que as deliberações que são feitas perante um produto na hora de comprá-lo, acabaram se tornando o modelo para posicionar-se ética e moralmente. Questões essas que Bauman também investiga pela questão do corpo⁸⁵.

⁸⁴ Elaborando de forma igualmente interessante a relação entre corpo e consumo, estão as considerações de Costa (2004).

⁸⁵ Ver capítulo 2 – Individualidade, de Bauman (2001). É importante citar a reflexão de Villaça e Góes (1998) a esse respeito: “Na era industrial, o corpo era manipulado como instrumento de produção, lugar de disciplina e controle. Na sociedade pós-industrial, caracterizada pela difusão do saber e da informação, por uma tecnologia que ultrapassa a ciência e a máquina para tornar-se social e organizacional, repensa-se esse controle. O corpo dominado é apenas o do trabalhador? O novo espectro global de fluxos, redes e imagens é destinado a controlar sobretudo o cidadão consumidor através da produção incessante de serviços e desejos. O que se percebe é que uma leitura do corpo como construção narcísico-hedonista, disciplinado pelas regras da estetização geral da sociedade pós-industrial, pode incidir numa versão redutora do papel do corpo” (p.30). Mais à frente, os autores expressam, então, o entendimento que possuem entre o relacionamento entre produção e consumo: “Também a erosão do capitalismo competitivo, baseado na força de trabalho disciplinado, aliado ao crescimento da indústria de serviços, de certa maneira, modifica a estrutura da classe trabalhadora, enfatizando, como estilo de vida, o consumo e lazer” (p. 39). Vaz (1999) acrescenta: “Durante o capitalismo de produção, o corpo entrava no mercado de trabalho como força de trabalho. Pesquisava-se o corpo como força a ser domada e preservada. Atualmente, vivemos um capitalismo da superprodução [...] Desde então, o corpo entra no mercado como capacidade de consumir e ser consumido” (p.162).

O prisma levantado por Baudrillard (2005) é relevante, considerando a forma como o seu pensamento é aceito e difundido nos estudos sobre corpo e sobre o trabalho. Dale (2001), por exemplo, verifica que mesmo estando presente, tanto na ciência quanto na administração, e sempre ter sido uma mercadoria sujeita a todas as determinações da base econômica da sociedade, hoje, o corpo assume um relacionamento mais próximo com a definição de estilos de vida e de subjetividades e que, por isso mesmo, tem se tornado um alvo ainda mais requisitado pelas estratégias do consumo, passando o corpo a ser visto em sua capacidade de consumir. Assim se expressa Dale sobre esse ponto: “Talvez, na sociedade moderna, produção e consumo se fundiram em um só, via economia do corpo” (p.45).

Lowe (1995) apresenta como uma das balizas de suas análises as *body practices*. Por *body practices* ele entende o processo de produção e satisfação de necessidades corporais, mediadas ou não pela sociedade. O que o autor nota em relação ao capitalismo tardio, sobretudo o americano, é que se assiste a um processo intenso de mercantilização e exploração das *body practices* que até então não eram alcançadas em sua privacidade pelo capitalismo industrial (p.6). Hancock e Tyler (2002) também observam que na atualidade há uma tendência em relegar a produção a um segundo plano em nome de uma ênfase na questão do consumo (p.99). Sibilia (2002), expressa assim a idéia de primazia do consumo sobre a produção:

Não se trata mais, portanto, daqueles corpos laboriosamente convertidos em força de trabalho, esculpido em longas e penosas sessões de treinamento e disciplina para saciar as demandas da produção industrial; [...] agora emergem outros tipos de corpos e outros tipos de subjetividade: autocontrolados, inspirados no modelo empresarial, imbuídos a administrarem seus riscos e seus prazeres de acordo com o seu próprio capital genético, avaliando constantemente o menu de produtos e serviços oferecidos no mercado, com toda a responsabilidade individual necessária em um mundo onde impera a lógica automatizada do *self-service* e onde a exterioridade se superpõe à interioridade (p.207).

Hetrick e Boje (1992), por outro lado, afirmam que espaços de resistência e análise podem ser obtidos e construídos tanto na esfera produtiva quanto na esfera do consumo. Com isso, eles colocam o objetivo do seu estudo: verificar como trabalhadores e consumidores são constituídos levando em conta as mudanças a que assistimos com o surgimento da “era pós-

moderna”. Para os autores, mesmo com a possibilidade de analisarmos as mudanças nas duas esferas, as questões do corpo na esfera do consumo tornam-se **aparentemente e teoricamente** mais importantes. Porém, deixam claro que o controle do corpo que acontece na atualidade, na esfera do consumo, fora inventado e posto em prática pela produção capitalista. Hetrick e Boje (1992) defendem que o fenômeno que acontece desde os inícios do taylorismo continua a ter lugar mesmo hoje, independentemente das novas denominações e manifestações com que acontecem (p.55). E concluem que “as necessidades do consumidor e do trabalhador são duas modalidades da mesma exploração das forças produtivas. O consumidor saturado aparece como a manifestação fascinada do assalariado” (p.55).

Seltzer (1992) observa a complexidade desse relacionamento entre produção e consumo já no início do século XX. Na realidade, diz o autor americano, é uma reação em sentido oposto que vai ser observado na esfera do consumo. Ele verifica que paralelamente ao processo de racionalização, de mecanização do corpo no processo produtivo, há um retorno do corpo, um elogio a suas capacidades sensíveis, contrariamente ao que era feito no meio produtivo. Veblen (1899) chama esse retorno de *archaic traits* da natureza, uma reação à substituição do corpo pelas máquinas. Seltzer (1992) nota que esse apelo para um resíduo da “natureza humana”, hoje é altamente aceito, sendo inclusive adjetivado de “familiar” (p.62) pelo autor. Vale a pena ser considerado que, para Veblen (1899)⁸⁶, que viveu e escreveu no momento em que as representações do corpo eram baseadas na figura do *human motor*, o mundo do consumo era considerado como compensação, como fonte de fruição, que contrastava com a penúria “fisiológica” do trabalho industrial. O consumo era visto, então, como a possibilidade de prazer que as exigências físicas do trabalho não proporcionava.

Arendt (2005) nota que, já no seu tempo, havia a tendência de rebaixar as atividades de trabalho e compará-las contrariamente às atividades “livres”, desenvolvidas ou praticadas no momento de lazer. Por outro lado, e ao mesmo tempo, são justamente esses desenvolvimentos do mundo do trabalho que possibilitaram o surgimento da sociedade de massa, que ocasionou influências diretas sobre a maneira de “apropriação” do tempo de não-trabalho pelo trabalhador...no momento de consumo:

⁸⁶ A obra *The theory of leisure class*, foi publicada em 1899 e está disponível em <http://xroads.virginia.edu/~HYPER/VEBLEN/veb_toc.html> acesso 04/08/2006.

...seu profundo mal-estar é uma infelicidade causada de um lado pela falta de equilíbrio entre o trabalho e o consumo, de outro pelas exigências obstinadas do *animal laborans* que quer uma felicidade que só obtemos no equilíbrio perfeito dos processos vitais de esgotamento e geração, de sofrimento e alívio (p.184-5).

Na atualidade, todavia, ocorre um fenômeno diverso. Com a crescente incorporação tecnológica, e a superação da figura do *human motor* como metáfora do corpo que trabalha, o consumo deixa de ser visto como compensação, como o meio da manifestação da “sobrevivência do arcaico”. O consumo passa a ser concebido como a única esfera em que o corpo é “produzido” e “reproduzido”, ao mesmo tempo em que o corpo se torna um dos principais objetos de consumo e o grande causador de consumo. Wolkowitz (2002) reivindica uma aproximação do corpo do trabalho hoje, atitude em contraste fundamental com outros analistas do trabalho e do corpo que, pelo contrário, sempre os viram próximos no passado e que colocam como possibilidade de uma corporeidade autêntica o afastamento do corpo das reflexões sobre o trabalho.

Lukács (1979, 2004) também mostra a necessidade de se tomar o relacionamento entre produção e consumo de forma aprofundada. Quando ele fala de um predomínio da produção, isso não quer dizer que o consumo é apenas um resultado, um fator secundário. Ele assume o fato do consumo influir no mundo produtivo. Mesmo considerando essa prioridade, não há que se esquecer que o consumo deve ser considerado de forma rigorosa. Afinal, no capitalismo a produção de *mais-valia* **realiza-se** no processo social de consumo, tendo por base a distinção entre *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo* proposto por Marx, ao buscar entender a **produção** dessa *mais-valia*.

O trabalhador não se vê como *capital variável*, mas busca cotidianamente produzir a si mesmo pelo seu trabalho. Para isso, entretanto, é necessário que o consumo seja “racional”. Constatando isso, Harvey (2000) apresenta uma maneira de ver o **corpo pelo trabalho** conectado intimamente com o corpo no consumo sem ver nesse, somente, o centro a ser buscado pelos analistas do corpo:

Mas tudo isso presume o “consumo racional” da parte do trabalhador⁸⁷ – quer dizer, “racional” do ponto de vista da acumulação do capital [...]. A organização, a mobilização e a canalização dos desejos humanos, o envolvimento político ativo com táticas de persuasão, vigilância e coerção tornam-se parte do aparato de consumo do capitalista, produzindo por sua vez todo tipo de pressões sobre o corpo como sede do “consumo racional”, bem como seu agente performativo, para fins de maior acumulação (p.153).

Nesse relacionamento entre consumo e produção, vemos como o corpo do trabalhador, em toda sua especificidade e particularidade, fica exposto às forças que tocam a generalidade do modo de produção. É por isso que Harvey (2000) afirma que “o corpo que trabalha tem de ser visto como uma relação interna dos processos histórica e geograficamente concretizados de circulação do capital” (p.157). Esse entendimento aproxima as preocupações relativas ao corpo que trabalha com as questões mais gerais sobre a corporeidade que os analistas procuram estudar:

O capital se empenha continuamente em moldar os corpos de acordo com seus próprios requisitos, ao mesmo tempo que internaliza em seu *modus operandi* efeitos de desejos corporais, vontades, necessidades e relações sociais em mudança e interminavelmente inacabados [...] da parte do trabalhador. Esse processo molda muitas facetas da vida social, como “opções” em termos de sexualidade e de reprodução biológica ou de cultura e modos de vida, ainda que essas “opções”[...] sejam plasmadas de modo mais geral pela ordem social e por seus códigos legais, sociais e políticos, bem como por suas práticas disciplinares” (p.157).

A desconsideração do corpo que trabalha, tanto pelos estudiosos do trabalho como pelos estudiosos do corpo, faz com que as possibilidades políticas da corporeidade sejam rejeitadas. Para Harvey (2000), é isso que representam as idéias de superação do corpo, tanto quanto as idéias de que o corpo só é tematizável de forma verdadeiramente humana quando o que está em jogo são os prazeres proporcionados. Com isso Harvey (2000) critica alguns autores que abordam de uma forma ou de outra a corporeidade no interior da sociedade atual:

⁸⁷ “É nesse sentido que se pode falar dos momentos da produção e do consumo como uma questão de relações interiores, deste com aquela” (HARVEY, 2000, p.155).

O conceito de corpo está aqui em perigo de perder seu valor político, ao não poder proporcionar uma base para definir a direção oposta ao *locus* da ação política. Aqueles que (como Foucault e Butler) apelam ao corpo como conceito fundante têm, por conseguinte, intensas dificuldades para elaborar uma política que se baseie em algo além da sexualidade. A consideração de questões mais amplas acerca do que acontece com os corpos inseridos na circulação do capital variável tipicamente desaparece nesses relatos [...] (p.162).

Harvey (2000) afirma que “Há necessidade de alguma outra coisa que permita a tradução do reino do corpo como “carne” para a acumulação do capital ao conceito do trabalhador como agente político”(p.162). Caso não seja feita essa análise da corporeidade laborativa como ponto de apoio para a luta política, o preço a ser pago é o fato de as análises do corpo endossarem reducionismos, tais os quais apontados e criticados por Harvey (2000). O que queremos não é isso, mas sim levar em conta que:

O estudo do corpo tem que se basear na compreensão das relações espaço-temporais concretas entre práticas materiais, representações, imaginários, instituições, relações sociais e estruturas vigentes de poder político-econômico. Pode-se então ver o corpo como um nexos por meio do qual abordar possibilidades de uma política emancipadora (p.178).

É possível notar a necessidade de considerar os processos de produção e consumo como inextricavelmente ligados. A desconsideração do trabalho, sobretudo quando o corpo é analisado, se dá justamente por assumir o consumo e a produção como momentos distintos, separados e, assim, com necessidades diferenciadas o que resulta, na maioria das vezes, uma redução da importância da esfera produtiva e um inchaço do papel dos mecanismos de circulação das mercadorias produzidas.

4.2.2 - Elementos para a construção de uma análise da relação corpo / trabalho: a dupla dimensão do trabalho.

Um avanço que Marx coloca para a história da filosofia é a assunção do duplo caráter do trabalho: o seu caráter objetivador, construtor social do homem e, ao mesmo tempo, o seu caráter

subsumido às necessidades históricas dos diferentes modos de produção que, no caso do capitalismo, vem como fonte de *mais-valia* e, conseqüentemente, embrutecimento e exploração do trabalho. *O Capital* é um exemplo de obra em que essa dupla dimensão do trabalho está presente. No capítulo V, por exemplo, Marx (1994) verifica que "A produção de valores-de-uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso, temos inicialmente de considerar o processo à parte de qualquer estrutura social determinada" (1994, p. 201). Essa dupla consideração do trabalho é a base para se superar os limites vistos em relação à análise do **corpo no trabalho** e que dizem respeito ao esforço de concatenar essas análises com as do **corpo pelo trabalho**.

Em primeiro lugar, a relação corpo e trabalho, hoje, dá-se nos limites das relações sociais de produção capitalistas. Harvey (2000) mostra que é a necessidade imposta pelo processo de trabalho, face ao controle e a mobilização dos "espíritos animais", que deve ao mesmo tempo proporcionar um trabalhador, na atualidade, instruído e flexível, mas totalmente atado ao propósito da produção do lucro. Podemos dizer que a trajetória histórica do modo de produção capitalista, entre outras coisas, consiste em descobrir sempre novas formas de utilizar as potencialidades corpóreas do homem como capacidade de trabalho. Porém, são capacidades instrumentalizadas que, no caso do capitalismo flexível, são exercidas por uma pequena parcela da classe trabalhadora, mas que afeta os trabalhadores em sua totalidade.

Harvey (2000) analisa que o estatuto legal do capitalismo não permite a posse jurídica de pessoas. Mesmo considerando o caráter limitado dessa liberdade, ele verifica que um dos grandes campos da luta-de-classes é a preservação, a formação e a utilização das capacidades e potencialidades corporais e volitivas no interior do processo de circulação de mercadorias: "Essa luta incide sobre a determinação do valor do próprio capital variável, porque, aqui, a necessidade do corpo do trabalhador constitui o *datum* de que dependem as condições do contrato" (p.149). A principal crítica de Marx ao capitalismo é a forma como a exploração capitalista, ao inviabilizar a propriedade daqueles que produzem a riqueza com seu trabalho, aliena as capacidades humanas, entre elas as capacidades corporais:

Diferentes qualidades e modos de avaliação corporais (incluindo o grau de respeito pela integridade corporal e pela dignidade do trabalhador) atingidos em diferentes lugares são levados a um ambiente espacialmente competitivo por

meio da circulação do capital. O desenvolvimento geográfico desigual das práticas e sensibilidades corporais daqueles que vendem sua força de trabalho se torna uma das características definidoras da luta de classes travada tanto pelo capital como pelo trabalho (HARVEY, 2000, p.150).

Da mesma forma, o trabalho também oferece as bases sobre as quais o relacionamento entre natureza e sociedade é efetivado, sendo nesse relacionamento construídas as capacidades humanas ligadas à corporeidade. Scarry (1985), sem esquecer o fato de a propriedade privada dos meios de objetivação das potencialidades humanas materializada na riqueza socialmente produzida pelo homem, constata a impossibilidade de haver em uma sociedade capitalista o livre desenvolvimento ou ampliação dessas capacidades. Ela mostra que a questão da exploração e alienação corporal no trabalho capitalista ocorre não só pelas condições de trabalho, tais como a insalubridade, repetição extenuante de movimentos, jornadas de trabalho insuportáveis, mas no fato de que no capitalismo o trabalhador não tem como usufruir os objetos que produz. Ou seja, a autora chama atenção para o fato de que as condições de trabalho dentro da fábrica (impossíveis de serem desconsideradas) são, por outro lado, secundárias se comparadas com a totalidade do modo de produção que, por fim, acaba determinando diretamente as características das rotinas de trabalho acima citadas.

Partindo do processo social e histórico de projeção, recebimento e transformação da sensibilidade e intelectualidade humana, baseada no processo coletivo de desenvolvimento de instrumentos que mediam a relação homem e natureza, Scarry (1985) conclui que é o corpo e seus sentidos que diferenciam, individualizam e, ao mesmo tempo, socializam a experiência humana. Baseada na categoria trabalho, continua a autora:

...a socialização da percepção (sentience) deveria continuar a ser amplificada conforme avançamos para artefatos econômicos (dinheiro e capital) e políticos mais estendidos. Todo o trabalho de Marx é dedicado a sua crença de que isso não acontece. Se os lugares econômicos continuassem esse trabalho de amplificação, eles coletivamente constituíram uma economia socialista, uma compatível com o aumento da “socialização da percepção (sentience)” que ocorrera nos espaços antecedentes; ao invés disso, a economia capitalista a reverte e enfatiza a “privacidade”, contraindo ao invés de expandir o número de trabalhadores (makers) que serão descorporificados pelo seu próprio ato de criação, e pelo qual, subvertendo o impulso e a intenção do que o imaginar era em suas origens (p.256).

Fazendo a mesma tentativa de Scarry (1985) em visualizar o trabalho no longo processo de criação social, pelo trabalho, da corporeidade, Wollfson (1982) apresenta uma gama considerável de pesquisas que sustentam a tese engelsiana de estar o trabalho na base da hominização do homem. Para a apreciação dessa consideração, há que se ter claro que as diferenças nos ritmos e características das transformações fazem com que essa relação seja mais difícil de ser observada hoje. Continua o autor inglês:

Uma “relação inversa” emerge entre a transformação da forma física da espécie humana e a modificação na forma de trabalho. Nos anteriores hominídios modificações insignificantes na técnica eram acompanhadas por substanciais modificações na morfologia. No *Homo Sapiens*, maiores transformações na técnica e formas de atividade têm pequena importância para sua forma física. Os termos dessa “relação inversa” são estritamente materialistas⁸⁸, mas podem facilmente dar condições para uma visão idealista do cérebro como o fator primário do desenvolvimento, enquanto, como Engels afirma, “as mais modestas produções da mão trabalhadora foram recuadas como fundamento (background)”. Foi precisamente nessas bases que Engels originalmente formulou seu ensaio sobre as origens humanas e criticou seus contemporâneos pelo seu idealismo (1982, p.77).

O fenômeno produtivo, ao ser estudado desconsiderando o duplo aspecto da categoria trabalho, ocasionava a limitação de se conceber o desenvolvimento humano como fruto da idéia, do pensamento, do cérebro. Contra isso insurgiu-se Engels (1991). Ele mostrou que o conjunto das relações sociais capitalistas, que amarram a produção não com a satisfação das necessidades humanas, mas a submetem-na à necessidade de ampliação do capital, o processo produtivo no seu sentido amplo, e também como atividade, aparece como concebido pelo pensamento e feito pela mão.

Deleule e Guèry (1972) notam que o capital “se apresenta”, assim, como inteligência, totalmente liberta das contingências da prática ou sedimentadas em longas cadeias históricas baseadas na repetição de gestos e procedimentos. Uma consequência desse processo é o fato de novas ciências estarem sendo vistas como mediadoras para a construção de uma nova imagem do

⁸⁸ Paris (2001) complementa: “[...] a possível clarificação da técnica em sua mais profunda problemática antropológica não é possível se forem relegadas suas formas básicas, primordiais, as do laborar (*Homo Laborans*) e as do fabricar (*Homo Faber*), por vezes consideradas, em razão do caráter genericamente corporal nas primeiras e fundamentalmente manual nas segundas [...] Perde-se, assim, toda a riqueza de uma relação básica do ser humano em seu contato primário com a natureza, do qual nascem categorias e simbolismos decisivos” (2001, p. 155).

corpo, que substituindo a antiga visão biológica e mecânica, não conseguem, porém, romper os limites das relações sociais que as sustentam:

O cérebro dividido, a parcialização das tarefas intelectuais, clamando um mediador, uma imagem do corpo unificado. Não é preciso somente as ciências da natureza, é preciso as ciências da produção, ciências do cérebro, ciências das relações entre os elementos dispersos do corpo produtivo. Psicologia, sociologia, lingüística, informática, tantas disciplinas com vocação unitária concorrentes na corrida pela unidade, e já escravas da unidade sonhada, que as parcelarizará por sua vez (p.52).

É a transformação da força de trabalho em mercadoria que explica o fato de o trabalho, visto como a relação entre homem e natureza, tornar-se um processo todo **pensado** antecipadamente pelo capitalista, dando a base concreta para a ampliação da divisão social entre trabalho manual e trabalho intelectual, para além e anteriormente a todo e qualquer processo de produção da existência. Esse posicionamento, afirmam Deleuze e Guèry (1972): “[...] confunde o corpo produtivo do qual ele é o elemento desde sempre, sem jamais tê-lo percebido com a força histórica aparecida fortuitamente e do exterior da esfera da produção...”(p.33). É nesse ponto que os autores franceses inserem suas críticas a outros analistas da questão do processo de parcelarização do trabalho. Toda uma tradição crítica a parcialização do trabalho na sociedade capitalista, toma a descrição de Descartes como se ela fosse uma descrição “correta” e esquecem que a relação entre corpo biológico e produtivo sempre se deu na história. O que é novo, e o que deve ser criticado, é a divisão entre trabalho manual e intelectual mediada pela necessidade de reprodução capitalista:

Os protestos humanistas *à la* Friedmann contra o trabalho parcelar, o trabalho em migalhas, aceitos pelos esquerdistas correntes inspirados por Marcuse, [...] fazem como se Descartes, o Descartes do corpo máquina, descrevesse corretamente o corpo produtivo, como o se o maquinismo fosse um mecanismo. É não reconhecer que a parcelarização do corpo físico é apenas um fenômeno anacrônico afetando o misto antigo entre o corpo biológico e o corpo produtivo. A verdadeira grande cisão do corpo não está aí. Ela está, certamente, entre esses dois corpos, descolados progressivamente durante o período manufatureiro. Desde já, esse fato mina toda a crítica da parcelarização do trabalho. Mas essa

cisão se apoiou sobre uma outra, praticada no seio mesmo do corpo biológico: a cisão entre o corpo, reduzido a uma maquinaria, e as forças intelectuais da produção [...] cujo estado atual é o software dos informáticos (DELEULE e GUÈRY, 1972, p.39).

Esse problema está na base das limitações fenomenológicas e existencialistas de se buscar uma unidade produtiva socialmente perdida, ou impossibilitada de ser vista e controlada, no indivíduo⁸⁹. Trata-se de considerar o grande trabalho histórico de especialização e transformação das forças produtivas, relações sociais e natureza, e enxergar que o problema não está no “coração do indivíduo”, mas no inchaço do “corpo social”⁹⁰ capitalista e a cisão entre concepção e execução impulsionada pela imperatividade de reprodução do capital, que acaba colocando a concepção como o momento privilegiado: “É então entre a força produtiva do trabalhador parcelar e seu produto unitário que se interpõe o capital, sob a forma técnica do trabalho de vigilância e de unificação de tarefas” (DELEULE e GUÈRY, 1972, p.39-40).

Temos claro a diferença entre o que a produção acadêmica analisada nos capítulos anteriores apresenta como unificação entre o fazer e o pensar, entre a mão e a mente, e a posição que Marx defende sobre o relacionamento entre as categorias trabalho manual e trabalho intelectual. Ela reside na forma como Marx analisou o mundo do trabalho e na forma como entende trabalho enquanto práxis⁹¹. Os estudos analisados nesta tese e que, como já vimos,

⁸⁹ Os autores chamam essa tentativa de utópica, idealista e reacionária (p.52).

⁹⁰ Complementa Ingold (2000): “[...] com respeito à relação entre máquinas e seus operadores, é vital distinguir a influência das relações capitalistas de produção dos aspectos de customização mecânica” (p.309). Entretanto, a advertência não é seguida pelo próprio autor quando ele diz que: “É verdade que a maquinaria operada pelos trabalhadores [...] pode – devido seu barulho, calor, vibração ou qualquer outra coisa - esgotar o corpo humano até os seus limites de tolerância. Entretanto, apesar da afirmação de Marx em contrário, o trabalhador não deixa de habitar seu lugar de trabalho. Ele está em casa, lá. Mas o lar é, as vezes, um lugar profundamente desconfortável de estar” (p.332). Temos mais um exemplo de como analisar a atividade de trabalho, bem como transportar essas análises para totalidade social, implica reduções tanto para a atividade quanto para o entendimento da sociedade. O que pressupõe e endossa, na maioria das vezes, uma desqualificação apressada da obra de Marx.

⁹¹ A mesma consideração pode ser feita em relação a Gramsci (2001) que, em *Americanismo e Fordismo* afirma: “[...] verifica-se na realidade que o cérebro do operário, em vez de mumificar-se, alcançou um estado de completa liberdade. Mecanizou-se completamente o gesto físico; a memória do ofício, reduzido a gestos simples repetidos com ritmo intenso, “aninhou-se” nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre e desimpedido para outras ocupações” (p.271-272). Essa maneira de assumir a relação trabalho e corpo deve passar por questões mais amplas, assim como a seguinte crítica feita à Gramsci por Finelli (1997): “O corpo como campo de disciplina e de manipulação cultural! Este é o horizonte pressuposto em cujo âmbito Gramsci desenvolve suas considerações sobre a eficiência objetivamente racional do taylorismo. E não poderia ser diferente, dada a cultura do tempo e a formação teórica de Gramsci, muito distante de perspectivas antropológicas e psicanalíticas, como as que nos são contemporâneas, que vêem no corpo não a natureza oposta à cultura, não a animalidade oposta à espiritualidade, mas, pelo contrário, o fundamento de sentido e de vida da mente. Ou seja, muito distante daquelas perspectivas psicobiológico-antropológicas que vêem na diferença de corpo e mente não uma relação entre colonizado e

partem da consideração das idéias Descartes para justificar a secundarização do corpo, clamam por uma unificação no interior do trabalhador entre ação e reflexão. Marx, por sua vez, concebe essa dicotomia como fundada na divisão social do trabalho entre concepção e execução, dando, então, para o problema uma conotação histórica mais ampla e crítica. Nesse sentido, Markus (1982) coloca o diferencial das “dicotomias” que Marx apresenta:

As categorias dicotômicas da teoria social de Marx – forças produtivas contra relações de produção; conteúdo material contra forma social; valor de uso e valor, etc (as quais nós tentamos ajuntar as categorias aparentadas das regras técnico-utilitárias por oposição às normas sociais) – tornam possível precisamente essa ruptura da objetividade social imediatamente dada e presente, representando-a como o produto global das gerações precedentes, ao mesmo tempo objetivação humana e materialização social. (p.98)

O fato de o capital se apresentar como inteligência é, assim, a inversão da concreta relação entre homem e natureza, necessariamente baseada na ação e na inteligência. Embasamento este não percebido pela imperatividade da produção e reprodução do capital que, entre outras coisas, explica pela mistificação o fato daqueles que produzem a riqueza social não poderem usufruir dessa produção. Vasquez (1990), é incisivo nessa questão quando diz:

Atualmente⁹² essa práxis repetitiva, que alcançou sua máxima expressão com o taylorismo e que correspondia à exigência capitalista da obtenção do lucro máximo, cede lugar a novos métodos de trabalho, ou, mais exatamente, a um novo enquadramento do operário na empresa, procurando-se com isso uma relação mais consciente com seu trabalho [...]. É assim que surge hoje todo um sistema de direção na empresa, que propugna "relações humanas" com respeito ao trabalhador. Ora, a passagem de uma práxis repetitiva a uma práxis autenticamente criadora não transita por essas "relações humanas" ditadas também pelo princípio de sujeição do homem ao princípio da máxima rentabilidade, passando, isto sim, por uma transformação das condições materiais e sociais do próprio trabalho (p. 274).

colonizador, mas um nexos de reciprocidade e de diálogo aberto e inesgotável, precisamente pela diferença estrutural de suas polaridades, cuja presença simultânea constitui, ao lado da socialidade com os outros, a peculiaridade do ser humano” (s.p.). Nem a afirmação dos conceitos *trabalho físico* e *trabalho intelectual*, nem a crítica desses termos significam a defesa do dualismo ou da indivisibilidade do homem, respectivamente.

⁹² Vasquez escreveu sua obra em 1967.

Alves (2005) analisa e complementa a reflexão de Vazquez ao notar que no interior das práticas de reestruturação produtiva, ocorre uma “compressão psicocorporal”:

Altera-se o tráfico corpo-mente, com o toyotismo tendendo a dissolver a antiga atitude disciplinar que o corpo apresentava no modo de organização taylorista-fordista. Na verdade, o corpo não se emancipa da disciplina do capital, mas constitui-se uma nova relação psicocorporal que busca preservar um componente essencial das sociedades do capital, sejam elas modernas, ou pós-modernas: um corpo útil, produtivo ou submisso (2005, p. 422).

O que Alvez (2005), Vasquez (1990), assim como Deleule & Guèry (1972), Harvey (2000) e Scarry (1985) enfatizam, é a impossibilidade do exercício e do reconhecimento da integralidade humana no interior de relações sociais capitalistas, tanto fora, quanto dentro das rotinas produtivas. Esse exercício e reconhecimento passam pela superação dessas relações.

4.3 - O corpo no trabalho e o corpo pelo trabalho: a unidade do processo proporcionada pelo duplo caráter do trabalho.

Abordar a questão da **corporeidade no trabalho** pela mediação dos *conhecimentos tácitos* é uma resposta que se pode dar aos desdobramentos históricos no mundo do trabalho que começaram a partir da década de 50, agudizadas em 70, e que vai de encontro ao caminho sugerido pelo raciocínio de “adeus ao corpo” no trabalho, para emprestarmos a expressão utilizada por Le Breton (2003) ao criticar, também, o limite desse raciocínio que se alastra por toda sociedade.

Apesar de importante, essa abordagem do corpo pelos *conhecimentos tácitos* apresenta alguns limites que devem ser tratados tendo por sustentação as considerações que fizemos sobre a necessidade de encarar o modo de produção capitalista em sua unidade de produção e consumo, da mesma forma sem perder de vista que o trabalho humano não deve ser visto somente como atividade, mas como processo ampliado de produção social e histórico das sociedades e,

conseqüentemente, do próprio homem e suas características. Com isso, pretendemos colocar as bases de uma abordagem do **corpo no trabalho** e do **corpo pelo trabalho** que problematize os atuais dilemas sem ser vítima de simplificações, tal como responder a idéia de que os processos produtivos dispensam o corpo da análise, simplesmente afirmando o contrário. Essa resposta daria espaço para o surgimento de mais uma apologia que veria no corpo uma essência inescapável do ser humano, ou no trabalho mediado pela micro-eletrônica uma humanização, uma recuperação da corporeidade humana, sugerindo, assim, que o mundo do trabalho e a questão do **corpo no e pelo trabalho** pudessem ser abordadas diretamente, sem a consideração de numerosas variáveis intervenientes no processo.

Reconhecendo que tanto o estudo do **corpo no trabalho**, quanto o estudo do **corpo pelo trabalho** são relevantes, há que se ter claro que o potencial analítico desses estudos só é maximizado quando eles são considerados relacionalmente. Isso se justifica pela forma como o trabalho, ao ser tomado em sua dimensão histórica específica e como relação entre homem-natureza que acontece em toda história, possibilita uma das chaves para o entendimento dos elos e das discontinuidades entre indivíduo e sociedade, entre inteligência teórica e prática, entre privado e público, entre razão e sensibilidade etc. Para ilustrar essa possibilidade, Marx, no capítulo XIV de *O Capital*, defende que a relação entre homem-natureza só se dá mediada pela sociedade, ao mesmo tempo em que a funda. Começa o pensador alemão afirmando que:

Enquanto o processo de trabalho é puramente individual, um único trabalhador exerce todas as funções que mais tarde se dissociam. Ao apropriar-se individualmente de objetos naturais para prover sua vida, é ele quem controla a si mesmo; mais tarde, ficará sob controle de outrem. O homem isolado não pode atuar sobre a natureza, sem por em ação seus músculos sob o controle do seu cérebro. Fisiologicamente, cabeça e mãos são partes de um sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e o das mãos (p.584)⁹³.

Com essa afirmação, Marx (1994) demonstra um entendimento de corpo no trabalho em que a atividade concreta de produção da existência, comum em todas as sociedades, só acontece

⁹³ A consideração dessas passagens de *O Capital* (1994) foi possibilitada pela análise que Lessa (2005, p.55-57) desenvolve sobre os limites do pensamento de Negri e Hardt (2000).

com a concorrência social de todas as capacidades humanas. Nesse sentido, Vasquez (1990), retomando esse encaminhamento, oferece uma importante consideração ao afirmar que:

O aparecimento de instrumentos mais aperfeiçoados que modifica o tipo de relação entre o homem e a natureza, é, nesse sentido, um índice revelador do desenvolvimento da sua força de trabalho e de seu domínio sobre a natureza. O poder de mediação do instrumento estendeu-se e elevou-se com a introdução da máquina até chegar à automatização, com o qual o homem fica separado radicalmente do objeto de produção. Mas quaisquer que sejam os instrumentos de que se valha para transformar a matéria conforme suas finalidades, é, sem dúvida, o homem que os utiliza e fabrica, e é ele, em última instância que se valendo deles atua sobre as matérias e as transforma de acordo com suas necessidades. O papel predominante dos meios de produção, acentuado por Marx, longe de eliminar a presença do homem concreto, como sujeito da produção, o revela inequivocamente. (p.196).

Entretanto, essa “presença”, sublinha Marx (1994), nunca acontece de maneira isolada, tendo como resultado que, no caso do capitalismo:

O produto deixa de ser o resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles na manipulação do objeto sobre que incide o trabalho.[...] Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das suas funções fracionárias. A conceituação anterior de trabalho produtivo, derivada da natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em conjunto. Mas não se aplica mais a cada um de seus membros, individualmente considerados (p.584).

Marx, assim, evidencia que a base do processo de produção social sempre é a relação entre o homem e a natureza (o que faz com o trabalho das “mãos” e o trabalho do “pensamento” sejam dificilmente diferenciados), mesmo que essa relação esteja cada vez mais penetrada pela necessidade, no caso do capitalismo, da produção de *mais-valia*. Não é esse o parâmetro de análise seguido por aqueles que foram analisados neste estudo ao conceberem o **corpo no trabalho**. O apelo que fazem Negri e Hardt ao *biopoder* que alastra as determinações do capital

para além do mundo do trabalho, chegando a toda sociedade, redundando em uma crítica às “limitações” da forma de entender o capitalismo desenvolvido por Marx baseado na teoria do valor-trabalho. O que Negri e Hardt defendem é a incomensurabilidade do trabalho, baseada na sua “imaterialidade”.

Ao repudiar as conclusões dos autores de *Império*, Caffentzis (2005) pondera que, ao fato dos constantes apelos para a solução da crise residir nas advertências dirigidas à força de trabalho, tais como flexibilização, formação, redução dos custos do trabalho e suas conseqüências políticas mais que visíveis, desconsideradas por Negri e Hardt, soma-se uma leitura equivocada dos *Grundrisse* feita por eles. Adverte o autor:

Intelecto geral e “trabalho imaterial” não são convites para se ir além do capital, como Negri e Hardt afirmam, mas tem sido parte do trabalho que o capital explora, sendo assalariado ou não; a recente crise da “nova economia” [...] mostrou que a quantidade de trabalho envolvido na computarização do trabalho não muda a dinâmica da acumulação capitalista (p.20).

Prado (s.d.b) também critica Negri e Hardt (2000) pelo uso que eles fazem da idéia de *intelecto geral*:

...a forma privilegiada do capital na pós-grande indústria é o intelecto geral. O fetiche faz então a sua aparição, por exemplo, na expressão “capital intelectual”, na atribuição de capacidade produtiva de valor ao próprio intelecto geral ou ainda na consideração do trabalho técnico e científico como produtivo, independentemente da forma social que assume a força de trabalho (p.15).

Prado nota que uma das bases que dão sustentação à confusão teórica que envolve as transformações do regime de acumulação capitalista e os impactos que ele tem no trabalho e trabalhadores é uma compreensão limitada do que seja *trabalho concreto* e *abstrato*. Tomando as obras de Hardt e Negri como exemplos, ele verifica que esses autores entendem *trabalho abstrato* como “abstração subjetiva”, das particularidades qualitativas do trabalho. Marx, por sua vez, define o trabalho abstrato objetivamente:

[...] trabalho abstrato em Marx não é trabalho em geral, ou seja, o gênero de muitos trabalhos concretos, mas trabalhos concretos reduzidos a trabalho abstrato. Hardt e Negri tratam o trabalho abstrato no registro da abstração subjetiva, portanto, como gênero: “só quando abstraídas... as atividades laborais poderiam ser reunidas e vistas...” Mas, de um modo amplo, qual seria a qualidade comum que define tal gênero? Eles o dizem: o gasto de força humana. Ao passo que Marx o faz no registro da abstração objetiva: um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato(s.d., p. 3).

Disso, Prado (s.d.b) conclui que:

Para Marx, como corolário, os diversos trabalhos humanos enquanto trabalhos concretos mantêm-se incomensuráveis entre si na prática social; ademais, eles originam valores de uso diversos que também, enquanto tais, mantêm-se incomensuráveis entre si. Por outro lado, esses últimos são comensurados pela mediação dos valores de troca ou dos preços. Ora, isto só é possível porque os trabalhos humanos que produzem valores de uso como mercadorias se encontram objetivamente comensurados no processo social.[...] em consequência, Marx trata o trabalho no modo de produção capitalista como duplicidade coexistente e antitética: trabalho concreto e trabalho abstrato⁹⁴ (p.4).

O que se tem que evitar é a análise do trabalho no capitalismo focalizando somente o resultado material da esfera produtiva. Caso contrário acabar-se-á fazendo uma análise completamente limitada sobre as transformações a que assistimos e que Prado (s.d.) sumariza da seguinte forma:

Eis, pois, aonde chegam, a partir da noção de trabalho imaterial. Em primeiro lugar, concluem que a subsunção do trabalho ao capital tornou-se puramente

⁹⁴ Marx expressa assim a objetividade social do trabalho abstrato: “Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. Vejamos o que é esse resíduo dos produtos do trabalho. Nada deles resta a não ser a mesma **objetividade impalpável**, a massa pura e simples do trabalho humano em geral, dos dispêndios de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi despendida. [...] **Como configuração dessa substância social que lhes é comum, são valores, valores-mercadorias**” (p. 44-45). (Sem grifos no original)

externa ao processo de trabalho e, em consequência, arbitrária. Inferem daí que não subsiste a distinção entre capital constante e capital variável na pós-grande indústria. Chegam a essas duas conclusões mesmo sabendo que os trabalhadores continuam vendendo as suas forças de trabalho para os capitalistas, o que, nos termos de Marx, caracteriza a subsunção formal do trabalho ao capital. Como o trabalho coletivo tornou-se para eles “comunicativo, afetivo e imaterial” e, assim, cooperativo em si e por si mesmo, deduzem também que a produção enquanto tal tornou-se potencialmente comunista, mesmo se o modo de produção ainda continua sendo capitalista (p.8).

Lessa (2005) critica veementemente a expressão “*imaterial*”, dada por Negri e Hardt à “nova configuração” do trabalho. Além dos limites apontados por Prado, Lessa observa que eles associam pensamento e análise com o termo imaterial, implicando uma redução profunda das considerações já feitas sobre a “concreticidade” (no seu sentido social e não somente como embasada corporalmente) que a consciência possui, sobretudo quando o trabalho é levado em conta, tanto quando visto como meio de relação entre homem e natureza, quanto na sua forma especificamente capitalista:

Negri, Hardt e Lazzarato, tal como os marxistas vulgares, restringem a materialidade a coisalidade do mundo natural, desconhecendo a materialidade específica do mundo dos homens no interior da qual as idéias possuem força objetiva. É por isso que, ao afirmarem que as “mercadorias” se converteram em “produtos ideológicos”, são levados a caracterizar a produção contemporânea como “trabalho imaterial” (p.43).

Para Lessa (2005), assim como Scarry (1985) e Harvey (2000), a materialidade, a concreticidade dos processos produtivos, está, também, nas relações sociais que os homens estabelecem para a efetivação e satisfação das suas necessidades. A atividade, o observável, apesar de importantes, não contem em si a totalidade, a concreticidade social que, para Lessa (2005), tem uma característica diferente da concretude natural. Como resultado:

...a imaterialidade que pretendem imputar ao trabalho contemporâneo é decorrência de uma concepção de materialidade que a identifica às formas naturais. Perdem, com isso, a possibilidade de reconhecerem as idéias (os complexos ideológicos) como forças materiais na determinação da história dos homens. Perdido o elo ontológico entre a natureza e o mundo dos homens, entre

a materialidade natural e a materialidade social, não lhes resta alternativa ao economicismo senão o idealismo (p.43-44).

Os mesmos limites podem ser notados nas análises de Gorz (2003). Para Prado (s.d.), ele mistifica a questão do trabalho na atualidade quando analisa o capitalismo com o conceito de *imaterial*. Prado critica a premissa de *O Imaterial*:

Como é valor e, mais precisamente, valor que se valoriza, não convém ao capital a distinção entre material e imaterial – na verdade, ele é sempre objetividade social semovente que sempre se apropria de corpos para neles imprimir as suas formas. Rigorosamente, pois, o capital não pode ser identificado seja com os objetos econômicos tangíveis seja com os intangíveis, pois uns e outros se constituem apenas em conteúdos do capital (p.8).

Assumindo como pressuposto o fato de as transformações darem ao trabalhador as condições de ser sujeito na concreticidade do processo de trabalho, Prado (s.d.) nota que o fato disso não significar uma realidade para todo o modo de produção, evidencia mais uma das contradições que apresentam o capitalismo:

O capital geral é espírito objetivo, desenvolve-se de modo relativamente autônomo e não vem a ser perfeitamente apropriável de modo privado. Ademais, a atuação da força de trabalho, tal como na manufatura, passa a depender da própria subjetividade do trabalhador, justamente por ser agora trabalho informado pelo conhecimento técnico e científico. Isto dá ao trabalhador uma condição de sujeito no processo de trabalho, ainda que não lhe garanta a mesma condição no processo de produção como um todo. Há, pois, uma inadequação entre o capital como forma e os seus conteúdos materiais, a saber, os conhecimentos científicos e tecnológicos que movem a produção de mercadorias na pós-grande indústria. A dominação do capital, justamente por ter perdido a sua base material anterior, precisa agora se basear, como nunca, em adesão ideológica e compromissos políticos (p.15).

Essa condição de sujeito dado pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas é a base, como vimos, para o estudo das questões relativas aos *saberes tácitos*, utilizados para a visualização do corpo no trabalho como base dos processos interpretativos e decisórios nas

rotinas de trabalho mediadas pela micro-eletrônica. A importância dos *conhecimentos tácitos* para a execução das tarefas não pode ser negada. É justamente neste aspecto imensurável, informalizável, idiossincrático do trabalho que reside um dos pontos centrais para a dissipação de todo um conjunto de análises que, ao buscarem “valorizar” o *trabalho vivo*, afirmam a superação do entendimento do capitalismo baseado na lei do valor-trabalho, definida por Marx.

A questão da inteligência prática ou conhecimento científico deve ser, então, encarada no interior das relações sociais, pela mediação do relacionamento entre *trabalho abstrato* e *concreto*, no amplo processo de divisão social de trabalho e não reduzida somente ao âmbito individual. Gorz (2003), ao defender que o conhecimento científico, formalizável nas máquinas, e a inteligência operária, individual e enraizada na corporeidade e na presença operária nas rotinas do **trabalho concreto**, desconsidera que essas capacidades humanas exercidas no trabalho só podem ser entendidas pelo imperativo da mensuração e da troca de mercadorias:

É claro que a mobilização do conhecimento científico na produção, a qual não pode ser feita pelo trabalhador isolado, mas apenas por um corpo de trabalho social, requer o empenho da subjetividade, a participação ativa e a motivação de cada trabalhador. A fusão dessas duas dimensões constitui certamente o trabalho na atual fase do capitalismo: o conhecimento científico pertence à dimensão abstrata do trabalho [...] e a inteligência ou subjetividade atua em sua dimensão concreta. Gorz denomina o trabalho contemporâneo de imaterial afirmando que ele é constituído antes pela inteligência do que pelo conhecimento científico. Assim, ele anula a dimensão especificamente social do trabalho na pós-grande indústria – aquilo que Marx chama de intelecto geral – e se livra com muita pressa e ligeireza da noção de valor trabalho. Ora, é verdade que essa mutação do trabalho concreto, de material para imaterial, torna-se especialmente imensurável enquanto tal.[...] O problema, entretanto, que recebe uma resposta no conceito de valor como trabalho abstrato não é apenas o da mensurabilidade de cada trabalho concreto em si mesmo, mas o da comensurabilidade pelo processo social cego de diferentes trabalhos concretos – o que é requerido para resolver de uma forma logicamente consistente o problema da forma relativa e da forma equivalente, ou seja, do valor de troca e dos preços (PRADO, s.d., p.12-13).

Prado (s.d.) também reprova Gorz por ter identificado as potencialidades e as qualidades humanas como capital fixo. Para Prado, isso é possível de ser visto no caráter fetichista da expressão “Capital Humano”, que esconde o fato do homem só aparecer como capital no processo de produção. Se homem e suas características são conteúdos do capital, não há como

dizer que o capital é humano; não podendo daí Gorz (2003) concluir que o Capital e o pleno desenvolvimento do indivíduo são coisas comparáveis⁹⁵, conclusão essa que Hardt e Negri (2000) também partilham. Sobre isso Lessa (2005) afirma que “Assim como o ser humano é muito mais que o trabalho abstrato do qual é portador, as relações sociais são muito mais que o processo de autovalorização do capital” (p.60). Continuando nesse ponto⁹⁶, voltamos com Prado (s.d.), quando ele diz que:

[...] seria mais correto dizer que no capitalismo avançado o “homem”⁹⁷ se transforma em conteúdo do capital – colocando o termo homem entre aspas para indicar que se trata do homem negado (do homem suporte) e não do homem-sujeito, o qual ainda não foi posto historicamente (p.6).

Em *O Capital*, vemos que Marx (1994), para explicar o funcionamento do modo de produção capitalista, constantemente refere-se ao valor-de-uso/valor-de-troca, trabalho concreto/trabalho abstrato, trabalho vivo/trabalho morto, capital constante/capital variável, trabalhador coletivo/trabalhador individual; ele o faz, definindo a produção capitalista como consumo, o capital produzido pelo trabalho e o trabalho como passível de ser realizado no capitalismo quando dirigido para a produção de *mais-valia*. Processo esse que só tem sentido e só acontece socialmente.

Analisar a corporeidade **no** e **pelo** trabalho, tanto pela figura do corpo como produtor de energia, como pela figura do corpo como base de uma presença cognitiva para a resolução de problemas postos pelos artefatos tecnológicos no decorrer da produção, são expressões reduzidas do amplo processo descrito por Marx. O que Marx possibilita com sua obra é entender as potencialidades humanas, criadas e limitadas historicamente na práxis produtiva não como reduzidas ao homem indivíduo, nem ao homem como gênero, mas, sim, na totalidade das relações sociais estabelecidas no interior de um modo de produção. Hardt e Negri (2000), Gorz (2003), Zuboff (1988), Dejours (1993) e Böhle e Milkau (1998) ao enxergarem o processo de

⁹⁵ Ver p.5.

⁹⁶ Silva Jr & González (2001) afirmam que: “Pode-se notar, já nos Manuscritos..., dois momentos distintos da produção do ser social, na sua dimensão coletiva (a totalidade social) e na singular (o indivíduo), o trabalho humano fundando o complexo de relações sociais da economia política, e a um só tempo, a totalidade social produzindo e reproduzindo a racionalidade da própria economia política, como se tal racionalidade não fosse uma característica da própria economia política, e sim do indivíduo, assumindo-a como se lhe fosse sua segunda natureza” (p.70).

⁹⁷ Sua corporeidade.

trabalho ou como atividade, como “concreto”, ou como algo pulverizado, *imaterial*, perdem de vista a “objetividade” corporal, intelectual, emocional do homem que é possível de ser captada na **concretude das relações sociais dos diferentes modos de produção** que tem ou que tiveram lugar na história. É nessa concretude, e não somente no decorrer e na observação da execução de uma tarefa que tanto as dicotomias físico/intelectual, razão/emoção, ou a luta para superá-las valorizando uma em detrimento da outra, podem ser ultrapassadas.

Assim, a integralidade humana é a produção social da existência que se dá na história. Ela acontece imersa na luta, consciente ou não, pela transformação ou manutenção de determinadas relações sociais de produção. E é nessa luta que reside a possibilidade, também, na elaboração de uma compreensão que dê conta dessa integralidade e que fortaleça a possibilidade de construção de uma sociedade em que a práxis produtiva e o entendimento dessa práxis não apareçam como coisas diferentes. Ao propormos a necessidade de se buscar uma unidade entre o **corpo no trabalho** e a análise do **corpo pelo trabalho**, sustentamos que uma consideração mais crítica sobre as questões do corpo na sociedade contemporânea, mesmo as mais “afastadas” (pelas numerosas mediações) do mundo do trabalho, tem no estudo do trabalho, um momento importante e que não deveria ser posto de lado. O mesmo podendo, assim, ser dito do caminho contrário: entender o trabalho requer uma clareza sobre a variada gama de questões que são discutidas sobre o corpo nas mais variadas dimensões da vida social, cultural e política da sociedade. Dessa maneira, no que tange ao corpo e ao trabalho, problemas de ordem sociológica e de ordem epistemológica são dificilmente discutidos de modo separado⁹⁸.

⁹⁸ Guiraldelli Jr (1996) sinaliza a mesma direção ao analisar a questão do corpo em Adorno e Horkheimer: “Ao longo de seus escritos, Horkheimer e Adorno abordam a questão do corpo em dois registros. Em um primeiro registro, é tratada à maneira consagrada na história da filosofia, isto é, nos termos da discussão metafísica. Em um segundo, a questão é abordada no plano da filosofia social [...]. No primeiro caso, obrigam-se a uma revisita ao materialismo. No segundo, vêm-se impelidos a uma inovadora investigação a respeito da modernidade” (p.9).

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE CORPO E TRABALHO.

O debate sobre a importância da categoria trabalho, que para alguns é reflexo das limitações do “paradigma da produção” ou da constatação do “fim do trabalho”, pode ser tomado também como uma ocasião de fortalecimento de uma análise que privilegie e contemple a importância epistemológica e histórica do fato de os homens produzirem coletivamente sua existência.

Uma das maneiras de fazer com que esse referencial seja ainda mais analisado e tomado em sua importância é enfatizar a capacidade que ele possui de levantar questões sobre temáticas que, principalmente hoje, são vistas como distantes de suas pesquisas. Daí a aproximação feita entre essas questões e as preocupações tão presentes na atualidade em relação ao corpo.

Evidenciamos que essa aproximação deve ser feita com cuidado. Caso contrário, mesmo a aproximação acarretaria conclusões que tradicionalmente as deixavam afastadas, ou acabaria dando margens para inferências que não colaborariam para um aprofundamento de ambas as temáticas. A falta desse cuidado é responsável pelos posicionamentos analisados e criticados nesta tese, e que, apesar de eles colocarem questões que impulsionaram esta reflexão, apresentam limites para o entendimento do trabalho e do corpo, na atualidade.

Essa discussão e a possibilidade de aprofundamento foram construídas tomando como base o mundo industrial e a forma como o corpo assumiu a “centralidade” no processo de discussão para criação e desenvolvimento tanto das ciências do trabalho, quanto das práticas tayloristas e fordistas. Observamos que a importância do *human motor*, muito mais que um mero resultado da observação neutra de cientistas (que não analisavam somente o trabalho, mas a natureza, o universo e a sociedade), capitalistas e operários, era a manifestação do limite com que o fenômeno fora analisado no interior da referida luta, ao mesmo tempo em que evidenciamos que o **corpo no trabalho** e o **corpo pelo trabalho** são questões historicamente indissociáveis.

O mesmo processo pôde ser visualizado na década 70 quando o desenvolvimento das ciências da informação começa a acontecer e que, como resultado, a visão de homem como uma

manifestação das leis termodinâmicas perde espaço, passando a ser pesquisado e entendido como meio de informação ou como o resultado da própria informação⁹⁹. Se no momento anterior, analisar o corpo era um dos pontos de partida para a resolução dos problemas, agora seria a análise da inteligência, da cognição e da capacidade tecnológica de formalizar esses atributos o grande lema explicativo dos dilemas que afligem a questão produtiva.

Em que pese o fato de Gorz (2003), Dejours (1993), Böhle e Milkau (1998) e Zuboff (1988) oferecerem as bases para se pensar o **corpo no trabalho** também como elemento fundamental da capacidade intelectual, há que se ter claro que as interpretações desses autores são limitadas para a construção de um entendimento mais amplo tanto do corpo quanto do trabalho, por desconsiderarem questões importantes que tocam o complexo relacionamento entre **corpo no trabalho** do **corpo pelo trabalho**. Mesmo apresentando a vantagem de agregar ao debate as questões subjetivas e cotidianas do trabalhador para a discussão do corpo nos processos de trabalho, elas não visualizam a totalidade das relações sociais capitalistas na execução de suas análises, podendo dar condições para se acreditar que, no interior do próprio capitalismo, a dicotomia corpo e mente teria sido superada, ou que, em alguns casos, nunca teria existido. Afinal, buscar entender o envolvimento corporal é possível de ser feito em qualquer atividade humana ligada com manipulação simbólica, da mesma maneira que todo ato empiricamente tido como físico ou muscular sempre representa um determinado envolvimento cerebral¹⁰⁰. O problema é o uso dessa constatação sem as devidas mediações para o entendimento da divisão social do trabalho, sem encará-la como socialmente produzida e plena em contradições que extrapolam o imediatamente observável.

Um dos resultados mais flagrantes desses estudos é o surgimento de uma apologia, de uma romantização das novas rotinas do trabalho¹⁰¹ que se expressa em denominações desde as mais correntes como “sociedade do conhecimento”, até as mais vulgares como os discursos que começam a enxergar uma humanização do capitalismo, ou, como defendem Negri e Hardt (2000), o nascimento espontâneo de uma sociedade comunista. As idéias de Harvey (2000) e Scarry (1985) deixam claro que as transformações nas práticas produtivas significam um reforço

⁹⁹ Para um exemplo, ver Jacob (1970).

¹⁰⁰ Vasquez (1990) esclarece esse ponto da seguinte forma: “[...] podemos falar de níveis diferentes da práxis, de acordo com o grau de penetração da consciência do sujeito ativo no processo prático e com o grau de criação ou humanização da matéria transformada evidenciado no produto de sua atividade prática” (p.245).

¹⁰¹ Para um relato do sofrimento dos trabalhadores que vivem a “flexibilidade” do capitalismo nos mais elevados postos das grandes empresas, ver Sennett (2000).

dos processos exploratórios. Refutamos, assim, a idéia de que o apelo à corporeidade pela inteligência localizada frente ao imenso repertório de informações materializadas nos artefatos tecnológicos redundaria no surgimento de uma sociedade mais igualitária onde o trabalho assumiria uma feição menos alienante ou corporalmente mais autêntica.

Ao observarmos formas de trabalho altamente avançadas, que possibilitaram a realização desta pesquisa devido às flutuações na forma da sociedade entender a corporeidade no trabalho, não negligenciamos que configurações de trabalho as mais remotas e “atrasadas”¹⁰² são mantidas, fazendo com que o capitalismo combine, também, varias considerações sobre a corporeidade no trabalho. Assim, a visão do corpo como motor, que fora fruto da limitação produtiva e teórica de uma determinada época, continua ainda com o relativo poder explicativo que possuía e ainda está presente nas análises, apesar de conviver com formas diferenciadas de entendimento de **corpo no trabalho**. Ainda que numericamente minoritárias¹⁰³, tais formas passam a guiar novas compreensões do corpo no interior dos processos produtivos por representarem a fase produtiva mais avançada, mesmo sendo elas expressões das crises do capitalismo.

Ao entendermos o corpo no interior do processo social de trabalho, verificamos a base sobre a qual essas tentativas analíticas foram feitas. Elas se basearam na divisão entre trabalho manual e trabalho mental ou intelectual, remontando a definição moderna dessa questão no pensamento de Descartes, eleito pelos estudos aqui analisados e criticados, o grande “culpado” pela “presença-ausente” do corpo nas rotinas de trabalho.

Por outro lado, pudemos notar que criticar os dualismos tradicionais da modernidade baseados na consideração do trabalho como atividade, também pela assunção do trabalho como modo de produção, visto como atividade basilar de criação da sociedade e do desenvolvimento humano das próprias capacidades volitivas, intelectuais e corporais, coloca a corporeidade em uma outra condição. Pela consideração do duplo caráter da categoria trabalho, a relação entre corpo e trabalho problematiza o corrente entendimento das obras humanas como intelectuais ou

¹⁰² Paris (2002) afirma: “Não basta analisar as novas tecnologias. A manipulação ideológica pretende apresentar-nos a imagem de um mundo em que os grandes problemas estão resolvidos, e para gozar a vida o cidadão só precisa apertar botões ou manejar objetos de apoio. [...] Mas trata-se somente da epiderme embelezada, que encobre tanto a existência da imensa maioria acossada por necessidades primárias como a do esforço do trabalhador...” (p. 174).

¹⁰³ Martin (1996) diz: “[...] o todo orgânico corporativo, ligado globalmente com os seus fornecedores e parceiros pelo planeta, inclui apenas uma proporção pequena da população. Para os poucos haverá uma nova forma de trabalho integrando cérebro e corpo e destruindo as velhas hierarquias entre patrão e empregado” (p.156). Se o reconhecimento da limitada abrangência das transformações encetadas pelo capitalismo (combinadas, por sua vez, com a amplitude que elas atingem nas representações sobre o corpo) é importante, notamos no posicionamento de Martin (1996) um otimismo não condizente com a realidade produtiva.

físicas, sem, obviamente, negar a importância que essa visão teve e que, devido aos limites das relações sociais capitalistas, ainda é presente.

Se o relacionamento entre prática e teoria nos processos de desenvolvimento produtivo do capitalismo, a prática é secundarizada em relação à teoria, pela idéia que antecipa o evento e os problemas da prática cotidiana produtiva, o resultado é a tradicional imagem do homem como composto por duas porções, das quais uma é mais valorizada que a outra. Uma é sujeita às leis, à lógica, ao controle, à linguagem, enquanto a outra significa o espaço desordenado dos impulsos, das vontades, do caos, do ilógico, da sobrevivência imediata sem considerações sobre o passado ou sobre o futuro. É essa concepção que passa a ser criticada e vista como limitada pelos teóricos da sociologia do corpo, da administração e pelo pós-modernismo em geral.

Neste ínterim, a validade da categoria trabalho, tomada na acepção dada por Marx (1994) e desenvolvida por Lukács (1979, 2004) e Kosik (1970, 2003), está em explicar e superar as análises acima citadas. Esses autores e a relevância que eles atribuem ao trabalho permitem o constante trânsito entre atividade laboral e modo de produção, entre indivíduo e sociedade, entre conhecimento produzido/formalizado e inteligência prática, entre consciência e corpo. Kosik (2003) sintetiza da seguinte maneira, esse posicionamento:

Por sua essência e universalidade, a práxis revela o segredo do homem como um ser onto-criador, que produz a realidade (humana e social) e, conseqüentemente, é capaz de compreender e explicar a realidade (humana e extra-humana, ou seja, total). A práxis do homem é a unidade ativa do homem e do mundo, da matéria e o espírito, do sujeito e do objeto, do produto e do produtor, essa unidade ativa se reproduzindo historicamente, ou seja, se renovando e se reconstituindo constantemente na prática (p.151).

Para Lukács (2004), os dualismos ocorrem justamente nas imposições colocadas pela atividade laboral, na execução do dado teleológico que com o sedimentar do trabalho acaba por proporcionar a condição para os homens pensarem a necessidade de haver um domínio do corpo pela consciência. Evidenciando que a filosofia é uma atividade também prática, Lukács (2004) vê nessa questão a construção pelo homem de uma visão sobre o próprio homem em que o corpo, diferentemente do animal, não dita os ritmos e as atitudes, mas, sim, a consciência, construída historicamente também no e pelo trabalho. Para Lukács (2004), não só na religião, mas também

na filosofia a questão da unidade ou dualidade do homem é tratada de forma limitada. Em primeiro lugar, trata-se de não desconsiderar que em determinado momento da história, com um determinado desenvolvimento das forças produtivas, é compreensível que a indissolubilidade humana entre fazer e pensar, demonstrada no trabalho, seja vista como domínio da consciência sobre o corpo. É uma tensão entre aparência e essência que só socialmente pode ser compreendida em seu relacionamento, afinal existe “aqui uma irrevogável unidade objetivo-ontológica, uma impossibilidade de que exista um ser da consciência sem que esteja dado, ao mesmo tempo, um ser do corpo” (p.158).

E continua o filósofo húngaro:

[...] independência objetivamente ontológica da alma a respeito do corpo, só se baseia em uma suposição não fundada, em uma consideração que isola e abstrai essa alma do processo global, mas a atuação autônoma da consciência, a essência das posições teleológicas – que parte de semelhante atuação – o controle consciente da realização de tais posições etc, são fatos objetivos da ontologia do ser social. Se, pois, a consciência concebe sua própria autonomia a respeito do corpo como uma verdade ontologicamente absoluta, não erra na fixação imediatamente intelectual do fenômeno (p.159-160).

O posicionamento de Lukács (2004) sobre a dualidade corpo e consciência, mediada pelo trabalho, não desconsidera que essa questão está intimamente relacionada com os desenvolvimentos sociais do próprio trabalho, assim como com a *luta-de-classes* a partir de um certo momento da história humana. Mesmo com o reconhecido desenvolvimento das ciências biológicas e neurológicas, que fornecem, cada vez mais, evidências contrárias à autonomia da consciência frente ao corpo, Lukács (2004) defende que essa questão tem uma base social e acaba captando tendências atuais de hipertrofia da consciência frente ao corpo¹⁰⁴ (o que dá a base para o grande impacto que as pesquisas sobre o corpo tem nas ciências sociais e filosofia) justamente no momento em que alguns setores da ciência criticam a idéia de uma consciência autônoma¹⁰⁵:

¹⁰⁴ “Se seguimos insistindo que através do próprio trabalho surgiu a independência objetivamente ativa, mas ontologicamente relativa da consciência no que tange o corpo, ao mesmo tempo em que sua autonomia – fenomenicamente – plena e seu reflexo nas vivências do sujeito enquanto “alma”, estamos bem longe de querer deduzir diretamente disto as versões posteriores e mais complexas desse complexo” (LUKACS, 2004, p.163-164).

¹⁰⁵ Ou seja, a questão sobre as relações entre consciência e corpo não são, meramente, científicas.

Só quando a sociedade se diferencia tão amplamente que o homem configura individualmente sua vida como significativa ou a abandona como sem sentido, surge este problema como algo universal e, com ele, nasce um aprofundamento da consideração da “alma” como algo autônomo, e agora não mais somente frente ao corpo, senão também frente aos próprios afetos espontâneos (p.161).

Uma outra consequência observada, e extremamente relacionada com a existência de limites nas visões dualistas sobre o homem e a sociedade, é a forma com que as preocupações do corpo, da vida privada, dos sentimentos particulares e inusitados, aparecem como balizadores de estudos que pretendem superar os limites da modernidade, dando espaço para a individualidade manifestar-se sem as pressões ou imposições de um mundo visto como “impessoal”, “frio”, “calculista”, “burocrático” e “mecânico”. Diferente dos inícios da modernidade em que, como afirmou Arendt (2005), o corpo apareceu como o refúgio da privacidade quando as questões econômicas tornam-se públicas, a sociedade contemporânea faz das questões do corpo, da defesa da intimidade e privacidade, alvo de inumeráveis análises, publicamente discutidas. Nesse sentido, estudar o corpo pressuporia a busca de um espaço em que suas características pudessem ser analisadas e exercidas da maneira a mais plena. O corpo passa a ser visto, então, como passível de ser estudado somente em suas dimensões expressivas, artísticas, culturais, concebidas como distanciadas do mundo do trabalho, de seus ritmos, ou de suas rotinas “espiritualizadas”, desencarnadas, tal qual seria o trabalho na frente de um monitor de computador. Como resultado, notamos como uma concepção simplória do **corpo no trabalho** passa a ser considerada como a justificativa para não se buscar um entendimento do **corpo pelo trabalho**, pela “ausência” do primeiro.

A mesma crítica pode ser dirigida àqueles que analisam o mundo do trabalho sem considerarem as questões relativas à corporeidade. Esse posicionamento ou acontece porque o corpo é visto como um objeto demasiadamente “localizado” para as preocupações produtivas, ou é visto como uma temática não “séria” (de interesse público) frente às exigências do trabalho (essas, sim, de interesse público), ou negligenciada porque o que afligiria os estudiosos é, hoje, muito mais a inteligência que o corpo. Essa atitude acaba por estabelecer elos com posicionamentos e tendências filosóficas que esses estudiosos criticam. Aqui, percebemos como

uma consideração irrefletida das problemáticas do corpo, impede o aprofundamento dos problemas relativos ao **corpo no trabalho**.

Scarry (1985) e Harvey (2000), ao estudarem a questão da **corporeidade pelo trabalho**, insistem no fato de que é necessário entendê-la como inserção humana nas relações sociais. Esse posicionamento é um avanço em relação à idéia de que o corpo é socialmente construído, de que ele é discurso¹⁰⁶. O corpo deixa de ser visto como o lugar passivo de impressão das relações sociais¹⁰⁷, entendidas no sentido o mais estreito como “influências” exteriores, ou da “consciência” (individual ou coletiva), e passa a ser a própria realidade socialmente construída (e construtora) da e pela ação humana no seu relacionamento com a natureza, mediada pelo trabalho. E nessa ação, entram em jogo a herança cultural, a satisfação das necessidades humanas (... as naturais e também as socialmente criadas), a vida cotidiana, a sociedade de uma maneira geral que, mesmo escapando a percepção individual, é presente no próprio sentimento de complexificação da individualidade, experimentado no interior dos limites das relações sociais capitalistas, como apatia, individualismo, corporatária, consumismo, solidão etc.¹⁰⁸

Com isso, enfatizamos a necessidade de se entender esse complexo relacionamento entre o *sistema* e o *mundo da vida*, emprestando a terminologia de Habermas, tomando o trabalho para a construção das análises. Notamos como a categoria trabalho é, em sua acepção a mais crítica, ampla e complexa, capaz de fomentar a discussão dessas questões, sobretudo quando é abordada a questão da corporeidade. Para isso, a discussão sobre os *saberes tácitos* colaborou para a reflexão sobre o **corpo no trabalho** e sobre o **corpo pelo trabalho**, explicitando que a distância entre o trabalho e a interação proposta por Habermas pode ser problematizada. A defesa das especificidades humanas frente às máquinas é uma manifestação da instrumentalização que, em última instância, advém do fato de o trabalho humano, na sociedade capitalista, objetivar a

¹⁰⁶ Para o analista não sucumbir a essa tendência, Eagleton (1998) apresenta uma relevante advertência: "É importante não nos vermos, como o pós-modernismo costuma fazer, como criaturas 'culturais' em vez de 'naturais', mas como seres culturais em virtude de nossa natureza, o que equivale a dizer em virtude dos tipos de corpos que temos e do tipo de mundo a que pertencem" (p.74).

¹⁰⁷ Como analisa Vaz (1999): "O que se pesquisa é o corpo como máquina de prazer e dor, como o que deve ser investido nas sensações que provoca no pensamento, tanto para permitir uma ação sobre sua capacidade de consumir, quanto para evitar os seus desvarios" (p.162).

¹⁰⁸ Ver Ehrenberg (1998). Sobre isso, Alves (2005) também oferece considerações que valem a pena serem seguidas: "Mas o sujeito autônomo é uma ficção burguesa. É provavelmente a principal promessa civilizatória frustrada pelo capital. O que significa que estamos diante de um processo histórico-dialético intrinsecamente contraditório: o capitalismo em seu devir histórico, como sistema social produtor de mercadorias, constitui (e, ao mesmo tempo, desconstitui) o sujeito autônomo. Ao mesmo tempo em que criou as bases materiais para o pleno desenvolvimento da individuação social, o capital limitou e obliterou esse mesmo desenvolvimento humano-genérico" (p.420).

ampliação do capital e não a satisfação das necessidades do homem, estando, por sua vez, inevitavelmente baseadas nessas necessidades. Estas, só sendo criadas e satisfeitas à medida que passam pela reprodução do capitalismo, começam a ser vistas, então, como secundárias...porém, não podendo ser totalmente esquecidas. Como resultado, temos a inferioridade do conhecimento da prática em relação ao teórico, sem querer isso dizer que o *conhecimento tácito* seja desnecessário. Pode ser discutida neste ponto, também, a dupla dimensão de *culto e de ódio*, observadas por Adorno¹⁰⁹ e Horkheimer (1985), em relação à corporeidade a que assistimos na sociedade contemporânea e que se expressa nos projetos de superação do corpo em meio a uma sociedade que o valoriza de forma intensa. Pela discussão dos *saberes tácitos*, podemos verificar que o reconhecimento da importância desses saberes, e do corpo que os pressupõe, expressa o controle de uma variável que o capital se esforça para possuir.

Em um momento extremamente propício a reduções simplificadoras, tais como as idéias de “fim do trabalho”, “sociedade do conhecimento”, “adeus ao corpo”, “trabalho imaterial”, “inteligência artificial”, “fim do homem”, o relacionamento estabelecido entre **corpo no e pelo trabalho** coloca base para que esses fatos sejam analisados de outra forma. Um primeiro ponto a ser levantado é a observação de que essas simplificações, sempre primando pelo fato de se poder construir e “desconstruir” tudo (o corpo humano, inclusive), só atribuem um caráter perene às relações sociais capitalistas¹¹⁰.

Para mostrar o caráter transitório dessas relações, vemos a necessidade de se construir um entendimento a partir do qual a tão em voga luta contra os dualismos seja afirmada cotidianamente no processo histórico e social de trabalho, marcadamente entre a contradição o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas de produção. Nessa luta,

¹⁰⁹ Para uma análise da questão da corporeidade em Adorno, ver Lee (1999), também disponível em livro. A tese de doutoramento de Guilhermeti (2002) e o livro de Guiraldelli Jr. (1996) também apresentam questões relativas à corporeidade no pensador alemão.

¹¹⁰ Silva Jr e González (2001) ao definirem seu trabalho afirmam que vão estudar “[...] a totalidade e seu movimento, por um lado, e, por outro, o totalitarismo cultural e sua característica aparentemente estática, que procura ser o motor de um movimento circular cuja dinâmica converge para que o todo permaneça como está” (p. 16). Jameson citado por Frigotto (1998) afirma: “Parece que hoje é mais fácil imaginar a deterioração total da terra e da natureza do que o colapso do capitalismo tardio; e talvez isso possa ser atribuído à debilidade de nossa imaginação” (p.28) Mandel (1985) complementa: “Para o indivíduo cativo, cuja vida é inteiramente subordinada às leis do mercado – não apenas (como no século XIX) na esfera da produção, mas **também** na esfera do consumo, da recreação, da cultura, da arte, da educação e das relações pessoais – parece impossível romper a prisão social. A “experiência cotidiana” reforça e interioriza a ideologia neofatalista da natureza imutável da ordem social do capitalismo tardio. Tudo que resta é o sonho da fuga – por meio do sexo das drogas, que por sua vez são imediatamente industrializados. O destino do homem unidimensional parece inteiramente predeterminado. Mas na realidade, o capitalismo tardio não é de forma alguma uma sociedade completamente organizada. É apenas uma combinação híbrida e bastarda de organização e anarquia” (p. 352-353). (Sem grifos no original)

conceber o homem como corpo ou consciência, ou ainda como “somatória” dos dois; valorizar o saber teórico em detrimento do prático, ou rechaçar o conhecimento formalizado em nome da “espontaneidade” humana manifesta na intensidade corporal, temendo uma superação do homem pela máquina, são posicionamentos que existem como expressão limitada da totalidade social baseada nas relações de produção capitalistas, aparecendo como idéias altamente imbuídas pelas lutas entabuladas entre capital e trabalho, estando, assim, sujeitas às transformações das relações sociais de produção.

Mediando essa luta, além da corporeidade, estão os processos educativos que dela se ocupam. Ao analisarmos o **corpo pelo trabalho**, há que se reconhecer o relacionamento e as influências mútuas entre o mundo da produção e o da educação. No momento em que o conhecimento e a ciência são (limitadamente) vistos como “forças produtivas”, vemos, de um lado, o corpo ser secundarizado e, de outro, pelo questionamento dos saberes tácitos, ele ser recuperado como base e condição para o comportamento inteligente. Reconhecendo que essa maneira de ver o corpo como executor e/ou como base da inteligência é uma explicação que mostra e esconde a totalidade humana e social que se constrói no relacionamento homem e natureza pelo trabalho, a reflexão sobre os processos formativos pode ser entabulada.

A relação linear entre trabalho e educação do corpo, a que justifica a idéia de que a educação física é necessária à medida que os processos produtivos existam e sejam fisiologicamente exigentes, é passível de crítica. Gleyse (1995), por exemplo, ao enxergar uma “cognomorfose” do trabalho, percebe esse mesmo processo na educação física pela “psicologização” do corpo.

Ao analisarmos o **corpo no trabalho**, pudemos constatar que a totalidade dos processos produtivos particulares (mesmo os mais formalizados) e sua intrincada relação na divisão social do trabalho sob a égide das relações sociais de produção capitalistas impedem esse tipo de derivação. A história do pensamento educacional mostra que a consideração da educação corporal esteve presente nos mais variados modos de produção e sempre relacionada com o amplo processo de produção e reprodução social sem ater-se a procedimentos produtivos específicos. Do amplo leque de autores que deixam clara essa idéia, Fernando de Azevedo (1915) é um dos mais incisivos quando, já no início do século XX, afirmava que para os problemas da sua sociedade, o cérebro precisava mais do músculo que o próprio braço. Essa afirmação contrasta radicalmente com o comum entendimento de que, se os processos produtivos

demandam características relacionadas ao pensamento, ao simbólico, a educação do corpo e o próprio corpo estariam superados, ou que somente neste momento o corpo passaria a ser visto como a origem do conhecimento e da moral.

No que tange à *Educação Física*, vimos que a consideração da categoria trabalho, tal como analisada neste estudo, problematiza, assim, a oposição observada nas *Considerações Iniciais* entre as idéias de Nozaki (1999) e Bracht (1999), que vêem uma perda de importância da disciplina, e no posicionamento de Silva (1996) e Bracht (1992), que enxergam exatamente o contrário como resultado dos correntes reordenamentos do capitalismo, defendendo, então, um afastamento do mundo do trabalho.

Sem ambicionar oferecer uma resposta direta a esse impasse, acreditamos que o caminho percorrido por este estudo pode colaborar neste debate, justamente por ter sustentado a tese que evidencia a importância do relacionamento entre corporeidade e trabalho, demandando a elaboração de mais estudos que se dediquem especificamente a ela, ampliando o leque de contribuições para o estabelecimento das mediações entre a educação e as transformações históricas do trabalho.

Essas considerações pretendem criar canais de diálogo, difíceis pelas características das abordagens até então conduzidas, entre os estudiosos das questões do corpo e os estudiosos do mundo do trabalho. Que para aqueles, o mundo do trabalho deixe de significar distância, limitação, mera instrumentalização, ou um mundo que não ofereça nem questões e nem respostas. Aos estudiosos do trabalho, por sua vez, que as questões da corporeidade, tanto no passado, quanto hoje, sejam vistas como assuntos que extrapolem os problemas estéticos, localizados, consumistas, hedonistas, mas que também se configurem em um *locus* importante para se entender as lutas que se estabelecem entre o capital e o trabalho. Assim, sendo estas reflexões possibilitadas pelas discussões feitas tanto na área de *Educação Física* quanto na de *Trabalho e Educação*, reiteramos a importância mútua que possui o conjunto de suas preocupações.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T & HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1985.
- ALVES, G. Trabalho, corpo e subjetividade: Toyotismo e formas de precariedade no capitalismo. **Trabalho, educação e saúde**, v.3, n.2, p.409-428, 2005.
- ARENDT, H. **Condition de l'homme moderne**. Paris: Pocket, 2005.
- AMARIGLIO, J; RUCCIO, D. F. Modern economics: the case of the disappearing body? **Cambridge Journal of Economics**, 26, p.81-103, 2002.
- ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- AZEVEDO, F. de. **A poesia do corpo**. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas, 1915.
- AZNAR, G. **Travailler moins pour travailler tous**. Paris: Syros, 1993.
- BAHNISCH, M. Embodied work, divided labour: subjectivity and the scientific management of the body in Frederick W. Taylor's 1907 "Lecture on Management. **Body and Society**, v. 6, n 1, p. 51-68, 2000.
- BAKER, G & MORRIS, K. **Descartes' Dualism**. London and New York: Routledge, 2002.
- BANTA, M. *Taylored lives – Narrative productions in the age of Taylor, Veblen, and Ford*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.
- BARBARAS, Renaud. A alma e o cérebro. In: NOVAES, A(Org.). **O homem-máquina: a ciência manipula o corpo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.65-76.
- BAUDRILLARD, J. **La société de consommation**. Saint Armand : Edition Denoël, 2005.
- BAUDRILLARD, J. **L'échange impossible**. Paris: Éditions Galilée, 1999.
- BAUMAN, Z. **A modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BIANCHETTI, L. **Da chave de fenda ao laptop: Tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação**. Petrópolis/Florianópolis: Editora Vozes, Unitrabalho, Editora da UFSC, 2001.
- BOLTANSKI, L. **As classes sociais e o corpo**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

- BOLO, J. **Philosophie contre intelligence artificielle**. Paris: Ed. Lingua Franca, 1996. Disponível em <<http://jbolo.exergue.com/index.html>> Acesso em 04/08/2006.
- BÖHLE, F ; MILKAU, B. **De la manivelle à l'écran : L'évolution de l'expérience sensible des ouvriers lors des changements technologiques**. Paris: Editions Eyrolles, 1998.
- BORKENAU, F. **Der Übergang vom feudalen zum bürgerlichen Weltbild: Studien zur Geschichte der Philosophie der Manufakturperiode**. Paris: Alcan, 1934.
- BORON, A. **Empire et impérialisme: Une lecture critique de Michael Hardt et Antonio Negri**. Paris: Édition l'Harmattan, 2003.
- BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.
- BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes**, n. 48, p. 69-88, 1999.
- BRAUNSTEIN, F; PÉPIN, J. F. **O lugar do corpo na cultura ocidental**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BRECHT, B. **Bertold Brecht teatro completo 06**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- BÜCHER, K. **Arbeit und Rhythmus**. Leipzig : B. G. Teubner, 1909.
- CAFFENTZIS, G. Immeasurable value ? An essay on Marx's legacy. In: **thecommoner.org**, n.10, p.87-114, 2005. Disponível em: <<http://www.commoner.org.uk/10caffentzis.pdf>> Acesso em 04/08/2006.
- CARVALHO, M. B. de. A individualização no trabalho automatizado. **Ágora: estudos em teoria psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982002000100002&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 10/09/2006.
- CASEY, Catherine. Sociology sensing the body: revitalizing a dissociative discourse. In: HASSARD, J.; HOLLIDAY, R.; WILLMOTT, H.(Orgs.) **Body and organization**. London: Sage Publications, 2000. p.52-70.
- CHARLESWORTH, S. **A phenomenology of working class experience**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- CLOT, Y. **Le travail sans l'homme ? Pour une psychologie des milieux de travail et de vie**. Paris: La découverte, 1998.

COLLINS, H. M. **Experts artificiais** : machines intelligentes et savoir social, Paris : Éditions du Seuil, 1992.

CORBIN, A ; COURTINE ; VIGARELLO, G. **Histoire du corps**: De révolution à la grande guerre. Paris: Éditions du Seuil, 1995.

COSTA, J. F. **O vestígio e a aura**: corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CROSSLEY, Nick. Corporeality and communicative action: embodying the renewal of critical theory. **Body and society**, London: Sage Publications, v. 3, n. 1, p.17-46, 1997.

DALE, Karen. **Anatomising embodiment and organization theory**. London: Palgrave, 2001.

DALE, K ; BURRELL, G. What shape are we in? Organization theory and the organized body. In: HASSARD, J.; HOLLIDAY, R.; WILLMOTT, H.(Orgs.) **Body and organization**. London: Sage Publications, 2000. p. 15-30.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 3º ed. São Paulo : Cortez - Oboré, 1988.

DEJOURS, C. Inteligência operária e organização do trabalho: a propósito do modelo japonês de produção. In: HIRATA, H(Org.). **Sobre o “modelo” japonês**: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: EDUSP, 1993.

DELEULE, D. e GUÉRY, F. **Le corps productif**. Paris: Mainson Mame, 1972.

DELEUZE, G & GUATARI, F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DESCARTES, R. **Descartes**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

DEVINATZ, V. **Kusterer, Manwaring and Wood on the high-tech labor process?** Analyzing the nature of skill, deskilling and managerial control of labor in a medical electronics factory. Disponível em <www.aepp.net/2003/Kusterer.pdf> Acesso em 30/04/2005.

DOSSE, F. **O império do sentido**. Florianópolis: Edusc, 2003.

DREYFUS, H & DREYFUS, S. **Mind over machine**: the power of human intuition and expertise in the era of the computer. New York: The Free Press, 1986.

EAGLETON, T. **A ideologia da estética**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1993.

EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998.

EHRENBERG, A. **La fatigue d'être soi**. Paris: Odile Jacob, 1998.

- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994. 2v.
- ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FEHÉR, F. & HELLER, A. **Biopolitics**. Avebury: Ashgate Publishing company, 1994.
- FERRERO, G. **Les formes primitives du travail**. *Revue Scientifique* 5, n.II. 1896.
- FERREIRA, L. L. . O trabalho dos petroleiros. In: DUARTE, F(Org.). **Ergonomia e projeto na indústria de processo contínuo**. Rio de Janeiro: Ed. Lucena, 2002. p.64-74.
- FINELLI, R. Americanismo, fordismo e subjetividade. **Gramsci e o Brasil**, 1997, Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=283>> Acesso em 10/11/2005.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Exercícios melhoram a concentração**. 10/12/2006. Disponível para assinantes em <<http://www1.folha.uol.com.br/fspempregos/ce1012200618.htm>>. Acesso em 10/12/2006.
- FOLHA ONLINE. **Metade dos trabalhadores da indústria está acima do peso, diz Sesi**. 21/11/2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u112544.shtml>>. Acesso em 21/11/2006.
- FOSTER, J. **The immaterial self**: a defense of the cartesian dualist conception of mind. London and New York: Routledge, 1991.
- FOSTER, J. B. Em defesa da história. In: WOOD, E; FOSTER, J.(Orgs.) **Em defesa da história - marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999. p.196-206
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal Editora, 2005.
- FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G.(Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998. p. 25-54.
- GHISLENI, A. P.; MERLO, A. R. C. Trabalhador contemporâneo e patologias por hipersolicitação. **Psicologia**: reflexão e crítica, Porto Alegre, v.18, n.2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722005000200004&lng=en&nrm=iso> Acesso em 10/09/2006.
- GIBSON, J. J. **The Senses Considered as Perceptual Systems**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1966.
- GIBSON, J. J. **Ecological Approach to Visual Perception**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1986.
- GIL, J. **Metamorfoses do corpo**. Lisboa : Relógio d'Água, 1997.

- GLEYSE, J. **Archéologie de l'éducation physique au XX^e siècle en France**. Paris : Presses Universitaire de France, 1995.
- GORZ, André. **L'immatériel: connaissance, valeur et capital**. Paris: Éditions Galilée, 2003.
- GOULD, S. J. **The panda's thumb**: more reflections in natural history. New York : W. W. Norton, 1982.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere v. 4**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GUILHERMETI, P. **Educação e sensibilidade**: ampliação e regressão da experiência sensível na formação cultural. 2002. Tese (doutorado) Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.
- GUIRALDELLI JR., P. **O corpo de Ulisses**: modernidade e materialismo em Adorno e Horkheimer. São Paulo: Editora Escuta, 1996.
- HABERMAS, J. **Le discours philosophique de la modernité**. Paris: Gallimard, 1988.
- HANCOCK, P. & TYLER, M. Working bodies. In: HANCOCK, P et al.(Orgs.) **The body, culture and society**: an introduction. 1^o reimpressão. Buckingham / Philadelphia: Open University Press, 2002. p.84-100.
- HANCOCK, P; TYLER, M. 'The look of love': gender and the organization of Aesthetics. In: HASSARD, J.; HOLLIDAY, R.; WILLMOTT, H.(Orgs.) **Body and organization**. London: Sage Publications, 2000. p.108-129.
- HARVEY, D. O corpo como estratégia de acumulação. In: **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 135-160.
- HASSARD, J.; HOLLIDAY, R.; WILLMOTT, H. Introduction. In: HASSARD, J.; HOLLIDAY, R.; WILLMOTT, H.(Orgs.) **Body and organization**. London: Sage Publications, 2000. p. 1-14.
- HEROLD JR, C. Corpo, pensamento educacional e práxis: a "teoria" e a "prática" da Educação Física nos albores da modernidade. **Acta Scientiarum** – Human and Social Sciences, v.26, n. 2, p.221-230. Jul/Dec, 2004.
- HERZBERG, F. **The motivation to work**. Rutgers: Transaction Publisher, 1993.
- HERZFELD, M. **The body impolitic**: artisans and artifice in the global hierarchy of value. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.
- HETRICK, W; BOJE, D. Organization and the body: post-fordist dimensions. **Journal of organizational change management**, v. 5, n. 1, p.48-57, 1992.
- INGOLD, T. **The perception of the environment**: Essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000.

- JACOB, F. **La logique du vivant** : une histoire de l'hérédité. Paris: Gallimard, 1970.
- JAEGER, W. **Paidéia**: a formação do homem grego. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1995.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo**: A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- JOANILHO, A. L. **O corpo de quem trabalha**: estratégias para a construção do trabalho. Londrina: Editora UEL, 1996.
- JOHNSON, M. A. **The body in the mind**: The bodily basis of meaning, imagination, and reason. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1990.
- JONES, B.; WOOD, S. Qualificações tácitas, divisão do trabalho e novas tecnologias. **Sociologie du Travail**, n 4 – 84. Tradução livre de Jacqueline Imbrizi.
- JORDA, Henri. **Travail et discipline**: de la manufacture à l'entreprise intelligente. Paris: Éditions l'Harmattan, 1999.
- JUVIN, H. **L'avènement du corps**. Paris: Éditions Gallimard, 2005.
- KAPP, E. **Grundlinien einer Philosophie der Technik**: Zur Entstehungsgeschichte der Kultur aus neuen Gesichtspunkten. Braunschweig: Verlag George Westermann, 1877.
- KONDER, L. O marxista belicoso. **Teoria e debate**, n 39, 1998. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2299>> Acesso em 16/08/2006.
- KOSIK, K. **La dialectique du concret**. Paris: François Maspero, 1970.
- KOSIK, K. **La crise des temps modernes** : Dialectique de la morale. Paris: Les Éditions de la Passion, 2003.
- KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J.; SAVIANI, D; SANFELICE, J.(Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas - SP : Autores Associados, HISTEDBR, 2002. p. 77-96.
- KUENZER, A. Z. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 28, n.2, maio/ago, 2002b.
- LAZZARATO, M & NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LE BRETON, D. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. São Paulo: Editora Papirus, 2003.
- LE BRETON, D. **Anthropologie du corps et modernité**. 3 ed . Paris: Puf Quadrige, 2003b.

- LE BRETON, D. **La sociologie du corps**. 5 ed. Paris: Puf, 2002.
- LE BRETON, D. **La saveur du monde : une anthropologie des sens**. Paris: Éditions Métailié, 2006.
- LEE, L. Y. **Dialectics of the body**: corporeality in the works of Theodor W. Adorno. Dissertation. 1999. Dissertation (Doctorate) Doctorate of Philosophy. Duke University, Durhan.
- LE GOFF, J & TRUONG, N. **Une histoire du corps au Moyen Âge**. Paris: Liana Levi, 2003.
- LEINENBACH, H. **Die Körperlichkeit der Technik**: zur Organprojektionstheorie Ernst Kapps. Essen : Verlag Die Blaue Eule, 1990.
- LENNIE, Ian. **Embodying Management**. In : HASSARD, J.; HOLLIDAY, R.; WILLMOTT, H.(Orgs.) **Body and organization**. London: Sage Publications, 2000. p.130-146.
- LEROI-GOURHAN, A. **Le fil du temps : Ethnologie et préhistoire**. Paris : Fayard, 1986.
- LESSA, S. **O mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- LESSA, S. **Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial**. São Paulo: Xamã, 2005.
- LIMA, F. de P. A. e SILVA, C. A. D. A objetivação do saber prático na concepção de sistemas especialistas: de regras formais à situações de ação. In: DUARTE, F(Org.). **Ergonomia e projeto na indústria de processo contínuo**. Rio de Janeiro: Ed. Lucena, 2002a. p.84-121.
- LIMA, F. de P. A. e SILVA, C. A. D. A objetivação do saber prático na concepção de sistemas especialistas: um estudo de caso na indústria cimenteira. DUARTE, F(Org.). **Ergonomia e projeto na indústria de processo contínuo**. Rio de Janeiro: Ed. Lucena, 2002b. p. 122-172.
- LINSTEAD, Stephen. **Dangerous fluids and the organization-without-organs**. In: HASSARD, J.; HOLLIDAY, R.; WILLMOTT, H.(Orgs.) **Body and organization**. London: Sage publications, 2000. p. 31-51.
- LLORY, M. **Acidentes industriais: o custo do silêncio**. 2 ed. Rio de Janeiro: Multiação Editorial, 2001.
- LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. 3ªed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.(Coleção Os Pensadores)
- LOCKE, J. **Pensamientos sobre la educación**. Madrid: Akal, 1986.
- LOJKINE, Jean. **A Revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.
- LORIOL, M. **Le temps de la fatigue**. La gestion sociale du mal-être ao travail. Paris: Anthopos, 2000.

- LOWE, D. **The body in the late capitalism USA**. Durhan and London : Duke University Press, 1995.
- LUKÁCS, G. **Ontologia del ser social: el trabajo**. Buenos Aires: Herramienta, 2004.
- LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.(Os economistas)
- MANOVICH, L. **The enginnering of vision from constructivism of MIT**. 1993. Disponível <<http://www.manovich.net>>. Acesso 30/05/2005.
- MARKUS, G. **Langage et production**. Paris : Éditions Denoël Gonthier, 1982.
- MARIE, G. **La disparition du travail manuel : vers une métamorphose de la société**. Paris: L'Harmattan, 2004.
- MARTIN, E. Mind-body problems. **American Ethnologist**, v. 27, n.3, p.569-590, 2000.
- MARTIN, E. The body at work: boundaries and collectivities in the late twentieth century. In: SCHATZKI, T. & NATTER, W.(orgs.) **The social and political body**. New York and London: The Guilford Press, 1996. p.145-160.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 14.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994. v.1, livro.1.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.
- MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. New York: HarperCollins Publishers, 1987.
- MATOS, O. **Filosofia: a polifonia da razão**. São Paulo: Scipione, 1997.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- MAZLISH, B. **The fourth discontinuity: the co-evolution of humans ans machines**. New York: Yale University Press, 1993.
- MCNALLY, D. **Bodies of meaning**. Studies on language, labor and liberation. Albany: State University of New York Press, 2001.
- MERLAU-PONTY, M . **Phénoménologie de la perception**. Paris: Gallilmard, 1976.
- MIRANDOLA, G. P. della. **Discurso sobre a dignidade dos homens**. Lisboa : Edições 70, s.d.
- MONTAIGNE, M. **Ensaio**s. São Paulo: Abril Cultural, 1984.(Coleção Os Pensadores)

MOOERS, C. Multiculturalism and the fetishism of difference. **Joint center of excellence for research on immigration and settlement**. Series Working Paper n 37. Toronto: 2005. Disponível em:

<http://ceris.metropolis.net/Virtual%20Library/WKPP%20List/WKPP2005/CWP37_Mooers_final.pdf> . Acesso em 30/05/2005.

MOOERS, C. **Missing bodies: visibility and invisibility in the bourgeois public sphere**. s.d. Disponível em <<http://www.cpsa-acsp.ca/paper-2003/mooers.pdf>> Acesso em 30/05/2005.

NEGRI, A. **Marx au-delà de Marx**. Cahiers de travail sur les « grundrisse ». Paris: L'Harmattan, 1996.

NEGRI, A ; HARDT, M. **Empire**. Paris: Exils Éditeur, 2000.

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

NOZAKI, H. T. O mundo do trabalho e o reordenamento da educação física brasileira. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá: Universidade Estadual de Maringá, v. 10, n.1, p. 3-12, 1999.

NOZAKI, H. T. **Educação física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. 2004. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

OFFE, C. **Trabalho e sociedade: perspectivas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. v.2.

OLIVEIRA, M. B. L. **Escola, trabalho e qualificação profissional**. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

ORTIGARA, V. **Ausência sentida nos estudos em educação física: a determinação ontológica do ser**. 2002. 219p. Tese.(Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PARÍS, C. **O animal cultural**. São Carlos: EdUFScar, 2002.

PARKER, M. Manufacturing bodies: flesh, organization, cyborgs. In: HASSARD, J.; HOLLIDAY, R.; WILLMOTT, H.(Orgs.) **Body and organization**. London: Sage Publications, 2000. p. 71-86.

PEZÉ, M. **Le deuxième corps**. Paris: La Dispute, 2002.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1980.

POLANYI, M. **Personal knowledge: towards a post-critical philosophy**. Chicago: The University of Chicago Press, 1974.

PINTO, A. M. R. **O mundo capitalista e as transformações do fordismo**: a reabilitação da escola clássica na era das máquinas inteligentes. Tese. 233p. (Doutorado) Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.

PRADO, E. F. S. **Economia política do imaterial**. (s.d.) Disponível em <www.econ.fea.usp.br/eleuterio> Acesso 30/05/2005.

PRADO, E. F. S. **Pós-grande indústria**: trabalho imaterial e fetichismo. (s.d.b) Disponível em <www.econ.fea.usp.br/eleuterio> Acesso 30/05/2005.

PRADO, E. F. S. **Habermas contra Marx**: crítica e crítica da crítica. Disponível em <http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/ArtigosNaoPublicados/Habermas_Marx_4.pdf> . (s.d.c) Acesso em 30/05/2005.

RABELAIS, F. **Gargântua e Pantagruel**. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991. v.I-II.

RABINBACH, A. **The human motor**: Energy, fatigue and the origins of modernity. Los Angeles: University of California Press, 1992.

REINERT, S. **Darwin and the body politic**: Schäßle, Veblen and the shift of biological metaphor in economics.(s.d.) Disponível em: <<http://www.othercanon.org/uploads/Reinert%20Schaeffle%20030506.doc>> Acesso em 25/08/2006.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

RODRIGUES, J. C. **O corpo na história**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

RORTY, R. **A filosofia e o espelho da Natureza**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ROSA, M. I. A produção da violência no corpo do trabalhador. **Pro-posições**, Campinas: Cortez Editora, v. 3, n°2(8). p.41-50, 1992.

ROSENTHAL, D. **Materialism and the mind-body problem**. 2.ed. Indianapolis: Hackett Publishing, 2000.

RUGIU, A. S. **Nostalgia do mestre artesão**. Campinas: Ed. Autores Associados, 1998.

SANTAELLA, L. **Corpo e comunicação** – sintoma da cultura. São Paulo: Paulus, 2004.

SCARRY, E. **The body in pain**. The making and unmaking of the world. New York: Oxford University Press, 1987.

SCHOR, J. **The overworked american**. New York: Basic book 1993.

SEARLE, J. **A redescoberta da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SELTZER, M. **Bodies and machines**. New York and London: Routledge, 1992.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter** - conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.

SÉRIS, J. P. **La technique**. Paris: Puf, 2000.

SEY, James. The labouring body and the posthuman. In: GORDO-LÓPEZ, A & PARKER, I.(orgs) **Cyberpsychology**. New York: Routledge, 1999. p. 25-41

SHALLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.

SHILLING, C. **The body in Culture, Technology and society**. London: Sage Publications, 2005.

SIBILIA, P. **O homem pós-orgânico**: corpo, subjetividade e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SILVA, A M. **Corpo, ciência e mercado**: reflexões acerca da gestação de um novo arquétipo da felicidade. Campinas – SP, Florianópolis - SC: Autores Associados: Editora da UFSC, 2001.

SILVA, M. R. S. da. **A educação física, o corpo e o movimento humano na perspectiva do mundo do trabalho**. 1996. 118p. Dissertação (Mestrado) Pós-graduação em Ciências do Movimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVA JR, J. dos R. & GONZÁLEZ, J. L. C. **Formação e trabalho**: uma abordagem ontológica da sociabilidade. São Paulo: Xamã, 2001.

SOHN-RETHEL, A. **Trabalho espiritual e corporal**: Para a epistemologia da história ocidental. 1989. Tradução de Cesare Giuseppe Galvan, disponível em <<http://adorno.planetaclix.pt/sohn-rethel-anexo.htm>> Acesso em 30/10/04.

TEIXEIRA, J. de F. **Mente, cérebro e cognição**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

TOCQUEVILLE, A. **Democracia na América**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. L.1.

TINKER, T. Spectres of Marx and Braverman in the twilight of postmodernist labour process research. **Work, employment and society**, v. 16, n.2, p. 251-281, 2002.

UGARTE, M. C. D. **Homo motor, ciborgues e ...aha! Pessoas** – Da revolução industrial à revolução da informação. 2004. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física da Unicamp, Campinas.

VARELA, F; THOMPSON, E & ROSCH, E. **A mente incorporada** – ciências cognitivas e experiência humana. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VASQUEZ, A S. **Filosofia da práxis**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VATIN, F. **Le travail, sciences et société**: essays d'épistémologie et de sociologie du travail. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 1999.

VAZ, P. Corpo e risco. In: VILLAÇA, N et al.(Orgs.) **Que corpo é esse ?** – Novas perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VEBLEN, T. **The theory of leisure class**. 1899. Disponível em <http://xroads.virginia.edu/~HYPER/VEBLEN/veb_toc.html> Acesso 04/08/2006.

VERNANT, J-P. P. **Travail et esclavage en Grèce ancienne**. Paris : Éditions Complexe, 1988.

VILLAÇA, N. & GOÉS, F. **Em nome do corpo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

VIRILIO, P. **A bomba informática**. São Paulo: Estação liberdade, 1999.

WOLKOWITZ, C. The social relations of body work. **Work, Employment and society**, v. 16, n. 3, p.497-510, 2002.

WOOD, E. M. O que é a agenda pós-moderna. In: WOOD, E; FOSTER, J.(Orgs.) **Em defesa da história**: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999. p.7-22.

WOOD, S. The deskilling debate, new technology and work organisation. **Acta sociologica**, v. 30, n.1, 3-24, 1987.

WOOD, M. Cyborg: a design for life in the borderlands. **Emergence**, v. 1, n. 3, p.92-104. Disponível em: <www.emergence.org/Emergence/Archive/Issue 1_3/Issue1-3-8.pdf> Acesso 10/04/2005.

WOOLFSON, C. **The labour theory of culture**: a re-examination of Engels's theory of human origins. London, Boston and Henley: Routledge and Kegan Paul, 1982.

YANARELLA, E. J. ; REID, H.G. From 'trained gorilla' to 'humanware': repoliticizing the body-machine complex between the fordism and post-fordism. In: SCHATZKI, T. & NATTER, W.(Orgs.) **The social and political body**. New York and London: The Guilford Press, 1996.p.181-219.

ZARIFIAN, P. L'agir communicationnel face au travail professionnel. **Sociologie du Travail**, n. 2, v. 41, 163-177, 1999.

ZARIFIAN, P. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Ática, 2001.

ZUBOFF, E. **In the age of the smart machine** – the future of work and power. New York: Basic Books, 1988.